MUNICÍPIO DE TUNTUM

Pregão Eletrônico nº 20/2024

PROCESSO 66/2024

E38A29E3190A6A22

TIPO DE PROCESSO: Processo Licitatório

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO

ABERTURA: 03 de dezembro de 2024 às 09:42

SIGNATÁRIO Setor de Licitações e Contratos

Acesse o link abaixo para consultar o processo

https://tuntum.flowdocs.com.br/public/processos/E38A29E3190A6A22

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 03 de dezembro de 2024 às 09:42

Pregão Eletrônico nº 20/2024

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

De: Safira Carvalho Dias
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 03 de dezembro de 2024 às 09:47

O processo 66 / 2024 - Procedimento de Aquisição/Contratação - PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO foi apensado no processo 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO.

Apensamento do processo administrativo.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

De: Rosineide Silva Xavier
Para: Setor de Protocolo (Organograma)
Data: 06 de novembro de 2024 às 16:23

Segue arquivo em anexo para providências.

Secretária Municipal de Saúde.

Anexo(s)
DFD - COLETA DE LIXO HOSPITALAR.pdf

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
SERVIDOR RESPONSÁVEL: ROSINEIDE SILVA XAVIER	**PORTARIA:** 308/2023
E-MAIL: secsaude@tuntum.ma.gov.br	**TELEFONE:** (99) 99169-3599

I – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente solicitação justifica a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, face ao interesse público presente na necessidade de descartar corretamente os lixos e resíduos sólidos contaminados evitando assim quaisquer riscos de contaminação a população.

II – OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do Município de Tuntum-MA.

III – DESCRIÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	COLETA, TRASNPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PERTENCENTES AOS GRUPOS A, B E E.	BOMBONA 200L/25KG	4.100

IV – INDICAÇÃO DE OUTRAS CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES OU VINCULADAS:

Não há.

Encaminhe-se:

I - Ao setor de protocolo, que deverá elaborar o termo de abertura.

E posteriormente, à autoridade competente, para:

I - Decidir sobre o prosseguimento da contratação, caso aprove o referido DFD;

II - Autorizar o termo de abertura e o prosseguimento do Processo Administrativo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 06 de novembro de 2024.

ROSINEIDE SILVA XAVIER
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 308/2023

Assinado por 1 pessoa: ROSINEIDE SILVA XAVIER
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0298FF1229F84AABAD5289DCBB20DB1C

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
0298FF1229F84AABAD5289DCBB20DB1C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: ROSINEIDE SILVA XAVIER em 06/11/2024 16:23:04
CPF:***.***-.713-34
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0298FF1229F84AABAD5289DCBB20DB1C

De: Setor de Protocolo
Enviado por: Poliana Menezes de Sousa (poliana)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 08 de novembro de 2024 às 16:01

Segue arquivo em anexo para providências.

Membro do Setor de Protocolo

Anexo(s)
TERMO DE ABERTURA DE PROC ADM.pdf

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nesta data, procedo à abertura de processo administrativo, nos seguintes termos:

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Saúde	**DATA:** 08/11/2024
CIDADE: Tuntum	**ESTADO:** Maranhão
INTERESSADO: Rosineide Silva Xavier	
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de Serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do Município de Tuntum-MA.	
NÚMERO DO PROCESSO: 066/2024	

Bem como, após possível respostas, encaminho ao Gabinete da Secretaria Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas para as providências cabíveis.

POLIANA MENEZES DE SOUSA
Membro do Setor de Protocolo
Portaria nº 335/2023

Assinado por 1 pessoa: POLIANA MENEZES DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/7C70DA21A7DF415DBB922DAC2D4302B0

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
7C70DA21A7DF415DBB922DAC2D4302B0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: POLIANA MENEZES DE SOUSA em 08/11/2024 15:59:59
CPF:***.***-.502-30
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/7C70DA21A7DF415DBB922DAC2D4302B0

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Setor de Compras e Planejamento (Organograma)
Data: 08 de novembro de 2024 às 16:17

Segue arquivo em anexo para providências.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
AUTORIZAÇÃO COM ETP.pdf

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Por meio do Documento de Formalização de Demanda - DFD, a Secretaria Municipal de Saúde, atesta a necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do município de Tuntum/MA. Analisada a solicitação, **APROVO** a DFD e **AUTORIZO** a abertura de Processo Administrativo.

2. Para a elaboração de estudo técnico preliminar, a realização da análise de riscos, a pesquisa de preços, o mapa comparativo de vantajosidade e a planilha orçamentária, quando for o caso, convoco o Setor de Compras e Planejamento, nos termos da Portaria nº 340, de 26 de dezembro de 2023, a fim de conduzir os procedimentos mencionados, pelos seguintes integrantes:

I. Jerry Araújo da Silva– Integrante Administrativo – matrícula nº 2817
II. Anderson Vieira Oliveira– Integrante Administrativo – matrícula nº 5169

3. Além disso, ao apurar o valor estimado da contratação, destaco a importância de conduzir esta etapa com diligência, visando garantir a transparência, eficiência e economicidade no processo de contratação.

4. Caso se conclua pela viabilidade da contratação no ETP, solicitar ao setor contábil informações orçamentárias, caso não seja SRP, e com posterior encaminhamento do processo ao setor de licitações para elaboração do Termo de Referência - TR.

SEC. MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS, 08 de novembro de 2024.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas
Portaria nº 140/2021

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/457D98A527B14408A518DC5A53A319F0

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
457D98A527B14408A518DC5A53A319F0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 08/11/2024 16:17:01
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/457D98A527B14408A518DC5A53A319F0

De: Setor de Compras e Planejamento
Enviado por: Jerry Araújo da Silva (jerry)
Para: Kalline Paiva Mendes (Interno)
Data: 11 de novembro de 2024 às 10:49

Segue arquivos em anexo para providências.

Anexo(s)
ETP - COLETA DE LIXO HOSPITALAR.pdf
CONTRATO 086-2021 - LIXO HOSPITALAR.pdf
MAPA DE RISCOS.pdf
CAPA - Pesquisa de preços .pdf
Pesquisa de Preços.pdf
Planilha Orçamentária.pdf
Relatório de Pesquisa de Preços.pdf
MAPA DE RISCOS.pdf

Processo Administrativo n° 66/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da contratação:

1.1. O presente estudo trata da necessidade de um tratamento adequado de lixo hospitalar contaminado do município de Tuntum/MA.

1.2. Devido à necessidade de garantir a prestação de um serviço adequado de coleta, tratamento, transporte e descarte de resíduos, lixos hospitalares e materiais perfurocortantes contaminados, prioriza um serviço eficiente e padronizado, realizando a coleta dos resíduos hospitalares de maneira adequada, evitando a exposição dos trabalhadores da saúde e da população a materiais perigosos.

1.3. O manejo de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado envolve procedimentos técnicos específicos, que incluem o fornecimento de transporte controlado garantindo que os resíduos sejam transportados de forma segura, com o uso de veículos apropriados, preparação e descarte utilizando tecnologias adequadas, como a incineração controlada ou o uso de autoclave, para tratar os resíduos hospitalares de maneira eficiente e sem causar impactos ambientais, além de toda a logística necessária para garantir a realização dentro das normas sanitárias e legais.

1.4. A Secretaria Municipal de Saúde, ao optar por uma empresa especializada, assegura a qualidade e a eficiência desses serviços, garantindo e certificando-se da qualidade dos serviços prestados que seus processos atendem aos mais altos padrões de qualidade e responsabilidade ambiental. Este serviço visa, portanto, atender à demanda da Secretaria, assegura que todas as etapas do processo sejam realizadas de maneira adequada, com o devido respeito e seriedade, sem sobrecarregar a estrutura municipal com tarefas que requerem expertise e recursos específicos.

2. Requisitos da contratação:

2.1. A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

2.2. Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

2.3. A contratação será realizada via Sistema de Registros de Preços, conforme a Lei nº 14.133, de 2021, e o Decreto Municipal nº 143, de 2023.

2.4. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a prestação de serviço de tratamento de lixo hospitalar contaminado para o município de Tuntum/MA é a estratégia mais eficaz, especialmente

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A5DE438D99C64B7AAB35C667A15DE8E6

considerando as dificuldades em estabelecer um quantitativo exato de consumo. De forma que apresento uma justificativa detalhada para a adoção deste instrumento:

a) O SRP permite que a prefeitura contrate uma empresa especializada para prestação de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado conforme a necessidade real, o que é particularmente útil sobre a quantidade exata necessária. Isso evita a contratação excessiva ou insuficiente;

b) O SRP permite fixar preços por um período, protegendo a prefeitura contra oscilações imprevistas de mercado;

c) A adoção do Sistema de Registro de Preços para esta contratação oferece à Prefeitura Municipal de Tuntum uma solução prática e eficiente, permitindo a gestão flexível e responsiva desta demanda. Esta abordagem reduz riscos, otimiza custos e melhora a eficiência administrativa, garantindo que os funcionários possam operar de forma contínua e eficaz, sem interrupções pela possível falta de material. Além disso, o SRP oferece um mecanismo que se alinha às melhores práticas de governança e transparência na administração pública.

2.5. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

2.6. Para o fornecimento destes serviços, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de segurança e transporte de resíduos, uso de equipamentos e EPIs adequados, monitoramento ambiental pós-descarte, agilidade e pontualidade, acompanhamento e fiscalização contínuos, certificação e garantia de qualidade, apoio administrativo, cumprimento das normas legais e sanitárias, discrição e privacidade

2.7. A contratada deverá prestar o serviço, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, semanalmente, nos endereços especificados nas ordens de fornecimento.

3. Levantamento de mercado:

3.1. Ante a contratação pretendida, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a necessidade apontada, que atendam aos critérios da contratação mais vantajosa para a administração pública sob os princípios da conveniência, sustentabilidade, economicidade e eficiência.

3.2. Para que o município adquira serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado de maneira eficiente, é importante considerar diferentes abordagens e práticas, que garantam a prestação de serviços de qualidade e com o menor custo possível.

3.3. Dentre as possíveis soluções que podem ser adotadas para atender a demanda, destacamos:

a) Contratação direta de empresas de tratamento de lixo hospitalar por licitação: Realizar uma licitação pública para contratar uma ou mais empresas de tratamento de lixo hospitalar, seguindo a legislação para garantir a concorrência e o menor preço. Garante transparência e legalidade no processo de contratação. Porém pode demorar devido aos trâmites legais da licitação. Necessidade de acompanhar regulamente os serviços contratados para assegurar a qualidade;

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A5DE438D99C64B7AAB35C667A15DE8E6

b) Credenciamento de empresas: Realizar um credenciamento que permita a participação de várias empresas, que serão pagas conforme a demanda. Apresenta flexibilidade para que o município atenda à demanda de forma contínua e de acordo com o orçamento, incentivo à competitividade entre as empresas credenciadas, o que pode melhorar a qualidade dos serviços. Em contrapartida possui maior complexidade no controle e na fiscalização das empresas credenciadas. Possível variação nos valores cobrados por cada empresa, o que pode aumentar os custos;

c) Estruturação de Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos e Lixos Hospitalares Contaminados: Implementar um serviço próprio de coleta e tratamento de resíduos hospitalares, gerido pela administração municipal, com equipe capacitada, infraestrutura específica e logística adequada. Garante total controle do município sobre a qualidade e o custo dos serviços, com monitoramento direto dos processos de coleta, transporte e tratamento. Possibilidade de oferecer redução da dependência de fornecedores externos e possibilidade de ajustar a operação conforme as necessidades da saúde pública local, garante potencial para obter economia de longo prazo, caso o volume de resíduos seja significativo, diluindo o investimento inicial ao longo dos anos. Mas haverá necessidade de um investimento inicial alto em infraestrutura (equipamentos, veículos especializados, instalação de tratamento) e treinamento pessoal. Custo contínuos com a manutenção dos equipamentos, renovação de licenças ambientais e atualização dos procedimentos conforme as normas sanitárias e ambientais, apresenta riscos de complexidade operacional, com necessidade de uma gestão técnica especializada para manter a segurança e a eficiência no manejo dos resíduos;

d) Contrato de Gestão com Consórcio Intermunicipal: Firmar um consórcio com municípios vizinhos para contratação compartilhada de uma empresa especializada ou para a implementação de uma estrutura conjunta de tratamento de resíduos hospitalares, distribuindo os custos entre as cidades participantes. Garante redução de custos operacionais para cada município, diluindo despesas de infraestrutura, transporte e mão de obra, aumento da capacidade de negociação para obtenção de serviços de qualidade com preços mais competitivos, maior flexibilidade para atender a demandas variáveis, considerando a soma dos volumes de resíduos dos municípios consorciados. Porém exige um processo de coordenação e consenso entre os municípios, o que pode ser desafiador, pode haver maior dificuldade de fiscalização devido à abrangência do consórcio e à necessidade de harmonização dos critérios de controle de qualidade e a complexidade no gerenciamento dos serviços aumenta, pois cada município terá demandas e prioridades que precisam ser conciliadas.

4. Descrição da solução como um todo:

4.1. Baseado no inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21, esta síntese detalha a solução para o fornecimento de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, considerando a natureza do serviço e a variedade de opções no mercado.

4.2. A solução mais vantajosa e adequada para esta demanda é a realização de processo licitatório para a prestação de serviços de tratamento de lixo hospitalar.

4.3. Esta contratação deverá ocorrer através de Sistema de Registro de Preços; o município entende que a manutenção deste serviço pela secretaria municipal em questão atende a prerrogativa de que a garantia de

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A5DE438D99C64B7AAB35C667A15DE8E6

segurança e transporte adequado dos resíduos, sensibilidade e responsabilidade social é um direito de todos e dever do estado.

4.4. A contratação de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado está em conformidade com as normativas legais que regulamentam as contratações públicas. Seguir os procedimentos legais de contratações garante a transparência, a legalidade e a integridade do processo, prevenindo irregularidades e garantindo o uso responsável dos recursos públicos.

4.5. Além disso, o objeto a ser adquirido possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

4.6. O processo de licitação oferece maior flexibilidade para adaptar o edital às necessidades particulares do órgão; oferece maior controle sobre todas as etapas do processo, desde a elaboração do edital até a seleção do fornecedor, permitindo ajustes conforme necessário.

4.7. Desta forma garantirá a contratação dos itens em conformidade com as descrições solicitadas pela secretaria municipal, atendendo desta forma as necessidades reais de nossos órgãos.

5. Estimativas das quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG.	BOMBONA	13.500

5.1. A estimativa de quantidades apresentada acima foi obtida tendo como referência o contrato nº 086/2021, do Município de Tuntum/MA, bem como, levantamentos feitos nesta secretaria para avaliar a demanda deste serviço.

6. Estimativa do valor da contratação

6.1. A estimativa de valor foi realizada tendo como base o contrato nº 086/2021 do Município de Tuntum/MA, utilizando as médias de valores de cada item, conforme apresentado na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG.	BOMBONA	13.500	R$ 205,00	R$ 2.767.500,00
VALOR GLOBAL					**R$ 2.767.500,00**

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A5DE438D99C64B7AAB35C667A15DE8E6

6.2. O valor aproximado para 12 meses é de R$ 2.767.500,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais).

6.3. Salienta-se que, trata-se de estimativa de preços preliminar tendo como referência o contrato nº 086/2021 do município de Tuntum/MA, mas poderá sofrer alteração de acordo com a solução escolhida e a variação de preços do mercado na decorrência do tempo.

7. Justificativas para o parcelamento

7.1. A Lei 14.133/2021 dispõe no inciso II do seu art. 47 que as licitações atenderão aos princípios do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

7.2. O §1º, do art. 47, da Lei 14.133/2021 exige que na aplicação do princípio do parcelamento devem ser considerados: I) a responsabilidade técnica; II) o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; III) o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

7.3. A contratação a que se refere o presente ETP se dará pelo menor preço global, visto que o objeto é indivisível e há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente inviável.

8. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

8.1. Conclui-se que é viável a contratação pretendida pelos setores demandantes, havendo justificativa e interesse em atendimento às necessidades dos órgãos, sendo oportuno realizar a contratação da seguinte forma:

( ) contratação direta via dispensa de licitação;
( ) contratação direta via inexigibilidade de licitação;
( ) contratação na modalidade concorrência eletrônica;
(x) contratação na modalidade pregão eletrônico.

SETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO, 11 de novembro de 2024.

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Administrativo	Integrante Administrativo
Jerry Araújo da Silva Matrícula: 02817	Anderson Vieira de Oliveira Matrícula: 5169

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A5DE438D99C64B7AAB35C667A15DE8E6

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
A5DE438D99C64B7AAB35C667A15DE8E6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:31
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:52:28
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A5DE438D99C64B7AAB35C667A15DE8E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM-MA
Fls. 76
Rubrica
C P L

CONTRATO Nº 086/2021

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 051/2019.
PROCESSO Nº 9225/2019 – SEMUS.
ATA DE PREÇOS 20210013/2020
ADESÃO DE ATA n.º 002/2021 -TUNTUM/MA

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO A EMPRESA **C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA-ME**, E DE TUNTUM-MA.

O MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Frederico Coelho, n.º 411, Centro, Tuntum/MA, CEP 65763-000, inscrito no CNPJ sob o n. 06.138.911/0001-66; e, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNTUM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Município de Tuntum (MA), inscrita no CNPJ sob o nº. 10.476.850/0001-14, neste ato representados pelo Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas, o Sr. Rhicarddo Helirvall Alexanndro Baptista Costta, CPF n.º 769.632.683-04 (Lei complementar n.º 001/2021, Art.6º, inciso XXIV)), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o número 32.879.596/0001-38, localizado na Rod. Br 135, km 227, zona rural, Peritoró -MA neste ato representada pelo **Sr. Wenceslau Educks Andrade dos Santos, inscrito no CPF nº 913.035.913-91**, doravante denominado **CONTRATADO**, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especilizada, para prestação de serviços de tratamento de lixo contaminado para atender as necessidades do Município de Tuntum- MA,** em regime de Empreitada por preço unitário, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no Anexo I do Edital do(a) PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 051/2019 da cidade de Buriticupu-MA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

LIXO HOSPITALAR					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
1	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PERTENCENTES AOS GRUPOS A, B E E	BOMBONA 200L/25KG	1050	R$ 205,00	R$ 215.250,00
VALOR TOTAL					**R$ 215.250,00**

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM-MA
Fls. 77
Rubrica
C P L

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro do exercício do respectivo crédito orçamentário, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A gestão deste Contrato será feita
4.1. Por parte da CONTRATANTE:

ÓRGÃO GESTOR: Secretaria Municipal de Orçamento, Gestão e despesas
NOME DO GESTOR: RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
NOME DO FISCAL DO CONTRATO: Será nomeada pela secretaria requisitante
PORTARIA DO FISCAL DO CONTRATO: Será nomeada pela secretaria requisitante

4.2. Por parte da CONTRATADA:

NOME DO GESTOR: RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
ENDEREÇO PROFISSIONAL DO GESTOR: Rua Frederico Coelho, N°411 - CEP: 65763000 – Centro – Tuntum/MA.
CPF DO GESTOR: 769.632.683-04

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 215.250,00 (duzentos e quinze mil duzentos e cinquenta reais),** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM-MA
Fls. 78
Rubrica
C P L

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Nordeste Agência nº 127 e conta nº 45207-9.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM-MA
Fls. 79
Rubrica
C P L

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:
a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: CONTRATO 086-2021 - LIXO HOSPITALAR.pdf (4/8) 23/542

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM-MA
Fls. 80
Rubrica
C P L

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f)descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g)subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM-MA
Fls. 91
Rubrica
C P L

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2., sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;
b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;
c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

10.122.0002.2024.0000 - Manut. e Func. do Fundo Municipal de Saúde – R$ 51.250,00

10.301.0019.2054.0000- Manut. e Func. do PAB-FIXO- R$ 61.500,00

10.302.0015.2028 0000- Atend.Ambul. Emerg.e Hospitalar MAC- R$ 102.500

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado contratado.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM-MA
Fls. 82
Rubrica
CPL

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO: É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

14.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93 e Lei Complementar 123/06.

14.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

14.3. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, atendendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.4. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLÁSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO: Elegem as partes contratantes o Foro de Tuntum-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Tuntum - MA, 24 de fevereiro de 2021.

Município de Tuntum – MA.
RHICARDDO HELIRVALL
ALEXANDRO BAPTISTA COSTTA
CONTRTANATE

C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA-ME
Wenceslau Educks Andrade dos Santos
CPF nº 913.035.913-91
CONTRATADO

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:32
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:52:20
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/17A272E4A09D470B9CA95ECDD9976457

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O documento visa a elaboração de um MAPA DE GERANCIAMENTO DE RISCOS para a futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS** DE **TRATAMENTO DE LIXO HOSPITALAR CONTAMINADO**, de forma a melhor atender as necessidades do município de Tuntum/MA.

1 – INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação/aquisição, bem como o alcance dos resultados pretendidos com o objeto. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos. Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos; Durante a fase de Seleção do Fornecedor, o Integrante Administrativo com apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante deve proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Gerenciamento de Riscos; e, Durante a fase de Gestão do Contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor do Contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, procedendo à reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores com a atualização de suas respectivas ações de tratamento, e à identificação, análise, avaliação e tratamento de novos riscos.

A seguir são definidos os parâmetros escalares que representam, para o processo de contratação em análise, os níveis de probabilidade e impacto, que resultarão nos níveis de risco, após a multiplicação. Esses resultados irão nortear as ações relacionadas aos riscos durantes as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	**PESO**	**DESCRIÇÃO**
Muito Baixa	1	Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça.
Baixa	2	O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual.
Média	5	Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma.
Alta	8	Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada, pois os indícios apontam essa possibilidade.
Muito Alta	10	Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo.

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade.

Na tabela a seguir apresentamos a Classificação de impacto, que consiste em um instrumento de apoio para a definição de classificação do nível de impacto.

ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	**PESO**	**DESCRIÇÃO**
Muito Baixo	1	Não altera o alcance do objetivo.
Baixo	2	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo.
Médio	5	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável.
Alto	8	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão.
Muito Alto	10	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível.

Tabela 2: Escala de classificação de impacto.

Já na próxima tabela apresentamos a Matriz Probabilidade x Impacto, que consiste em um instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

MATRIZ DE RISCO						
CL Impacto	Muito Alto 10	10 RM	20 RM	50 RA	80 RE	100 RE
	Alto 8	8 RB	16 RM	40 RA	64 RA	80 RE
	Médio 5	5 RB	10 RM	25 RM	40 RA	50 RA
	Baixo 2	2 RB	4 RB	10 RM	16 RM	20 RM
	Muito Baixo 1	1 RB	2 RB	5 RB	8 RB	10 RM
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10
		Probabilidade				

Tabela 3: Matriz de Probabilidade x Impacto

CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL DE RISCO

RISCO	ESCALA
RB (Risco Baixo)	0 – 9
RM (Risco Médio)	10 – 39
RA (Risco Alto)	40 – 79
RE (Risco Extremo)	80 – 100

Tabela 4: Classificação do nível do risco.

Cumpre esclarecer se o produto da probabilidade versus impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Assim, caso o risco enquadre-se na região verde (1 a 9), seu nível de risco é entendido como baixo, logo, admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Caso esteja na região amarela (10 a 39), entende-se como médio; se estiver na região laranja (40 a 79) entende-se como alto e se estiver na região vermelha (80 a 100), entende-se como nível de risco muito alto (risco extremo).

2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta um exemplo de riscos identificados e classificados.

Id	Risco	Relacionado ao (à): [1]	P [2]	I [3]	Nível de Risco (P x I) [4]
R01	Problemas no processo de licitação	Planejamento da Contratação	1	8	8
R02	Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapa de Gerenciamento de Risco (MGR) e Termo de Referência (TR) deficientes e/ou inconsistentes.	Planejamento da Contratação	8	8	64
R03	Falha na pesquisa de preços	Planejamento da Contratação	2	8	16
R04	Impugnações ou interposição de recursos.	Seleção do Fornecedor	5	10	50
R05	Valores licitados superiores aos estimados para a contratação dos serviços.	Seleção do Fornecedor	2	8	16
R06	Baixa qualificação técnica da empresa para aquisição/execução do objeto (garantia/suporte técnico).	Gestão Contratual	8	10	80
R07	Descumprimento de cláusulas contratuais pela contratada	Gestão Contratual	2	8	16

*Legenda: **P** – Probabilidade; **I** – Impacto.*

1 A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

2
Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.19).
3
Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.18).
4
Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009, e demais instruções normativas).

3 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

3.1. Riscos relacionados à fase de Planejamento da Contratação:

Risco 01	**Risco:**	Problemas no processo de licitação para aquisição/contratação do objeto do Termo de Referência	
	Probabilidade:	Médio	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Atraso no processo de contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Cumprir os prazos para contratação, revisar e acompanhar as mudanças nos documentos de planejamento da contratação que influenciam no descumprimento do cronograma.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Elaborar os documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Dedicação exclusiva da equipe de planejamento para minimizar os impactos.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 02	**Risco:**	Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapa de Gerenciamento de Risco (MGR) e Termo de Referência (TR) deficientes ou inconsistentes.	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Especificação elaboradas com inconsistências técnicas.	
	Dano (Consequência) 2:	Elaboração do ETP, MR e TR com ausência de itens normativamente exigidos.	
	Dano (Consequência) 3:	Requisitos técnicos com alto risco de não serem atendidos.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Convocação de servidores com conhecimento técnico adequado disponíveis à demanda para a confecção dos artefatos	Autoridade competente
	2	(Formação da equipe) Realização de cursos, seminários e palestras pertinentes ao tema.	Autoridade competente
	3	Revisão dos artefatos pelos servidores que compõem as áreas envolvidas e, em consequência, maior participação no processo de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

	4	Uso de modelos instrumentais técnicos preestabelecidos pelos órgãos competentes.	Integrante Técnico apoiado pela Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Revisão de documentos durante o planejamento da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Suspensão do certame e revisão do processo de planejamento da contratação.	Integrante Requisitante e Técnico

Risco 03	**Risco:**	Falha na pesquisa de preços	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Médio	
	Dano (Consequência) 1:	Elevação dos preços ou inexequibilidade das propostas.	
	Dano (Consequência) 2:	Impossibilidade de contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Seguir os procedimentos para a realização de pesquisa de preços de acordo com o Decreto Municipal nº 143/2023..	Integrante Administrativo
	2	Ampliar a pesquisa de preços, não se restringindo a apenas três propostas.	Integrante Administrativo
	3	Levar em consideração, quando cabível, os questionamentos das empresas concorrentes.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Refazer a pesquisa de preços seguindo os procedimentos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 143/2023.	Integrante Administrativo

3.2. Riscos relacionados à fase de Seleção do Fornecedor:

Risco 04	**Risco:**	Impugnações ou interposição de recursos.	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Muito Alta	
	Dano (Consequência) 1:	Atraso no processo de contratação.	
	Dano (Consequência) 2:	Impossibilidade de contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Elaborar e revisar criteriosamente os artefatos de planejamento da contratação de acordo com os normativos vigentes.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Avaliar e realizar os ajustes recomendados pela Consultoria Jurídica para sanar inconformidades dos documentos de planejamento da contratação com a legislação vigente.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Empenhar-se no atendimento aos pedidos de esclarecimento buscando nos repositórios legais e jurisprudenciais os elementos de sustentação das opções adotadas para a contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

	2	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 05	**Risco:**	Aquisição/Contratação do objeto do Termo e Referência a custos acima da média do mercado.	
	Probabilidade:	Médio	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Prejuízo ao erário.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a Orientação normativa específica para tal fim	Integrante Administrativo e Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Considerar custos com encargos, tributos, frete e instalação quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Observar os orçamentos recebidos, excluindo aqueles com indícios de falhas.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Revisar orçamentos recebidos.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Observar preços de outras licitações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Não adjudicação dos bens.	Agente de Contratação/Pregoeiro

3.3. Riscos relacionados à fase de Gestão Contratual

Risco 06	**Risco:**	Baixa qualificação técnica da empresa fornecedora (garantia/suporte técnico).	
	Probabilidade:	Muito Baixo	
	Impacto:	Muito Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Inobservância de termos e condições estabelecidos nos documentos do Planejamento da contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Capacitar servidores para que acompanhem a execução do contrato/Ata.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Estabelecer rotinas de controle para o efetivo cumprimento das obrigações estabelecidas no Edital e anexos.	Setor de Fiscalização e Gestor do Contrato

Risco 07	**Risco:**	Descumprimento de condições e obrigações previstas no Edital e anexos pela contratada.
	Probabilidade:	Baixo
	Impacto:	Alto
	Dano (Consequência) 1:	Não entrega dos materiais.
	Dano (Consequência) 2:	Atraso na entrega dos materiais
	Dano	Baixa qualidade dos materiais entregues.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

(Consequência) 3:		
Tratamento:	Mitigar.	
Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
1	Acompanhar a entrega dos bens aferindo se os requisitos exigidos no Edital e Anexos estão sendo cumpridos de acordo com a qualidade exigida.	Setor de Fiscalização
2	Avaliar se os materiais entregues estão atendendo as expectativas da contratação.	Setor de Fiscalização
3	Dimensionamento adequado do corpo de fiscalização e gestão contratual.	Autoridade competente
Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
1	Notificar formalmente a Contratada quando cláusulas do contrato forem descumpridas.	Setor de Fiscalização e Gestor do Contrato
2	Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência.	Setor de Fiscalização e Gestor do Contrato
3	Instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação para evitar o comprometimento da continuidade dos serviços da instituição, em caso de dificuldade de resolução das inconformidades.	Autoridade competente.

4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

Os riscos identificados e passíveis de ações para sua mitigação na fase de planejamento tiveram ações preventivas tomadas. Os riscos referentes às fases de Seleção do Fornecedor e gestão do Contrato serão acompanhados pela Equipe de Planejamento da Contratação para efetivar as devidas estabelecidas neste mapa.

Id. Risco	Id. Ação	Registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos
R01	P1	Membros da Equipe de Licitação e equipe técnica demandante se reuniram para iniciar o planejamento da contratação. Nessa onde foram definidos os participantes do grupo de planejamento da aquisição.
R01	P2	Início da elaboração dos documentos/artefatos estabelecidos pelos respectivos normativos correspondentes.
R03	P2	Iniciado efetivamente a elaboração dos documentos de planejamento da contratação.
R03	P1, P2	Iniciou-se a pesquisa de preços, com solicitações a empresas especializadas no fornecimento do objeto do Termo de Referência, bem como, pesquisas no Painel de Preços, para compor o mapa de preços, considerando as ações previstas no mapa.
R02	P1, P2	Artefatos produzidos pelo integrante demandante e revisado pelo Integrante requisitante, administrativo e pregoeiro, conforme documentos ETP, TR e MGR.

5 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

O Setor de Compras e Planejamento, nos termos da Portaria nº 340, de 26 de dezembro de 2023 apresenta o Mapa de Gerenciamento de Risco, certificando que somos responsáveis pela elaboração do presente documento.

SETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO, 11 de novembro de 2024.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Administrativo	Integrante Administrativo
Jerry Araújo da Silva Matrícula nº 2817	Anderson Vieira Oliveira Matrícula nº 5169

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:35
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:52:11
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0C5450AD57DB4238A83BA8B2055A89F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS
SETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO

Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

PESQUISA DE PREÇOS

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B600E7EC9F4749C4AFBC5A15E8937CB0

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
B600E7EC9F4749C4AFBC5A15E8937CB0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:36
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:52:02
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B600E7EC9F4749C4AFBC5A15E8937CB0

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

Responsável: _____ **Matrícula:** _____ **Departamento:** **SETOR DE COMPRAS**

Relatório de Cotação: Contratação de empresa para prestação de serviço de tratamento de lixo hospitalar contaminado

Pesquisa realizada entre 04/11/2024 16:36:14 e 08/11/2024 15:17:42

Relatório gerado no dia 08/11/2024 15:20:55 (IP: 191.6.22.41)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: COLETA, TRASNPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PERTENCENTES A OS GRUPOS A, B E E.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
4 / 4	1	R$ 91,00 (un)	-	R$ 91,00	R$ 91,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO SERIDO	51600361000100-1-000020/2024	29/10/2024	R$ 89,00
2	Prefeitura Municipal de Santana do Matos	322174	23/07/2024	R$ 90,00
3	Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN	1479_172024	23/07/2024	R$ 90,00
4	MUNICIPIO DE BENTO FERNANDES	08110884000149-1-000005/2024	31/01/2024	R$ 95,00
Valor Unitário				**R$ 91,00**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 90,00

Média dos Preços Obtidos: R$ 91,00

Valor Global: **R$ 91,00**

Detalhamento dos Itens

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2F2B8C65DF7C4817925FE2B8BCB7C77E

Item 1: COLETA, TRASNPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PERTENCENTES AOS GRUPOS A, B E E.

Preço Estimado: R$ 91,00 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 91,00 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 91,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Serviço	COLETA, TRASNPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PERTENCENTES AOS GRUPOS A, B E E.	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais **R$ 89,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO SERIDO

Objeto: [Portal de Compras Públicas] - REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE (GRUPOS: A, B, E), DA POLICLÍNICA REGIONAL DO SERIDÓ.

Descrição: **Serviço de coleta, tratamento e destinação final do lixo hospitalar dos grupos "A" "B" e "E", em bombonas com capacidade de 200L: Serviço de coleta, gerenciamento de transporte e tratamento de resíduos sólidos perigosos por destruição térmica (incineração** - Serviço de coleta, tratamento e destinação final do lixo hospitalar dos grupos "A" "B" e "E", em bombonas com capacidade de 200L: Serviço de coleta, gerenciamento de transporte e tratamento de resíduos sólidos perigosos por destruição térmica (incineração) e destinação final das cinzas dos resíduos provenientes dos serviços de saúde da Policlínica Regional do Seridó. Os resíduos produzidos na Policlínica Regional do Seridó deverão ser acomodados em recipientes apropriados, bombonas de 200 litros, que serão fornecidos pela empresa em regime de comodato.

Data: 29/10/2024 08:00
Modalidade: Dispensa
SRP: SIM
Identificação: 51600361000100-1-000020/2024
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 29/10/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 100
Unidade: Bombona
UF: RN

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.003.103/0001-61 *VENCEDOR*	STERELIZE LIXO HOSPITALAR LTDA ME	R$ 89,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das Propostas Finais **R$ 90,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Santana do Matos

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHIMENTO DE LIXO HOSPITALAR E RESIDUOS SÓLIDOS E QUIMICOS.

Descrição: **SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONA** - SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG

Data: 23/07/2024 15:06
Modalidade: Pregão
SRP: NÃO
Identificação: 322174
Lote/Item: 1/1
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 500
Unidade: BM
UF: RN

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2F2B8C65DF7C4817925FE2B8BCB7C77E

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.234.399/0001-40 *VENCEDOR*	CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA	R$ 90,00

Marca: N/C
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: N/C
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PB	Belém do Brejo do Cruz	ROD PB 321, S/N	(83) 3222-3854/ (84) 9928-0352	diretoria@crilambiental.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das Propostas Finais **R$ 90,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHIMENTO DE LIXO HOSPITALAR E RESIDUOS SÓLIDOS E QUIMICOS
Descrição: **SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONA** - SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG

Data: 23/07/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 1479_172024
Lote/Item: /1
Ata: N/A
Fonte: transparencia.agilirn.com.br/prefsantanamatos-rn/licitacoes/licitacao
Quantidade: 500
Unidade: BM
UF: RN

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.234.399/0001-40 *VENCEDOR*	CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA	R$ 90,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PB	Belém do Brejo do Cruz	ROD PB 321, S/N	(83) 3222-3854/ (84) 9928-0352	diretoria@crilambiental.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 4: Mediana das Propostas Finais **R$ 95,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE BENTO FERNANDES
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de coleta de resíduos hospitalar para atender a demanda da Unidade Mista de Saúde e das equipes da saúde bucal e ESF lotadas na Secretaria Municipal de Saúde desta municipalidade.
Descrição: **SERVIÇOS DE COLETA, GERENCIAMENTO, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAL, OS RESÍDUOS PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DEVERÃ** - SERVIÇOS DE COLETA, GERENCIAMENTO, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAL, OS RESÍDUOS PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DEVERÃO SER ACONDICIONADOS EM RECIPIENTES APROPRIADOS DENOMINADOS BOMBONAS DE 200 LITROS CADA, QUE SERÃO FORNECIDAS PELA EMPRESA, EM REGIME DE COMODATO, SEM CUSTO ADICIONAL.

Data: 31/01/2024 13:46
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 08110884000149-1-000005/2024
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 07/02/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 165
Unidade: BOMBONA
UF: RN

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2F2B8C65DF7C4817925FE2B8BCB7C77E

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.234.399/0001-40 *VENCEDOR*	CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA	R$ 95,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PB	Belém do Brejo do Cruz	ROD PB 321, S/N	(83) 3222-3854/ (84) 9928-0352	diretoria@crilambiental.com.br

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2F2B8C65DF7C4817925FE2B8BCB7C77E

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal de Compras Publicas *Data: 08/11/2024 15:06:25*
www.portaldecompraspublicas.com.br **Acessar a fonte aqui**

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas *Data: 08/11/2024 15:17:47*
https://www.gov.br/pncp/pt-br **Acessar a fonte aqui**

3 - Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN *Data: 08/11/2024 15:06:13*
transparencia.agilirn.com.br/prefsantanamatos-rn/licitacoes/licitacao **Acessar a fonte aqui**

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2F2B8C65DF7C4817925FE2B8BCB7C77E

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
2F2B8C65DF7C4817925FE2B8BCB7C77E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:38
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:51:54
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2F2B8C65DF7C4817925FE2B8BCB7C77E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM

CNPJ :

Planilha orçamentária

Item	Código	Descrição	Qtd.	Unid	Valor Unitario	Valor Total
1	013.040.007	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DI	13.500	BOMB	91,00	1.228.500,00

TOTAL 1.228.500,00

Matrícula nº

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/BA0EC4535A0C4F6687D068A2E7040AAC

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
BA0EC4535A0C4F6687D068A2E7040AAC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:39
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:51:47
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/BA0EC4535A0C4F6687D068A2E7040AAC

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei n° 14.133/2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade Decreto Municipal n° 143, de 2023.

1. OBJETO:

Seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para o prestação de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do município de Tuntum/MA.

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

04/11/2024 a 08/11/2024.

3. METODOLOGIA APLICADA:

O valor de referência foi aferido por meio da MÉDIA SANEADA, que consiste em realizar uma avaliação crítica dos preços obtidos na pesquisa, a fim de descartar valores que apresentem grandes variações em relação aos demais, e da MÉDIA ARITMÉTICA.

4. FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, empregados de forma combinada, observado o art. 88, do Decreto Municipal n° 143, de 2023:

(x) I - relatório de pesquisa de preços de produtos com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica – NFe;

(x) II - preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo município de Tuntum/MA e demais entes públicos;

(x) III - pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo.

( ) IV - pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de carta ou e-mail.

5. ANÁLISE DA PESQUISA

Considerando o art. 93, do Decreto Municipal n° 143, de 2023, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a média saneada e média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços. A média saneada e média aritmética são métodos bastante práticos de homogeneização de amostra, que reduz a dispersão dos dados, reduzindo o CV e possibilitando o uso seguro da média como medida de tendencia central, representativa do preço de mercado.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/6C90E21EEAC846D3B2D68DBC5F75FBDB

Assim, como fonte de consulta chegou-se ao preço de referência, conforme planilha orçamentária em anexo, tendo sido priorizado o inciso:

( ) I - relatório de pesquisa de preços com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica - NFe, extraído do Painel do Governo Federal;

(x) II - preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas por entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento

convocatório;

( ) III - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que apresentada justificativa para escolha desses fornecedores;

(x) IV - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Por fim, declaro que todos os preços informados se referem a materiais que atendem à descrição exigida em todas as especificidades do item orçado para compor o Mapa Comparativo de Preços, são verídicas e estão de acordo com a realidade do mercado e me responsabilizo por tal informação.

7. EXCLUSÃO

Não houve eliminação de item.

8. ANEXOS

A documentação comprobatória das pesquisas de preços coletadas integra este processo como documento anexo. Estas informações subsidiaram a elaboração do Mapa de Preços no qual constam as medias das cotações de preços para o estabelecimento dos valores unitários dos itens a serem licitados.

SETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO, 11 de novembro de 2024.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Administrativo	Integrante Administrativo
Jerry Araújo da Silva Matrícula nº 02817	Anderson Vieira Oliveira Matrícula nº 5169

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/6C90E21EEAC846D3B2D68DBC5F75FBDB

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
6C90E21EEAC846D3B2D68DBC5F75FBDB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:40
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:51:38
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/6C90E21EEAC846D3B2D68DBC5F75FBDB

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O documento visa a elaboração de um MAPA DE GERANCIAMENTO DE RISCOS para a futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS** DE **TRATAMENTO DE LIXO HOSPITALAR CONTAMINADO**, de forma a melhor atender as necessidades do município de Tuntum/MA.

1 – INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação/aquisição, bem como o alcance dos resultados pretendidos com o objeto. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos. Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos; Durante a fase de Seleção do Fornecedor, o Integrante Administrativo com apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante deve proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Gerenciamento de Riscos; e, Durante a fase de Gestão do Contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor do Contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, procedendo à reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores com a atualização de suas respectivas ações de tratamento, e à identificação, análise, avaliação e tratamento de novos riscos.

A seguir são definidos os parâmetros escalares que representam, para o processo de contratação em análise, os níveis de probabilidade e impacto, que resultarão nos níveis de risco, após a multiplicação. Esses resultados irão nortear as ações relacionadas aos riscos durantes as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	**PESO**	**DESCRIÇÃO**
Muito Baixa	1	Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça.
Baixa	2	O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual.
Média	5	Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma.
Alta	8	Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada, pois os indícios apontam essa possibilidade.
Muito Alta	10	Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo.

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade.

Na tabela a seguir apresentamos a Classificação de impacto, que consiste em um instrumento de apoio para a definição de classificação do nível de impacto.

ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	**PESO**	**DESCRIÇÃO**
Muito Baixo	1	Não altera o alcance do objetivo.
Baixo	2	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo.
Médio	5	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável.
Alto	8	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão.
Muito Alto	10	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível.

Tabela 2: Escala de classificação de impacto.

Já na próxima tabela apresentamos a Matriz Probabilidade x Impacto, que consiste em um instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

MATRIZ DE RISCO						
CL Impacto	Muito Alto 10	10 RM	20 RM	50 RA	80 RE	100 RE
	Alto 8	8 RB	16 RM	40 RA	64 RA	80 RE
	Médio 5	5 RB	10 RM	25 RM	40 RA	50 RA
	Baixo 2	2 RB	4 RB	10 RM	16 RM	20 RM
	Muito Baixo 1	1 RB	2 RB	5 RB	8 RB	10 RM
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10
		Probabilidade				

Tabela 3: Matriz de Probabilidade x Impacto

CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL DE RISCO

RISCO	ESCALA
RB (Risco Baixo)	0 – 9
RM (Risco Médio)	10 – 39
RA (Risco Alto)	40 – 79
RE (Risco Extremo)	80 – 100

Tabela 4: Classificação do nível do risco.

Cumpre esclarecer se o produto da probabilidade versus impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Assim, caso o risco enquadre-se na região verde (1 a 9), seu nível de risco é entendido como baixo, logo, admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Caso esteja na região amarela (10 a 39), entende-se como médio; se estiver na região laranja (40 a 79) entende-se como alto e se estiver na região vermelha (80 a 100), entende-se como nível de risco muito alto (risco extremo).

2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta um exemplo de riscos identificados e classificados.

Id	Risco	Relacionado ao (à): [1]	P [2]	I [3]	Nível de Risco (P x I) [4]
R01	Problemas no processo de licitação	Planejamento da Contratação	1	8	8
R02	Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapa de Gerenciamento de Risco (MGR) e Termo de Referência (TR) deficientes e/ou inconsistentes.	Planejamento da Contratação	8	8	64
R03	Falha na pesquisa de preços	Planejamento da Contratação	2	8	16
R04	Impugnações ou interposição de recursos.	Seleção do Fornecedor	5	10	50
R05	Valores licitados superiores aos estimados para a contratação dos serviços.	Seleção do Fornecedor	2	8	16
R06	Baixa qualificação técnica da empresa para aquisição/execução do objeto (garantia/suporte técnico).	Gestão Contratual	8	10	80
R07	Descumprimento de cláusulas contratuais pela contratada	Gestão Contratual	2	8	16

*Legenda: **P** – Probabilidade; **I** – Impacto.*

1 A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

2
Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.19).
3
Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.18).
4
Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009, e demais instruções normativas).

3 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

3.1. Riscos relacionados à fase de Planejamento da Contratação:

Risco 01	**Risco:**	Problemas no processo de licitação para aquisição/contratação do objeto do Termo de Referência	
	Probabilidade:	Médio	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Atraso no processo de contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Cumprir os prazos para contratação, revisar e acompanhar as mudanças nos documentos de planejamento da contratação que influenciam no descumprimento do cronograma.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Elaborar os documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Dedicação exclusiva da equipe de planejamento para minimizar os impactos.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 02	**Risco:**	Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapa de Gerenciamento de Risco (MGR) e Termo de Referência (TR) deficientes ou inconsistentes.	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Especificação elaboradas com inconsistências técnicas.	
	Dano (Consequência) 2:	Elaboração do ETP, MR e TR com ausência de itens normativamente exigidos.	
	Dano (Consequência) 3:	Requisitos técnicos com alto risco de não serem atendidos.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Convocação de servidores com conhecimento técnico adequado disponíveis à demanda para a confecção dos artefatos	Autoridade competente
	2	(Formação da equipe) Realização de cursos, seminários e palestras pertinentes ao tema.	Autoridade competente
	3	Revisão dos artefatos pelos servidores que compõem as áreas envolvidas e, em consequência, maior participação no processo de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

	4	Uso de modelos instrumentais técnicos preestabelecidos pelos órgãos competentes.	Integrante Técnico apoiado pela Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Revisão de documentos durante o planejamento da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Suspensão do certame e revisão do processo de planejamento da contratação.	Integrante Requisitante e Técnico

Risco 03	**Risco:**	Falha na pesquisa de preços	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Médio	
	Dano (Consequência) 1:	Elevação dos preços ou inexequibilidade das propostas.	
	Dano (Consequência) 2:	Impossibilidade de contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Seguir os procedimentos para a realização de pesquisa de preços de acordo com o Decreto Municipal nº 143/2023..	Integrante Administrativo
	2	Ampliar a pesquisa de preços, não se restringindo a apenas três propostas.	Integrante Administrativo
	3	Levar em consideração, quando cabível, os questionamentos das empresas concorrentes.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Refazer a pesquisa de preços seguindo os procedimentos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 143/2023.	Integrante Administrativo

3.2. Riscos relacionados à fase de Seleção do Fornecedor:

Risco 04	**Risco:**	Impugnações ou interposição de recursos.	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Muito Alta	
	Dano (Consequência) 1:	Atraso no processo de contratação.	
	Dano (Consequência) 2:	Impossibilidade de contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Elaborar e revisar criteriosamente os artefatos de planejamento da contratação de acordo com os normativos vigentes.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Avaliar e realizar os ajustes recomendados pela Consultoria Jurídica para sanar inconformidades dos documentos de planejamento da contratação com a legislação vigente.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Empenhar-se no atendimento aos pedidos de esclarecimento buscando nos repositórios legais e jurisprudenciais os elementos de sustentação das opções adotadas para a contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

	2	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 05	**Risco:**	Aquisição/Contratação do objeto do Termo e Referência a custos acima da média do mercado.	
	Probabilidade:	Médio	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Prejuízo ao erário.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a Orientação normativa específica para tal fim	Integrante Administrativo e Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Considerar custos com encargos, tributos, frete e instalação quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Observar os orçamentos recebidos, excluindo aqueles com indícios de falhas.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Revisar orçamentos recebidos.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Observar preços de outras licitações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Não adjudicação dos bens.	Agente de Contratação/Pregoeiro

3.3. Riscos relacionados à fase de Gestão Contratual

Risco 06	**Risco:**	Baixa qualificação técnica da empresa fornecedora (garantia/suporte técnico).	
	Probabilidade:	Muito Baixo	
	Impacto:	Muito Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Inobservância de termos e condições estabelecidos nos documentos do Planejamento da contratação.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
	1	Capacitar servidores para que acompanhem a execução do contrato/Ata.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
	1	Estabelecer rotinas de controle para o efetivo cumprimento das obrigações estabelecidas no Edital e anexos.	Setor de Fiscalização e Gestor do Contrato

Risco 07	**Risco:**	Descumprimento de condições e obrigações previstas no Edital e anexos pela contratada.
	Probabilidade:	Baixo
	Impacto:	Alto
	Dano (Consequência) 1:	Não entrega dos materiais.
	Dano (Consequência) 2:	Atraso na entrega dos materiais
	Dano	Baixa qualidade dos materiais entregues.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

(Consequência) 3:		
Tratamento:	Mitigar.	
Id	**Ação de tratamento Preventiva**	**Responsável**
1	Acompanhar a entrega dos bens aferindo se os requisitos exigidos no Edital e Anexos estão sendo cumpridos de acordo com a qualidade exigida.	Setor de Fiscalização
2	Avaliar se os materiais entregues estão atendendo as expectativas da contratação.	Setor de Fiscalização
3	Dimensionamento adequado do corpo de fiscalização e gestão contratual.	Autoridade competente
Id	**Ação de tratamento de Contingência**	**Responsável**
1	Notificar formalmente a Contratada quando cláusulas do contrato forem descumpridas.	Setor de Fiscalização e Gestor do Contrato
2	Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência.	Setor de Fiscalização e Gestor do Contrato
3	Instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação para evitar o comprometimento da continuidade dos serviços da instituição, em caso de dificuldade de resolução das inconformidades.	Autoridade competente.

4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

Os riscos identificados e passíveis de ações para sua mitigação na fase de planejamento tiveram ações preventivas tomadas. Os riscos referentes às fases de Seleção do Fornecedor e gestão do Contrato serão acompanhados pela Equipe de Planejamento da Contratação para efetivar as devidas estabelecidas neste mapa.

Id. Risco	Id. Ação	Registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos
R01	P1	Membros da Equipe de Licitação e equipe técnica demandante se reuniram para iniciar o planejamento da contratação. Nessa onde foram definidos os participantes do grupo de planejamento da aquisição.
R01	P2	Início da elaboração dos documentos/artefatos estabelecidos pelos respectivos normativos correspondentes.
R03	P2	Iniciado efetivamente a elaboração dos documentos de planejamento da contratação.
R03	P1, P2	Iniciou-se a pesquisa de preços, com solicitações a empresas especializadas no fornecimento do objeto do Termo de Referência, bem como, pesquisas no Painel de Preços, para compor o mapa de preços, considerando as ações previstas no mapa.
R02	P1, P2	Artefatos produzidos pelo integrante demandante e revisado pelo Integrante requisitante, administrativo e pregoeiro, conforme documentos ETP, TR e MGR.

5 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

O Setor de Compras e Planejamento, nos termos da Portaria nº 340, de 26 de dezembro de 2023 apresenta o Mapa de Gerenciamento de Risco, certificando que somos responsáveis pela elaboração do presente documento.

SETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO, 11 de novembro de 2024.

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Administrativo	Integrante Administrativo
Jerry Araújo da Silva Matrícula nº 2817	Anderson Vieira Oliveira Matrícula nº 5169

Assinado por 2 pessoas: JERRY ARAUJO DA SILVA e ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JERRY ARAUJO DA SILVA em 11/11/2024 10:46:42
  CPF:***.***-.953-27
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANDERSON VIEIRA DE OLIVEIRA em 11/11/2024 10:51:29
  CPF:***.***-.423-02
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/686EF960F12344079D4DBA80A7C51978

De: Kalline Paiva Mendes
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 11 de novembro de 2024 às 10:58

Segue em anexo documentação para as devidas providencias.

Anexo(s)
Despacho para TR - LIXO HOSPITALAR.pdf

DESPACHO ADMINISTRATIVO

A senhora,

SAFIRA CARVALHO DIAS

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Prezada senhora,

O documento referente ao levantamento de preços, anexado a esta correspondência, foi elaborado com base em cotações e informações essenciais para a contratação em análise. Com o intuito de avançar no processo de forma eficaz e em conformidade com as normativas vigentes.

E tendo em vista que contratação pelo sistema de registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. Devendo o edital de licitação para registro de preços observar o disposto no art. 82, da Lei nº. 14.133/2021.

Encaminho os autos os ao setor competente para a elaboração do Termo de Referência.

SETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO, 11 de novembro de 2024.

KALLINE PAIVA MENDES

Chefe do Setor de Compras e Planejamento

Portaria nº 08/2024

Assinado por 1 pessoa: KALLINE PAIVA MENDES
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/FB52D02F185B45DA8CC4D4DF93B3A675

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
FB52D02F185B45DA8CC4D4DF93B3A675

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: KALLINE PAIVA MENDES em 11/11/2024 10:58:12
CPF:***.***-.023-86
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/FB52D02F185B45DA8CC4D4DF93B3A675

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 12 de novembro de 2024 às 15:31

Segue, em anexo Despacho para elaboração do Termo de Referência.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Anexo(s)
9. Despacho de Designação - PE.pdf

DESPACHO DE DESIGNAÇÃO

CONSIDERANDO que cabe ao Chefe do Setor de Licitações e Contratos a distribuição dos processos administrativos, conforme o Decreto Municipal nº 143, de 2023;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 324, de 02 de outubro de 2023, fez a devida nomeação para o cargo de Chefe do Setor de Licitações e Contratos;

DESIGNO, para este processo administrativo, como responsável pela elaboração do Termo de Referência, o servidor:

I. Philippe Lima de Sousa – Assessor Jurídico – matrícula nº 05400

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 12 de novembro de 2024.

SAFIRA CARVALHO DIAS
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Portaria nº 324/2023

Assinado por 1 pessoa: SAFIRA CARVALHO DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/4AA98FCE722F4BB2A9B5FA1FBE46B676

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
4AA98FCE722F4BB2A9B5FA1FBE46B676

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: SAFIRA CARVALHO DIAS em 12/11/2024 15:30:55
CPF:***.***-.373-25
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/4AA98FCE722F4BB2A9B5FA1FBE46B676

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Phillippe Lima de Sousa (philippe)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 27 de novembro de 2024 às 10:55

Segue, em anexo Termo de Referência.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
TR -PE - Lixo hospitalar.pdf

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n°66/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG	BOMBONA	13.500	R$ 91,00	R$ 1.228.500,00
VALOR TOTAL					**R$ 1.228.500,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 setembro de 2021, bem como Decreto Municipal nº 143, de 13 de setembro de 2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista os serviços serem uma necessidade permanente, sendo que a vigência plurianual é mais vantajosa considerando a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Será aplicado o benefício que trata da prioridade de contratação para as ME/EPP/MEI sediadas no município de Tuntum ou na região central do Maranhão, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme art. 48, § 3º, da LC nº 123/2006 e art. 7º, do Decreto Municipal nº 132/2023.

1.7. Havendo empate ficto, será dada preferência de contratação para as ME/EPP/MEI, até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. Nesse caso, a ME/EPP/MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, conforme art. 44, § 2º, art. 45, inciso I da LC nº 123/2006, e art. 5º, § 2º do Decreto Municipal nº 132/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea 'b', da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece a necessidade de apresentação, no Termo de Referência, da descrição da necessidade a ser atendida. A prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado tem a necessidade de garantir a prestação de um serviço adequado de coleta, tratamento, transporte e descarte de resíduos, lixos hospitalares e materiais perfurocortantes contaminados, prioriza um serviço eficiente e padronizado, realizando a coleta

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

dos resíduos hospitalares de maneira adequada, evitando a exposição dos trabalhadores da saúde e da população a materiais perigosos.

2.2. O manejo de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado envolve procedimentos técnicos específicos, que incluem o fornecimento de transporte controlado garantindo que os resíduos sejam transportados de forma segura, com o uso de veículos apropriados, preparação e descarte utilizando tecnologias adequadas, como a incineração controlada ou o uso de autoclave, para tratar os resíduos hospitalares de maneira eficiente e sem causar impactos ambientais, além de toda a logística necessária para garantir a realização dentro das normas sanitárias e legais.

2.3. por uma empresa especializada, assegura a qualidade e a eficiência desses serviços, garantindo e certificando-se da qualidade dos serviços prestados que seus processos atendem aos mais altos padrões de qualidade e responsabilidade ambiental

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Descrição da Solução:

3.1. Considerando a necessidade de Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, apresentamos uma descrição abrangente da solução proposta, levando em consideração o ciclo de vida do objeto e a especificação do produto, conforme preconizado nos dispositivos legais.

Ciclo de Vida do Objeto:

3.2. O ciclo de vida do objeto refere-se ao conjunto de fases pelas quais um produto ou equipamento passa, incluindo aquisição, utilização e descarte. Quando aplicado à Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, o ciclo de vida do objeto pode ser delineado da seguinte forma:

Aquisição:

3.3. **Especificação Técnica:** Os resíduos devem ser coletados diretamente nos locais geradores (unidades hospitalares ou estabelecimentos de saúde) de acordo com as normas de biossegurança e utilizando embalagens adequadas, certificadas e padronizadas para resíduos infectantes

3.4. O prestador deve fornecer orientações e, quando necessário, treinamento aos responsáveis pelo acondicionamento interno para garantir a segurança e o correto manuseio

Utilização e Manutenção:

3.5. Transporte deve ser realizado por veículos devidamente licenciados para transporte de resíduos perigosos, equipados com sistemas de contenção e devidamente identificados.

3.6. A rota deve ser planejada para minimizar riscos ambientais e à saúde pública.

3.7. Substituição ou manutenção preventiva de contêineres e recipientes fornecidos para o armazenamento inicial dos resíduos.

Disposição Final:

3.8. **Descarte Responsável**: Após o tratamento, o resíduo tratado deverá ser classificado, com o material passível de disposição em aterros sanitários licenciados sendo encaminhado para destinação final.

3.9. O prestador deve garantir a rastreabilidade completa até a destinação final, disponibilizando certificados de destinação e laudos técnicos.

Benefícios da Solução Proposta:

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

3.10. Redução de Riscos à Saúde: Minimiza a exposição de trabalhadores da saúde, profissionais de limpeza, transportadores e a comunidade aos agentes patogênicos presentes no lixo hospitalar. O tratamento adequado elimina a proliferação de micro-organismos, reduzindo o risco de infecções e epidemias causadas pelo manejo inadequado de resíduos contaminados.

3.11. Proteção do Meio Ambiente: Reduz o impacto ambiental ao assegurar que os resíduos sejam tratados e dispostos de forma a evitar a contaminação do solo, água e ar. O reaproveitamento de resíduos tratados ou a neutralização de agentes contaminantes promove práticas ambientalmente responsáveis. Os métodos adequados de transporte e tratamento contribuem para a redução de gases de efeito estufa e outros poluentes.

3.12. Fortalecimento da Reputação Institucional: O tratamento correto dos resíduos reforça o compromisso do contratante com a sustentabilidade, saúde e bem-estar da comunidade. A adoção de práticas que promovem a preservação ambiental e a saúde pública demonstra compromisso ético e responsabilidade corporativa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A empresa contratada deve implantar sistemas de controle que assegurem a conformidade com as legislações ambientais (Resoluções CONAMA, RDC Anvisa nº 222/2018, ABNT NBR 12808, entre outras).

4.2. A solução deve incorporar boas práticas de sustentabilidade, como a minimização de resíduos não tratados, o reaproveitamento energético (se aplicável) e a redução de emissões de gases de efeito estufa durante o transporte e tratamento.

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1. Deverão ser atendidos todos os regramentos relativos à sustentabilidade constantes no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico do Município de Tuntum/MA, conforme Lei Complementar Municipal nº 13, 12 de dezembro de 2022.

4.3.2. Deverá ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis (artigo 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305, de 2010, – Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia

4.5. Será exigida a garantia da proposta no valor de 1% (um por cento) do valor da contratação, prestada através das modalidades previstas no art. 96, §1º, como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, título de capitalização, seguro-garantia ou fiança bancária, na conta bancária: FIANÇA TUNTUM – Agência: 2743-x, Conta: 30.327-5 – Banco do Brasil, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021, no momento da apresentação da proposta como condição de pré-habilitação.

4.6. Entende-se que o momento oportuno para realização da garantia é na apresentação da proposta cadastrada no sistema.

4.7. Deverá ser apresentado o comprovante do seguro-garantia, boleto ou documento similar que comprove o cumprimento da cláusula anterior, direcionada a este edital

4.8. Não será exigida a garantia da contratação

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 7 (sete) dias úteis da emissão da ordem de serviço;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços contidos na Ordem de Serviço.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do serviço.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. **Alvará de Localização e Funcionamento, referente à sede da licitante**

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

8.27. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, quando for o caso;

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados similares ao objeto contido neste termo:

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$1.228.500,00 *(*um milhão duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município de Tuntum/MA.

10.2. A dotação para este exercício constará no processo administrativo.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá:

I - Decidir sobre aprovação do Termo de Referência;

II - Autorizar o prosseguimento da contratação.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 27 de novembro de 2024.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assessor Jurídico
Philippe Lima de Sousa Matrícula: 05400

Assinado por 1 pessoa: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: PHILLIPPE LIMA DE SOUSA em 27/11/2024 10:55:00
CPF:***.***-.193-28
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB9DF5546C964BC599333A75C8627D60

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 27 de novembro de 2024 às 15:28

Segue, em anexo Despacho para elaboração do Edital.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
8. Despacho da Autoridade Competente para elaboração do edital.pdf

DESPACHO ADMINISTRATIVO

APROVO o presente Termo de Referência, bem como os demais documentos que compõem os autos, visando o Registro de Preço para a contratação de empresa para prestação de Serviço de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado, conforme os dispositivos da Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 143/23, suas alterações e demais legislações correlatas.

Dessa forma, constam, plenamente justificadas as necessidades da contratação, a delimitação de seu objeto, elementos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, a estimativa de duração e os custos da contratação, **assim, AUTORIZO** o prosseguimento da contratação e encaminha-se os ao setor de licitações e contratos para elaboração da minuta do edital e seus anexos.

Solicito que os documentos contenham todas as informações necessárias para possibilitar uma participação ampla e qualificada dos interessados, precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, promovendo a competitividade e a eficiência na contratação.

SEC. MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS, 27 de novembro de 2024.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas
Portaria nº 140/2021

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/3EEBF38687514D178D2C3DB47045FCCC

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
3EEBF38687514D178D2C3DB47045FCCC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 27/11/2024 15:28:16
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/3EEBF38687514D178D2C3DB47045FCCC

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 29 de novembro de 2024 às 11:07

Segue, em anexo Despacho de Designação.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Anexo(s)
Despacho de Designação 2 - PE.pdf

DESPACHO DE DESIGNAÇÃO

CONSIDERANDO que cabe ao Chefe do Setor de Licitações e Contratos a distribuição dos processos administrativos, conforme o Decreto Municipal nº 143, de 2023;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 324, de 02 de outubro de 2023, fez a devida nomeação para o cargo de Chefe do Setor de Licitações e Contratos;

DESIGNO, para este processo administrativo, como responsáveis pela elaboração da minuta do edital e seus anexos, os servidores:

I. Ageu Azarias Cunha Loiola – Assessor Jurídico – matrícula nº 04926

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 29 de novembro de 2024.

SAFIRA CARVALHO DIAS
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Portaria nº 324/2023

Assinado por 1 pessoa: SAFIRA CARVALHO DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/C6C70D5B2D264ADABDF45E7F36E3979B

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
C6C70D5B2D264ADABDF45E7F36E3979B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: SAFIRA CARVALHO DIAS em 29/11/2024 11:07:17
CPF:***.***-.373-25
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/C6C70D5B2D264ADABDF45E7F36E3979B

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Ageu Azarias Cunha Loiola (ageu)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 02 de dezembro de 2024 às 10:16

Segue, Minuta Edital e anexos.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
Minuta Edital e anexos.pdf

Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO
Registro de Preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 1.228.500,00 (um milhão duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA
De XX/XX/2024 às XXh (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO
menor preço global
MODO DE DISPUTA
aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

Sumário

1. OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS 6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 7
7. DA FASE DE JULGAMENTO 11
8. FASE DE HABILITAÇÃO 13
9. DA GARANTIA 18
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 19
12. DOS RECURSOS 19
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 20
14. DA IMPUGNAÇÃO 22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 22

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

Processo Administrativo n°66/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS,** sediada na Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA, CEP 65763-000, realizará licitação, para o registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 2023, Decreto Municipal nº 143, de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: De XX/XX/XX às XXh (horário de Brasília)
Link: https://www.licitanet.com.br/
Critério de Julgamento: menor preço global

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado pelos itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 A participação no presente Pregão se dará mediante Sistema de Compras exclusivamente, pela plataforma https://www.licitanet.com.br/

3.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal da LICITANET para acesso ao sistema e operacionalização.

3.2. O procedimento será divulgado no https://www.licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.3. O licitante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Compras, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Prefeitura Municipal de Tuntum/MA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens com valores inferiores ou iguais a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8. A obtenção do benefício a que se refere os dois itens anteriores ficam limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$100 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Será aplicado o benefício que trata da prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e similares, sediadas no município de Tuntum/MA e posteriormente os da região central do Maranhão, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme art.48, § 3º, da LC nº 123/2006 e art. 7º do Decreto Municipal nº 132/2023.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1.1. empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;

6.23.1.2. empresas brasileiras;

6.23.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

6.23.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo

6.24.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.24.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros/documentos:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, será considerado indício de inexequibilidade das propostas aquelas que atingirem ou ultrapassarem a margem de 20% (vinte por cento) de desconto em relação ao valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de julgamento das propostas, será iniciada a fase de Habilitação, que somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

8.2. Será disponibilizado o prazo de 02 (duas) horas ao licitante classificado em primeiro lugar, para inserção dos documentos de Habilitação, a contar da solicitação no chat.

8.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que haja solicitação expressa do interessado no chat, antes do término do prazo inicial.

8.3. O licitante que não apresentar os documentos no prazo disponibilizado estará sujeito à desclassificação da sua proposta

8.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 02 (duas horas) sob pena de inabilitação.

8.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

8.7. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência da habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.11.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.12. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.2

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.18. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

8.21. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:

Habilitação Jurídica

8.22. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.23. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.24. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.25. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.26. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.27. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

8.28. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.29. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.30. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.31. Certidão Simplificada e Específica, expedidas pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, onde indique a razão social da empresa, seu enquadramento e capital social;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.32. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.33. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.34. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.35. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.36. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.37. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.38. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.39. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municip al.

Qualificação Econômico-financeira

8.40. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.40.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.40.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

8.40.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.40.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.41. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.42. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.43. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.44. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.45. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.46. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, quando for o caso;

8.46.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.47. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.47.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados similares ao objeto contido no Termo de Referência;

8.47.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.47.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.47.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

8.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

8.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.48.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.49. Alvará de localização e funcionamento, referente à sede da licitante.

9. DA GARANTIA

9.1. Será exigida a garantia da proposta no valor de 1% (um por cento) do valor da contratação, prestada através das modalidades previstas no art. 96, §1º, como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, título de capitalização custeado por pagamento único, seguro-garantia ou fiança bancária, na conta bancária: FIANÇA TUNTUM – Agência: 2743-x, Conta: 30.327-5 – Banco do Brasil, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021, no momento da apresentação da proposta como condição de pré-habilitação.

9.1.1. Entende-se que o momento oportuno para realização da garantia é na apresentação da proposta cadastrada no sistema.

9.1.2. Deverá ser apresentado o comprovante do seguro-garantia, boleto ou documento similar que comprove o cumprimento da cláusula anterior, direcionada a este edital.

9.2. Não será exigida a garantia da contratação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.tuntum.ma.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO

14.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio da própria plataforma.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.tuntum.ma.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

15.11.4. ANEXO IV – Declaração de Meio e Forma de Comunicação

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 02 de dezembro de 2024

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assessor Jurídico
Ageu Azarias Cunha Loiola Matrícula nº 04926

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA

Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas

Portaria nº 140/2021

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n°66/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG	BOMBONA	13.500	R$ 91,00	R$ 1.228.500,00
VALOR TOTAL					**R$ 1.228.500,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 setembro de 2021, bem como Decreto Municipal nº 143, de 13 de setembro de 2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista os serviços serem uma necessidade permanente, sendo que a vigência plurianual é mais vantajosa considerando a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Será aplicado o benefício que trata da prioridade de contratação para as ME/EPP/MEI sediadas no município de Tuntum ou na região central do Maranhão, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme art. 48, § 3º, da LC nº 123/2006 e art. 7º, do Decreto Municipal nº 132/2023.

1.7. Havendo empate ficto, será dada preferência de contratação para as ME/EPP/MEI, até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. Nesse caso, a ME/EPP/MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, conforme art. 44, § 2º, art. 45, inciso I da LC nº 123/2006, e art. 5º, § 2º do Decreto Municipal nº 132/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea 'b', da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece a necessidade de apresentação, no Termo de Referência, da descrição da necessidade a ser atendida. A prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado tem a necessidade de garantir a prestação de um serviço adequado de coleta, tratamento, transporte e descarte de resíduos, lixos hospitalares

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

e materiais perfurocortantes contaminados, prioriza um serviço eficiente e padronizado, realizando a coleta dos resíduos hospitalares de maneira adequada, evitando a exposição dos trabalhadores da saúde e da população a materiais perigosos.

2.2. O manejo de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado envolve procedimentos técnicos específicos, que incluem o fornecimento de transporte controlado garantindo que os resíduos sejam transportados de forma segura, com o uso de veículos apropriados, preparação e descarte utilizando tecnologias adequadas, como a incineração controlada ou o uso de autoclave, para tratar os resíduos hospitalares de maneira eficiente e sem causar impactos ambientais, além de toda a logística necessária para garantir a realização dentro das normas sanitárias e legais.

2.3. por uma empresa especializada, assegura a qualidade e a eficiência desses serviços, garantindo e certificando-se da qualidade dos serviços prestados que seus processos atendem aos mais altos padrões de qualidade e responsabilidade ambiental

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Descrição da Solução:

3.1. Considerando a necessidade de Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, apresentamos uma descrição abrangente da solução proposta, levando em consideração o ciclo de vida do objeto e a especificação do produto, conforme preconizado nos dispositivos legais.

Ciclo de Vida do Objeto:

3.2. O ciclo de vida do objeto refere-se ao conjunto de fases pelas quais um produto ou equipamento passa, incluindo aquisição, utilização e descarte. Quando aplicado à Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, o ciclo de vida do objeto pode ser delineado da seguinte forma:

Aquisição:

3.3. **Especificação Técnica:** Os resíduos devem ser coletados diretamente nos locais geradores (unidades hospitalares ou estabelecimentos de saúde) de acordo com as normas de biossegurança e utilizando embalagens adequadas, certificadas e padronizadas para resíduos infectantes

3.4. O prestador deve fornecer orientações e, quando necessário, treinamento aos responsáveis pelo acondicionamento interno para garantir a segurança e o correto manuseio

Utilização e Manutenção:

3.5. Transporte deve ser realizado por veículos devidamente licenciados para transporte de resíduos perigosos, equipados com sistemas de contenção e devidamente identificados.

3.6. A rota deve ser planejada para minimizar riscos ambientais e à saúde pública.

3.7. Substituição ou manutenção preventiva de contêineres e recipientes fornecidos para o armazenamento inicial dos resíduos.

Disposição Final:

3.8. **Descarte Responsável**: Após o tratamento, o resíduo tratado deverá ser classificado, com o material passível de disposição em aterros sanitários licenciados sendo encaminhado para destinação final.

3.9. O prestador deve garantir a rastreabilidade completa até a destinação final, disponibilizando certificados de destinação e laudos técnicos.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

Benefícios da Solução Proposta:

3.10. Redução de Riscos à Saúde: Minimiza a exposição de trabalhadores da saúde, profissionais de limpeza, transportadores e a comunidade aos agentes patogênicos presentes no lixo hospitalar. O tratamento adequado elimina a proliferação de micro-organismos, reduzindo o risco de infecções e epidemias causadas pelo manejo inadequado de resíduos contaminados.

3.11. Proteção do Meio Ambiente: Reduz o impacto ambiental ao assegurar que os resíduos sejam tratados e dispostos de forma a evitar a contaminação do solo, água e ar. O reaproveitamento de resíduos tratados ou a neutralização de agentes contaminantes promove práticas ambientalmente responsáveis. Os métodos adequados de transporte e tratamento contribuem para a redução de gases de efeito estufa e outros poluentes.

3.12. Fortalecimento da Reputação Institucional: O tratamento correto dos resíduos reforça o compromisso do contratante com a sustentabilidade, saúde e bem-estar da comunidade. A adoção de práticas que promovem a preservação ambiental e a saúde pública demonstra compromisso ético e responsabilidade corporativa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A empresa contratada deve implantar sistemas de controle que assegurem a conformidade com as legislações ambientais (Resoluções CONAMA, RDC Anvisa nº 222/2018, ABNT NBR 12808, entre outras).

4.2. A solução deve incorporar boas práticas de sustentabilidade, como a minimização de resíduos não tratados, o reaproveitamento energético (se aplicável) e a redução de emissões de gases de efeito estufa durante o transporte e tratamento.

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1. Deverão ser atendidos todos os regramentos relativos à sustentabilidade constantes no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico do Município de Tuntum/MA, conforme Lei Complementar Municipal nº 13, 12 de dezembro de 2022.

4.3.2. Deverá ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis (artigo 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305, de 2010, – Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia

4.5. Será exigida a garantia da proposta no valor de 1% (um por cento) do valor da contratação, prestada através das modalidades previstas no art. 96, §1º, como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, título de capitalização, seguro-garantia ou fiança bancária, na conta bancária: FIANÇA TUNTUM – Agência: 2743-x, Conta: 30.327-5 – Banco do Brasil, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021, no momento da apresentação da proposta como condição de pré-habilitação.

4.6. Entende-se que o momento oportuno para realização da garantia é na apresentação da proposta cadastrada no sistema.

4.7. Deverá ser apresentado o comprovante do seguro-garantia, boleto ou documento similar que comprove o cumprimento da cláusula anterior, direcionada a este edital

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

4.8. Não será exigida a garantia da contratação

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 7 (sete) dias úteis da emissão da ordem de serviço;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços contidos na Ordem de Serviço.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do serviço.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. **Alvará de Localização e Funcionamento, referente à sede da licitante**

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

8.27. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, quando for o caso;

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados similares ao objeto contido neste termo:

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$1.228.500,00 *(um milhão duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais)***, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município de Tuntum/MA.

10.2. A dotação para este exercício constará no processo administrativo.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá:

I - Decidir sobre aprovação do Termo de Referência;

II - Autorizar o prosseguimento da contratação.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 27 de novembro de 2024.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assessor Jurídico
Philippe Lima de Sousa Matrícula: 05400

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

ANEXO II

(Processo Administrativo n°..../202X)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº .....

O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, na cidade de Tuntum/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS**, órgão gerenciador, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de .... de ..... de 202..., publicada no DOM de .... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462, de 2023, e no Decreto Municipal nº 143, de 2023, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº ...../20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*					
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão) ....

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32, do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, data.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR:**

_____

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA

Secretário Mun. de Orçamento, Gestão e Despesas

Portaria nº 140/2021

Pelo(s) **FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

_____

NOME DA PESSOA

Cargo

CPF nº

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

ANEXO III

(Processo Administrativo n°..../202X)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA X.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, com sede administrativa na Rua Frederico Coelho, nº 411, Cetro, Tuntum/MA, CEP 65763-000, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **ROSINEIDE SILVA XAVIER**, ... *(cargo e nome)*, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOM* de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., e pelo, Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas**,** **RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA**, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOM* de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº .....doravante denominado CONTRATANTE, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em .....* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 143, de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico* nº *.../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

TABELA

1.3. Vinculam a esta contratação:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação consta no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

2.1.1. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato

7.2. Após o interregno de um ano, mediante o pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D6695AD1FD8476DB46F

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Tuntum/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, data.

Pelo **CONTRATANTE:**

_____	_____
RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA	**ROSINEIDE SILVA XAVIER**
Secretário Mun. de Orçamento, Gestão e Despesas	Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 140/2021	Portaria nº xx/xxx

Pelo **CONTRATATA:**

_____

NOME DA PESSOA
Cargo
CPF nº

Pelas **TESTEMUNHAS:**

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MEIO E FORMA DE COMUNICAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório n.º ___/2024

Pregão Eletrônico nº ___/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, com sede na Rua _____, n.º _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP, _____, por seu representante, o Sra(a), _____, nacionalidade brasileira, profissão, CPF nº, _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº__, na cidade de_____, Estado _____, CEP _____DECLARA expressamente que:

I. Os meios eletrônicos de comunicação utilizados por este fornecedor/ prestador de serviços são os seguintes**:**

CONTATO	**TIPO** (Email ou fone)	**App de mensagens** (quando celular)	**Dia e horário de expediente**
empresa@email.com.br	E-mail	-	De 2º a 6º das 08:00 às 18:00 horas
(xx) xxxxx-xxxx	Telefone	WhatsApp	De segunda a sexta das 08:00 às 18:00 horas

*(incluir todos os e-mails e telefones o licitante julgar necessário)

I Os endereços eletrônicos aqui declarados, são os meios de comunicação oficiais deste fornecedor/prestador de serviços, portanto, toda e qualquer citação, cientificação, notificações, intimação, avisos e demais atos necessários ao andamento do presente procedimento de contratação pública, devem ser encaminhados diretamente para estes.

II Estou ciente de que após o recebimento e visualização de comunicações no(s) referido(s) e-mail e aplicativo de mensagens, devo de pronto respondê-los com o termo “RECEBIDO”.

III Estou ciente de que o envio e o retorno com o termo “RECEBIDO”, será utilizado como marco temporal inicial para contagem de prazos.

IV Estou ciente de que ocorrerá cientificação tácita após 72 horas do recebimento de comunicação, sem que tenhamos confirmado o recebimento dela.

V Estou ciente de para se determinar a cientificação tácita, serão desconsiderados os sábados, domingos e feriados.

VI Estou ciente de que os meios aqui declarados, serão utilizados tanto no procedimento licitatório quanto no decorrer de toda a execução contratual.

VII Estou ciente de que o meio de comunicação utilizado pela Comissão Permanente de Licitação é o email licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.

VIII Estou ciente de que caso ocorra a mudança de qualquer meio de comunicação utilizado por este fornecedor/prestador, devo imediatamente comunicar o fato a Comissão de Licitação, e caso o contrato já esteja em execução, esta comunicação também deverá ser enviada ao departamento de compras e contratos.

Por ser verdade firmo a presente.

_____-____, _____de _____de 2024

Assinado por 1 pessoa: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA em 02/12/2024 10:16:03
CPF:***.***-.713-16
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B9DEC014885447D695AD1FD8476DB46F

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Procuradoria Geral do Município (Organograma)
Data: 02 de dezembro de 2024 às 10:22

Segue, em anexo Despacho para Assessoria Jurídica

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Anexo(s)
10. Despacho Para assessoria juridica.pdf

Ao senhor,

AIRTON JOSÉ DE SOUZA

Assessor Jurídico da Procuradoria Geral do Município

Assunto: Solicitação de Parecer Jurídico - Minuta do edital, seus anexos e o Processo de Contratação.

Prezado senhor,

Solicito parecer jurídico sobre a **minuta do edital e seus anexos**, enfatizando a conformidade legal do aviso e abordando aspectos jurídicos relevantes no processo de contratação.
Agradeço a brevidade na emissão do parecer, considerando a necessidade de avanço do processo.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 02 de dezembro de 2024.

SAFIRA CARVALHO DIAS
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Portaria nº 324/2023

Assinado por 1 pessoa: SAFIRA CARVALHO DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/596CE48B5EB94791999O358B0A2A9629

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
596CE48B5EB947919990358B0A2A9629

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: SAFIRA CARVALHO DIAS em 02/12/2024 10:22:29
CPF:***.***-.373-25
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/596CE48B5EB947919990358B0A2A9629

De: Procuradoria Geral do Município
Enviado por: Airton José de Sousa (airton)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 02 de dezembro de 2024 às 11:52

Segue, em anexo Parecer Jurídico.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
Parecer Jurídico - Lixo Hospitalar.pdf

PARECER JURÍDICO
PROCESSO Nº: 66/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, DECRETO Nº 10.818/2021, DECRETO Nº 10.947/2022, DECRETO MUNICIPAL Nº 143/2023. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa para prestação dos serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

2. Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

I) DFD- DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

II) AUTORIZAÇÃO

III) TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

IV) DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

V) MINUTA DO EDITAL E SEUS ANEXOS

3. É a síntese do necessário.

APRECIAÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

4. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
>
> *§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*
>
> *I - Apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*
>
> *II - Redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*

5. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> *Enunciado BPC nº 7*
>
> *A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

6. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Ele se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

7. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

8. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Limites e instâncias de governança

9. No presente caso, o valor da contratação é de R$ 1.228.500,00 (um milhão duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais) e o órgão assessorado declarou que o serviço contratado constitui atividade de custeio.

10. Por sua vez, o Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas, autorizou a contratação, o que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

11. Reiteramos que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.

Avaliação de conformidade legal

12. No presente caso, os autos foram instruídos conforme o que determina a Lei nº 14.133, de 2021, e o Decreto Municipal nº 143, de 2023.

Planejamento da contratação

13. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

14. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o* ***plano de contratações anual d****e que trata o inciso VII do* ***caput*** *do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as* ***leis orçamentárias****, bem como abordar todas as* ***considerações técnicas, mercadológicas e de gestão*** *que podem interferir na contratação, compreendidos:*
>
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em* ***estudo técnico preliminar*** *que caracterize o interesse público envolvido;*
>
> *II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de* ***termo de referência****, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
>
> *III - a definição das* ***condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento****;*
>
> *IV - o* ***orçamento estimado****, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
>
> *V - a elaboração do* ***edital*** *de licitação;*
>
> *VI - a elaboração de* ***minuta de contrato****, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
>
> *VII - o* ***regime de fornecimento de bens****, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

*VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**;*

*IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;*

*X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

*XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei. (grifou-se)*

15. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispões sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

16. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

Estudo Técnico Preliminar - ETP

17. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

18. O artigo art. 60, do Decreto Municipal nº 143, de 2023, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

Art. 60. Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados em Sistema próprio ou no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) ser realizada consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular;

d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, caso haja, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

19. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §1º, art. 60, do referido Decreto.

20. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2021, deve a Administração observar as regras constantes no Decreto Municipal nº 143, de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da Prefeitura Municipal de Tuntum – PMT/MA. Mais precisamente no seu art. 60, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

21. **No caso concreto, observa-se que a Administração elaborou o ETP de modo a contemplar as exigências legais e normativas, conforme o §1º, do art. 60, do Decreto Municipal nº 143, de 2023.**

Descrição da Necessidade da contratação

22. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

23. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

24. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133, de 2022, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

25. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n. 14.133, de 2022, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021)

26. Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido e registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então, a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

Levantamento de Mercado

27. Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

28. O art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

29. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

Em vista do exposto, registra-se que no caso concreto, o órgão realizou a busca por soluções de mercado.

Definição do Objeto

30. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

31. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

32. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

33. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

34. No caso dos autos e a despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente o órgão definiu o objeto de forma a contemplar os elementos acima.

Quantitativos Estimados

35. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

36. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

37. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

38. Nesse sentido, o art. 40 da Lei nº 40.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

39. Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

40. Deve-se ressalvar que não compete a esta unidade jurídica adentrar em questões técnicas, apenas apontar que o processo necessariamente contenha os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação e verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

41. No caso concreto, a legitimidade do quantitativo da futura contratação está suficientemente demonstrada.

Parcelamento do objeto da contratação

42. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:

> *Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *V - atendimento aos princípios:*
>
> *a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*
>
> ***b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;***
>
> *c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.*
>
> *(...) (grifou-se)*

43. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

> *§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:*
>
> *I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;*
>
> *II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e*
>
> *III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

44. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

> *§ 3º O parcelamento não será adotado quando:*
>
> *I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*
>
> *II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*
>
> *III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.*

45. Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua:

> *Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.*

46. Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens seja considerado indivisíveis, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

47. Por outro lado, a disposição de um objeto em tese indivisível em um mesmo item (como nos casos de aquisição com instalação, por exemplo), ou a agregação de itens em um grupo, pode vir a caracterizar a não observância do referido princípio, demandando, necessariamente, justificativa por parte do órgão ou entidade.

48. Ainda nesse tocante, a agregação de itens em grupo para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo pode vir a comprometer a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa, caso seja possível a contratação de itens isolados e a não contratação de outros. Nesses casos, seria cabível aplicar em um pregão comum, por analogia, as regras dos §§1º e 2º do artigo 82, que disciplina o Sistema de Registro de Preços:

> *§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos, deverá ser indicado no edital.*
>
> *§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.*

49. De qualquer forma, a decisão final envolve contornos técnicos e gerenciais específicos, a serem pormenorizados pelo órgão contratante, mediante justificativa baseada nos elementos legalmente definidos.

50. No caso concreto, em que pese o aspecto técnico envolvido, observa-se que a Administração pretende promover a licitação pelo menor preço, em tese, divisíveis/a agregação de itens em um grupo tendo apresentado motivação idônea para tanto.

Análise de riscos

51. No presente caso, foi juntado aos autos o Mapa de Riscos, o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021.

Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

52. No presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, com indicação da observância do parâmetro previsto nos incisos II e IV do art. 93, do Decreto Municipal nº 143, de 2023, materializada em documento anexo. Além disso, de se destacar o registro quanto à análise crítica dos valores.

Termo de Referência

53. O termo de referência foi juntado aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

54. Observa-se que o instrumento segue o modelo elaborado pela Procuradoria Geral do Município. As alterações efetuadas no modelo elaborado pela PGM e estão de acordo com o ordenamento jurídico, razão pela qual nada temos a ponderar.

Da natureza comum do objeto da licitação

55. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

56. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> (...)
>
> XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
>
> (...)

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

57. Sobre a necessidade de a Administração declarar a natureza do objeto da contratação, a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

> "Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."

58. Embora referida Orientação Normativa tenha sido editada à luz da Lei nº 8.666, de 1993, tem-se que o entendimento jurídico nela consubstanciado é compatível com a Lei nº 14.133, de 2021, motivo pelo qual merece ser observado.

59. No caso concreto, a Administração declarou expressamente a natureza comum do objeto da licitação.

Informação sobre o Regime de Fornecimento

60. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, que será abordado mais adiante.

61. No caso concreto, o regime de fornecimento **foi** suficientemente explicitado.

Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

62. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

63. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

I) modalidade de licitação;

II) critério de julgamento;

III) modo de disputa; e

IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

64. No caso concreto, o tema foi tratado na fase de planejamento.

Objetividade das exigências de qualificação técnica

65. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

66. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se a entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

67. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

68. No caso concreto, o tema foi tratado de forma adequada no TR.

Minuta de Edital

69. A minuta de edital foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

70. Observa-se que a minuta segue o modelo elaborado pela Advocacia Geral da União. As alterações efetuadas no modelo elaborado pela AGU e estão de acordo com o ordenamento jurídico, razão pela qual nada temos a ponderar.

Da restrição a participação de interessados no certame

71. O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

72. Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

73. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

74. Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

> *Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:*
>
> *I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;*
>
> *II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;*
>
> *III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;*
>
> *IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;*
>
> *V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.*
>
> *§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.*
>
> *§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.*
>
> *§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.*
>
> *§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.*
>
> *§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.*

75. No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

> *Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:*
>
> *I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*
>
> *II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*
>
> *III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

76. Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

77. No caso concreto, observa-se que o edital **prevê.**

Da participação de ME, EPP e Cooperativas

78. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

Licitação Exclusiva

79. O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

80. No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007.

81. A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, esclarece a forma de aferição do valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

Cota reservada

82. Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

83. Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:

I) Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e

II) Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

84. De acordo com o Decreto federal nº 8.538/2015, § 2º de seu artigo 8º, o edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada (até 25%), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado. O § 3º prevê, ainda, que se a mesma empresa vencer a cota reservada (25%) e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço. Obviamente, o cumprimento dessas regras regulamentares apenas é possível quando a cota principal e a cota reservada se relacionam ao mesmo objeto (ou item).

85. Convém mencionar que a Advocacia-Geral da União, recentemente, uniformizou a aplicação de cota destinada a microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, fixando o entendimento de que, na aplicação das cotas reservadas de até 25%, o montante destinado à contratação dessas empresas pode ultrapassar R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), já que o dispositivo legal não determina um valor máximo (inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06), assim como o faz nas licitações destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (inciso I). Tal entendimento consta do DESPACHO n. 00098/2021/DECOR/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, aprovado pelo DESPACHO n. 00115/2021/GAB/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, e aprovado pelo Advogado-Geral da

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

União pelo DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO Nº 071, de 17 de março de 2021 (seq. 24 a 27 do NUP 25000.193248/2018-73.

Minuta de termo de contrato

86. A minuta de termo de contrato foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

87. Observa-se que a minuta segue o modelo elaborado pela Advocacia Geral da União. As alterações efetuadas no modelo elaborado pela AGU e estão de acordo com o ordenamento jurídico, razão pela qual nada temos a ponderar.

Designação de agentes públicos

88. No presente caso, a portaria nº 02, de 04 de janeiro de 2024, que designa servidores para a atuação como Agente de Contratação, institui a Comissão de Contratação e disciplina a designação de pregoeiro e integrantes de Equipe de Apoio, de acordo com as regras da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 143/2023, está disponível no Portal de Transparência do Município, bem como as demais.

Publicidade do edital e do termo do contrato

89. Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021.

90. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CONCLUSÃO

91. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo.

Salvo melhor Juízo. É o PARECER.

Encaminhe-se, à autoridade competente, para:

I - Prosseguir com o processo de contratação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, 02 de dezembro de 2024

AIRTON JOSÉ DE SOUSA

Assessor Jurídico

Portaria nº 327/2023

Assinado por 1 pessoa: AIRTON JOSE DE SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: AIRTON JOSE DE SOUSA em 02/12/2024 11:52:05
CPF:***.***-.913-53
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/861108A756C64E6DBA71F67A3232BE88

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 02 de dezembro de 2024 às 16:05

Segue, em anexo Autorização para realização da Licitação.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Autorização PE.pdf

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. O presente processo refere-se a uma licitação, por meio de pregão eletrônico, por registro de preços, para a prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar, visando atender a Prefeitura Municipal de Tuntum.

2. Foi proposto, portanto, a realização de pregão eletrônico, para a aquisição pretendida, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 143, de 2023.

5. Após o encaminhamento da minuta do edital e seus anexos, pelo setor de licitações e contratos, os autos foram apreciados pela Assessoria Jurídica, conforme Parecer Jurídico, em cumprimento ao disposto no art. 53, da Lei nº 14.133/2021, para fins do controle prévio de legalidade, que se manifestou pela regularidade do procedimento.

6. Pelo exposto, no uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 140, de 15 de fevereiro de 2021, do Exmo. Prefeito Municipal, APROVO o Edital e seus anexos, e, AUTORIZO a realização do procedimento de contratação por pregão, na forma eletrônica, nos termos solicitados.

7. Ao setor de licitações e contratos para as providências cabíveis.

SEC. MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS, 02 de novembro de 2024.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas
Portaria nº 140/2021

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/699B50BAB90E4129A8631E7138008882

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
699B50BAB90E4129A8631E7138008882

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 02/12/2024 16:05:00
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/699B50BAB90E4129A8631E7138008882

De: Safira Carvalho Dias

Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma), Setor de Compras e Planejamento (Organograma), Setor de Licitações e Contratos (Organograma), Procuradoria Geral do Município (Organograma), Setor de Protocolo (Organograma), Rosineide Silva Xavier (Interno), Kalline Paiva Mendes (Interno), Jerry Araújo da Silva (Interno), Ageu Azarias Cunha Loiola (Interno), Anderson Vieira de Oliveira (Interno)

Data: 03 de dezembro de 2024 às 09:47

O processo 66 / 2024 - Procedimento de Aquisição/Contratação - PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO foi apensado no processo 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO.

Apensamento do processo administrativo.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 03 de dezembro de 2024 às 09:48

Segue em anexo, termo de continuidade.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Anexo(s)
TERMO DE CONTINUIDADE (5).pdf

TERMO DE CONTINUIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nesta data, procedo a numeração do pregão eletrônico, nos seguintes termos:

NÚMERO DO PROCESSO: 66/2024	
PREGÃO ELETRÔNICO: 20/2024	
CIDADE: Tuntum	**ESTADO:** Maranhão
ASSUNTO: Registro de Preços para prestação dos serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar.	

Bem como, segue quadro demonstrativo da Comissão de Contra Comissão de Contratação, instituída conforme Portaria nº 04/2024, que designa servidores para atuação como Agente de Contratação, institui a Comissão de Contratação e disciplina a designação de pregoeiro e integrantes de Equipe de Apoio, de acordo com as regras da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 143/2023:

SERVIDOR	FUNÇÃO	MATRÍCULA	VÍNCULO EMPREGATÍCIO
ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	01226	EFETIVO
ANA KATRINY DA GUIA DIAS	EQUIPE DE APOIO	04722	COMISSIONADA
GLEYSON ALVES OLIVEIRA	EQUIPE DE APOIO	04490	COMISSIONADO

Dessa forma, encaminho à Comissão de Contratação, para dar continuidade ao processo de contratação.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 03 de dezembro 2024.

SAFIRA CARVALHO DIAS
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Portaria nº 324/2023

Assinado por 1 pessoa: SAFIRA CARVALHO DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/C4DC7DCC268849BB8A809E6242A92C8C

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
C4DC7DCC268849BB8A809E6242A92C8C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: SAFIRA CARVALHO DIAS em 03/12/2024 09:48:10
CPF:***.***-.373-25
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/C4DC7DCC268849BB8A809E6242A92C8C

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Ageu Azarias Cunha Loiola (ageu)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 17 de dezembro de 2024 às 16:23

Segue, em anexo, Edital do PE nº 20/2024.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
Edital - Lixo hospitalar.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO
Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 1.228.500,00 (um milhão duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA
De 07/01/2025 às 09h (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço global
MODO DE DISPUTA
Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

Sumário

1. OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS 6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 7
7. DA FASE DE JULGAMENTO 11
8. FASE DE HABILITAÇÃO 14
9. DA GARANTIA 18
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 19
12. DOS RECURSOS 19
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 20
14. DA IMPUGNAÇÃO 22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 22

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

Processo Administrativo n°66/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS,** sediada na Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA, CEP 65763-000, realizará licitação, para o registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 2023, Decreto Municipal nº 143, de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: De 07/01/2025 às 09h (horário de Brasília)
Link: https://www.licitanet.com.br/
Critério de Julgamento: menor preço global

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preço para prestação de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado pelos itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 A participação no presente Pregão se dará mediante Sistema de Compras exclusivamente, pela plataforma https://www.licitanet.com.br/

3.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal da LICITANET para acesso ao sistema e operacionalização.

3.2. O procedimento será divulgado no https://www.licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.3. O licitante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Compras, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Prefeitura Municipal de Tuntum/MA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens com valores inferiores ou iguais a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8. A obtenção do benefício a que se refere os dois itens anteriores ficam limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

3.14. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 100,00 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Será aplicado o benefício que trata da prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e similares, sediadas no município de Tuntum/MA e posteriormente os da região central do Maranhão, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme art.48, § 3º, da LC nº 123/2006 e art. 7º do Decreto Municipal nº 132/2023.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1.1. empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;

6.23.1.2. empresas brasileiras;

6.23.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

6.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo

6.24.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.24.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros/documentos:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, **será considerado indício de inexequibilidade** das propostas aquelas que apresentarem desconto **igual ou superior a 20% (vinte por cento) em relação ao valor orçado pela Administração**, ou seja, uma redução que varie de 20% a 100%.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7.2. Para os ITENS em que a licitante apresentar proposta de preços com redução igual ou superior a 20%, conforme disposto no caput, ficará obrigada a apresentar **Planilha de Composição de Custo Unitário do(s) Item (ns)**, a fim de comprovar a exequibilidade dos valores. A planilha deverá ser **acompanhada de notas fiscais e outras informações** que comprovem a viabilidade da proposta.

7.7.2.1. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar o documento digital complementar, **Planilha de Composição de Custo**, por meio da funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sendo esse prazo prorrogável a critério do agente de contratação, desde que a solicitação seja feita no chat antes do vencimento do prazo inicial. O não envio da documentação no prazo estabelecido poderá resultar na não aceitação da proposta para o(s) item(ns).

7.7.2.2. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspendera a sessão, informando no "chat' a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de julgamento das propostas, será iniciada a fase de Habilitação, que somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.2. Será disponibilizado o prazo de 02 (duas) horas ao licitante classificado em primeiro lugar, para inserção dos documentos de Habilitação, a contar da solicitação no chat.

8.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que haja solicitação expressa do interessado no chat, antes do término do prazo inicial.

8.3. O licitante que não apresentar os documentos no prazo disponibilizado estará sujeito à desclassificação da sua proposta

8.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 02 (duas horas) sob pena de inabilitação.

8.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

8.7. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência da habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.11.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.12. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.2

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.18. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

8.21. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:

Habilitação Jurídica

8.22. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.23. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.24. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.25. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.26. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.27. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.28. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.29. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.30. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.31. Certidão Simplificada e Específica, expedidas pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, onde indique a razão social da empresa, seu enquadramento e capital social;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.32. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.33. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.34. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.35. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.36. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.37. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.38. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.39. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-financeira

8.40. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8.40.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.40.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.40.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.40.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.41. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.42. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.43. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.44. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.45. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.46. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, quando for o caso;

8.46.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.47. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.47.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados similares ao objeto contido no Termo de Referência;

8.47.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.47.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.47.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

8.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.48.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.49. Alvará de localização e funcionamento, referente à sede da licitante.

9. DA GARANTIA

9.1. Será exigida a garantia da proposta no valor de 1% (um por cento) do valor da contratação, prestada através das modalidades previstas no art. 96, §1º, como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, título de capitalização custeado por pagamento único, seguro-garantia ou fiança bancária, na conta bancária: FIANÇA TUNTUM – Agência: 2743-x, Conta: 30.327-5 – Banco do Brasil, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021, no momento da apresentação da proposta como condição de pré-habilitação.

9.1.1. Entende-se que o momento oportuno para realização da garantia é na apresentação da proposta cadastrada no sistema.

9.1.2. Deverá ser apresentado o comprovante do seguro-garantia, boleto ou documento similar que comprove o cumprimento da cláusula anterior, direcionada a este edital.

9.2. Não será exigida a garantia da contratação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.tuntum.ma.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO

14.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio da própria plataforma.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.tuntum.ma.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

15.11.4. ANEXO IV – Declaração de Meio e Forma de Comunicação

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 17 de dezembro de 2024

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assessor Jurídico
Ageu Azarias Cunha Loiola Matrícula nº 04926

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA

Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas

Portaria nº 140/2021

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n°66/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG	BOMBONA	13.500	R$ 91,00	R$ 1.228.500,00
VALOR TOTAL					**R$ 1.228.500,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 setembro de 2021, bem como Decreto Municipal nº 143, de 13 de setembro de 2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista os serviços serem uma necessidade permanente, sendo que a vigência plurianual é mais vantajosa considerando a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Será aplicado o benefício que trata da prioridade de contratação para as ME/EPP/MEI sediadas no município de Tuntum ou na região central do Maranhão, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme art. 48, § 3º, da LC nº 123/2006 e art. 7º, do Decreto Municipal nº 132/2023.

1.7. Havendo empate ficto, será dada preferência de contratação para as ME/EPP/MEI, até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. Nesse caso, a ME/EPP/MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, conforme art. 44, § 2º, art. 45, inciso I da LC nº 123/2006, e art. 5º, § 2º do Decreto Municipal nº 132/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea 'b', da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece a necessidade de apresentação, no Termo de Referência, da descrição da necessidade a ser atendida. A prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado tem a necessidade de garantir a prestação de um serviço adequado de coleta, tratamento, transporte e descarte de resíduos, lixos hospitalares

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

e materiais perfurocortantes contaminados, prioriza um serviço eficiente e padronizado, realizando a coleta dos resíduos hospitalares de maneira adequada, evitando a exposição dos trabalhadores da saúde e da população a materiais perigosos.

2.2. O manejo de serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado envolve procedimentos técnicos específicos, que incluem o fornecimento de transporte controlado garantindo que os resíduos sejam transportados de forma segura, com o uso de veículos apropriados, preparação e descarte utilizando tecnologias adequadas, como a incineração controlada ou o uso de autoclave, para tratar os resíduos hospitalares de maneira eficiente e sem causar impactos ambientais, além de toda a logística necessária para garantir a realização dentro das normas sanitárias e legais.

2.3. por uma empresa especializada, assegura a qualidade e a eficiência desses serviços, garantindo e certificando-se da qualidade dos serviços prestados que seus processos atendem aos mais altos padrões de qualidade e responsabilidade ambiental

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Descrição da Solução:

3.1. Considerando a necessidade de Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, apresentamos uma descrição abrangente da solução proposta, levando em consideração o ciclo de vida do objeto e a especificação do produto, conforme preconizado nos dispositivos legais.

Ciclo de Vida do Objeto:

3.2. O ciclo de vida do objeto refere-se ao conjunto de fases pelas quais um produto ou equipamento passa, incluindo aquisição, utilização e descarte. Quando aplicado à Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento de lixo hospitalar contaminado, o ciclo de vida do objeto pode ser delineado da seguinte forma:

Aquisição:

3.3. **Especificação Técnica:** Os resíduos devem ser coletados diretamente nos locais geradores (unidades hospitalares ou estabelecimentos de saúde) de acordo com as normas de biossegurança e utilizando embalagens adequadas, certificadas e padronizadas para resíduos infectantes

3.4. O prestador deve fornecer orientações e, quando necessário, treinamento aos responsáveis pelo acondicionamento interno para garantir a segurança e o correto manuseio

Utilização e Manutenção:

3.5. Transporte deve ser realizado por veículos devidamente licenciados para transporte de resíduos perigosos, equipados com sistemas de contenção e devidamente identificados.

3.6. A rota deve ser planejada para minimizar riscos ambientais e à saúde pública.

3.7. Substituição ou manutenção preventiva de contêineres e recipientes fornecidos para o armazenamento inicial dos resíduos.

Disposição Final:

3.8. **Descarte Responsável**: Após o tratamento, o resíduo tratado deverá ser classificado, com o material passível de disposição em aterros sanitários licenciados sendo encaminhado para destinação final.

3.9. O prestador deve garantir a rastreabilidade completa até a destinação final, disponibilizando certificados de destinação e laudos técnicos.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

Benefícios da Solução Proposta:

3.10. Redução de Riscos à Saúde: Minimiza a exposição de trabalhadores da saúde, profissionais de limpeza, transportadores e a comunidade aos agentes patogênicos presentes no lixo hospitalar. O tratamento adequado elimina a proliferação de micro-organismos, reduzindo o risco de infecções e epidemias causadas pelo manejo inadequado de resíduos contaminados.

3.11. Proteção do Meio Ambiente: Reduz o impacto ambiental ao assegurar que os resíduos sejam tratados e dispostos de forma a evitar a contaminação do solo, água e ar. O reaproveitamento de resíduos tratados ou a neutralização de agentes contaminantes promove práticas ambientalmente responsáveis. Os métodos adequados de transporte e tratamento contribuem para a redução de gases de efeito estufa e outros poluentes.

3.12. Fortalecimento da Reputação Institucional: O tratamento correto dos resíduos reforça o compromisso do contratante com a sustentabilidade, saúde e bem-estar da comunidade. A adoção de práticas que promovem a preservação ambiental e a saúde pública demonstra compromisso ético e responsabilidade corporativa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A empresa contratada deve implantar sistemas de controle que assegurem a conformidade com as legislações ambientais (Resoluções CONAMA, RDC Anvisa nº 222/2018, ABNT NBR 12808, entre outras).

4.2. A solução deve incorporar boas práticas de sustentabilidade, como a minimização de resíduos não tratados, o reaproveitamento energético (se aplicável) e a redução de emissões de gases de efeito estufa durante o transporte e tratamento.

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1. Deverão ser atendidos todos os regramentos relativos à sustentabilidade constantes no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico do Município de Tuntum/MA, conforme Lei Complementar Municipal nº 13, 12 de dezembro de 2022.

4.3.2. Deverá ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis (artigo 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305, de 2010, – Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia

4.5. Será exigida a garantia da proposta no valor de 1% (um por cento) do valor da contratação, prestada através das modalidades previstas no art. 96, §1º, como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, título de capitalização, seguro-garantia ou fiança bancária, na conta bancária: FIANÇA TUNTUM – Agência: 2743-x, Conta: 30.327-5 – Banco do Brasil, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021, no momento da apresentação da proposta como condição de pré-habilitação.

4.6. Entende-se que o momento oportuno para realização da garantia é na apresentação da proposta cadastrada no sistema.

4.7. Deverá ser apresentado o comprovante do seguro-garantia, boleto ou documento similar que comprove o cumprimento da cláusula anterior, direcionada a este edital

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

4.8. Não será exigida a garantia da contratação

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 7 (sete) dias úteis da emissão da ordem de serviço;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços contidos na Ordem de Serviço.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do serviço.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. **Alvará de Localização e Funcionamento, referente à sede da licitante**

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8.27. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, quando for o caso;

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados similares ao objeto contido neste termo:

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$1.228.500,00 *(um milhão duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais)***, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município de Tuntum/MA.

10.2. A dotação para este exercício constará no processo administrativo.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá:

I - Decidir sobre aprovação do Termo de Referência;

II - Autorizar o prosseguimento da contratação.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 27 de novembro de 2024.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assessor Jurídico
Philippe Lima de Sousa Matrícula: 05400

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

ANEXO II

(Processo Administrativo n°..../202X)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº .....

O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, na cidade de Tuntum/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS**, órgão gerenciador, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de .... de ..... de 202..., publicada no DOM de .... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462, de 2023, e no Decreto Municipal nº 143, de 2023, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº ...../20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*					
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão) ....

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32, do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, data.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR:**

_____

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA

Secretário Mun. de Orçamento, Gestão e Despesas

Portaria nº 140/2021

Pelo(s) **FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

_____

NOME DA PESSOA

Cargo

CPF nº

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

ANEXO III

(Processo Administrativo n°..../202X)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA X.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, com sede administrativa na Rua Frederico Coelho, nº 411, Cetro, Tuntum/MA, CEP 65763-000, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **ROSINEIDE SILVA XAVIER**, ... *(cargo e nome)*, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOM* de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., e pelo, Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas**,** **RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA**, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOM* de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº .....doravante denominado CONTRATANTE, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em .....* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 143, de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico* nº *.../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

TABELA

1.3. Vinculam a esta contratação:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação consta no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

2.1.1. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato

7.2. Após o interregno de um ano, mediante o pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Tuntum/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, data.

Pelo **CONTRATANTE:**

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA	**ROSINEIDE SILVA XAVIER**
Secretário Mun. de Orçamento, Gestão e Despesas	Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 140/2021	Portaria nº xx/xxx

Pelo **CONTRATATA:**

NOME DA PESSOA
Cargo
CPF nº

Pelas **TESTEMUNHAS:**

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MEIO E FORMA DE COMUNICAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório n.º ___/2024

Pregão Eletrônico nº ___/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, com sede na Rua _____, n.º _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP, _____, por seu representante, o Sra(a), _____, nacionalidade brasileira, profissão, CPF nº, _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº__, na cidade de_____, Estado _____, CEP _____DECLARA expressamente que:

I. Os meios eletrônicos de comunicação utilizados por este fornecedor/ prestador de serviços são os seguintes**:**

CONTATO	**TIPO** (Email ou fone)	**App de mensagens** (quando celular)	**Dia e horário de expediente**
empresa@email.com.br	E-mail	-	De 2º a 6º das 08:00 às 18:00 horas
(xx) xxxxx-xxxx	Telefone	WhatsApp	De segunda a sexta das 08:00 às 18:00 horas

*(incluir todos os e-mails e telefones o licitante julgar necessário)

I Os endereços eletrônicos aqui declarados, são os meios de comunicação oficiais deste fornecedor/prestador de serviços, portanto, toda e qualquer citação, cientificação, notificações, intimação, avisos e demais atos necessários ao andamento do presente procedimento de contratação pública, devem ser encaminhados diretamente para estes.

II Estou ciente de que após o recebimento e visualização de comunicações no(s) referido(s) e-mail e aplicativo de mensagens, devo de pronto respondê-los com o termo “RECEBIDO”.

III Estou ciente de que o envio e o retorno com o termo “RECEBIDO”, será utilizado como marco temporal inicial para contagem de prazos.

IV Estou ciente de que ocorrerá cientificação tácita após 72 horas do recebimento de comunicação, sem que tenhamos confirmado o recebimento dela.

V Estou ciente de para se determinar a cientificação tácita, serão desconsiderados os sábados, domingos e feriados.

VI Estou ciente de que os meios aqui declarados, serão utilizados tanto no procedimento licitatório quanto no decorrer de toda a execução contratual.

VII Estou ciente de que o meio de comunicação utilizado pela Comissão Permanente de Licitação é o email licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.

VIII Estou ciente de que caso ocorra a mudança de qualquer meio de comunicação utilizado por este fornecedor/prestador, devo imediatamente comunicar o fato a Comissão de Licitação, e caso o contrato já esteja em execução, esta comunicação também deverá ser enviada ao departamento de compras e contratos.

Por ser verdade firmo a presente.

_____-____, _____de _____de 2024

Assinado por 2 pessoas: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: AGEU AZARIAS CUNHA LOIOLA em 17/12/2024 16:23:03
  CPF:***.***-.713-16
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 17/12/2024 16:24:03
  CPF:***.***-.683-04
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F4C266B8A65D42579E62A5BEEE18871E

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Robson Thiago Arrais Pereira Sousa (robson)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 17 de dezembro de 2024 às 16:37

Segue, em anexo, Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 20/2024.

Agente de Contratação

Anexo(s)
Aviso - Lixo hospitalar- PE 20.24.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 143/2023, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global. **Objeto:** Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA. **Data da sessão:** dia 07 de janeiro de 2025, às 09h00min (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp; https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 17 de dezembro de 2024.

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

Assinado por 1 pessoa: ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/AF8E2C942B6E4CFEAABCB69744A4CEE3

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
AF8E2C942B6E4CFEAABCB69744A4CEE3

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA em 17/12/2024 16:37:11
CPF:***.***-.643-36
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/AF8E2C942B6E4CFEAABCB69744A4CEE3

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Robson Thiago Arrais Pereira Sousa (robson)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 18 de dezembro de 2024 às 10:47

Seguem, em anexo, as devidas publicações.

Agente de Contratação

Anexo(s)
Publicação - DOM.pdf
Publicação - SINC.pdf
Publicação - PNCP.pdf
Publicação - Portal do Município.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL TUNTUM
MAIS QUE TRABALHO, CUIDAR DA NOSSA GENTE!

DIÁRIO OFICIAL
Município de Tuntum - MA

VOL. IV - Nº 0949/2024
ISSN – 2965-3746
TERÇA – 17 DE DEZEMBRO DE 2024

EXECUTIVO

SUMÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024 1
AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024 1
AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024 1

AVISO DE LICITACÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 143/2023, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço global. **Objeto:** Contratação de uma empresa especializada, visando à construção de 04 (quatro) pontes pré-moldadas, na Sede e Zona Rural do município de Tuntum – MA, conforme discriminado no memorial descritivo, além de qualificação e orçamentação da obra, com Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao CREA/MA, com recurso próprio do município. **Data da sessão:** dia 09 de janeiro de 2025, às 09:00h (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp; https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 17 de dezembro de 2024.

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

AVISO DE LICITACÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 143/2023, licitação na modalidade Pregão Eletrônica, do tipo menor preço global. **Objeto:** Registro de Preço para contratação de empresa especializada em serviços de sinalização do trânsito para o Município de Tuntum/MA **Data da sessão:** dia 08 de janeiro de 2025 às 09:00h (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp; https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 17 de dezembro de 2024.

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

AVISO DE LICITACÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 143/2023, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global. **Objeto:** Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA. **Data da sessão:** dia 07 de janeiro de 2025, às 09h00min (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp; https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura

DIÁRIO OFICIAL | MUNICÍPIO DE TUNTUM - MA
VOL. IV - Nº 0949/2024 – TERÇA – 17 DE DEZEMBRO DE 2024
ISSN - 2965-3746

Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 17 de dezembro de 2024.

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

PREFEITURA MUNICIPAL
TUNTUM
MAIS QUE TRABALHO,
CUIDAR DA NOSSA GENTE!

FERNANDO PORTELA TELES PESSOA
Prefeito Municipal

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretaria Municipal De Orçamento, Gestão E Despesas

CAROLINE SOARES LIMA
Secretária Executiva

www.tuntum.ma.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM - MA
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - Centro - CEP : 65763000
Tuntum – MA
Contato: (99) 99220-0236

MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Dados: 2024.12.18 09:26:15 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

PROCEDIMENTO 20/2024

Ente: Tuntum

Entidade Licitante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE (FMS) - 10.476.850/0001-14

ID Procedimento: PE202024

Número Processo/Ano: 20/2024

Número Procedimento/Ano: 20/2024

Data Publicação: 17/12/2024

Número Lei/Ano: $procedimento.numeroLei/$procedimento.anoLei

Procedimento: PE - Pregão Eletrônico

Critério: 1 - Menor Preço

Finalidade: 4 - Aquisição de serviços

Sistema Pregão: Licitanet

Data Adesão: -

Regime Execução: 1 - Empreitada por preço global

Valor Estimado: ¤1,228,500.00

Data Sessão: 07/01/2025

CPF Autoridade: 769.632.683-04

Status: Em processamento

Objeto:
Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.

Resultados

Resultado	Data	Valor
Sem itens		

Total Resultado: 0

Licitantes Participantes

CPF/CNPJ	Nome	Estrangeiro
Sem itens		

Total Cadastro Licitante: 0

Contrato

ID Contrato	N° Contrato	Vigência	CPF/CNPJ Contratado	Valor
Sem itens				

Total Contrato: 0

Atas

N° Ata	Vigência	Valor
Sem itens		

Total Ata Registro: 0

Cadastro Orgão - Orgãos Participantes

CNPJ	Nome
Sem itens	

Total Cadastro Orgão Participantes: 0

Cadastro Orgão - Orgãos Não Participantes

CNPJ	Nome
Sem itens	

Total Cadastro Orgão Não Participantes: 0

Edital nº 20/2024

Última atualização 17/12/2024

Local: Tuntum/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE TUNTUM **Unidade compradora:** 1338 - MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim

Data de divulgação no PNCP: 17/12/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 17/12/2024 16:55 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 07/01/2025 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06138911000166-1-000053/2024 **Fonte:** Licitanet Licitações Eletrônicas LTDA

Objeto:

[LICITANET] - Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 1.228.500,00

Itens Arquivos Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
117908_editais_1734465137.zip	17/12/2024	Edital	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap
Escola Nacional de Administração Pública

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Detalhes do Processo Licitatório

Veja detalhadamente as informações sobre a licitação selecionada

PREGÃO ELETRÔNICO: 20/2024 - EXERCÍCIO: 2024 - ABERTA

# ID Contratação	Número Processo/Ano	Número Procedimento/Ano	Data Publicação
PE202024	20/2024	20/2024	17/12/2024

Procedimento	Critério	Finalidade	Sistema Pregão
Pregão Eletr	1 - MENOR F	AQUISIÇÃO	Licitanet

Regime Execução	Valor Estimado	Data Sessão	Data de abertura
EMPREITAD	R$ 1.228.50(	07/01/2025	07/01/2025

Hora de abertura
09:00

OBJETO:
Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.

Andamento | Forma de publicação | Responsáveis | Orgãos | Participantes

SITUAÇÃO ATUAL: ABERTA

18/12/2024 09:20

FASE: AVISO DE LICITAÇÃO - aberta
Responsável: ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA

DOCUMENTOS ANEXADOS

Descrição	Extensão	Tamanho	Ver
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024	pdf	629.619 KB	Ver

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

CONTRATOS VINCULADOS

Data	Tipo	Número	Exercício	Credor/Vencedor	Valor contratado	Vigência	Mais
Ainda não possui contrato vinculado							

LOCALIZAÇÃO

Rua Frederico Coelho, N°411 - Centro - CEP: 65763000 | Tuntum - MA

FALE CONOSCO

Serviço de Informação Municipal

Email: **gabinete@tuntum.ma.gov.br**

Telefone: **(99) 99220-0236**

+ Informações

Prefeito e Vice

A Prefeitura

Secretarias

Serviços

Transparência

Diário Oficial

ATENDIMENTO

De Segunda a Sexta 08:00 às 14:00

NEWSLETTER

Para receber os informativos da Prefeitura, basta **Cadastrar** seu e-mail!

© 2024 - Todos os direitos reservados. | Desenvolvido por **MaximizeGov**

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Robson Thiago Arrais Pereira Sousa (robson)
Para: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (Interno)
Data: 08 de janeiro de 2025 às 16:14

Seguem documentos do processo do Pregão Eletrônico Nº 20/2024, para as providências cabíveis quanto à adjudicação e à homologação.

Agente de Contratação

Anexo(s)

1 LICITANET - Fornecedor(es) participante(s).pdf
2 LICITANET - Proposta Inicial do(s) Lote(s).pdf
3 tuntum_ma_1736202862.pdf
4 certidao_de_regularidade_da_susep_1736204083.pdf
5 comprovante_02_01_2025_174422_1736204089.pdf
6 LICITANET - PROPOSTA FINAL PROCESSO.pdf
7 LICITANET - Classificação da Disputa.pdf
8. DOCS. DE HAB_.pdf
8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf
8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf
9 LICITANET - Vencedor(es) do(s) Lote(s).pdf
10 LICITANET - Recursos do Processo.pdf
11 LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO.pdf

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

Fornecedor(es) participante(s)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
L. FIGUEIREDO SOARES	13.032.721/0001-25	Microempresa

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

Proposta Inicial do(s) Lote(s)

Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

LOTE 1

Fornecedor - ID 74037 13.032.721/0001-25 - L. FIGUEIREDO SOARES - ME/EPP Data: 06/01/2025 19:40 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	13.500,00	BOMBONA	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 86,45	R$ 1.167.075,00

Total Geral: R$ 1.167.075,00

APÓLICE DIGITAL

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, **a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep/pt-br)** ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - CEP 80410-201 - Curitiba - PR

Data de Emissão: **02/01/2025 17:33:20**
N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216076**
Proposta: **4996519**
Controle Interno (Código Controle): **880456910**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021607 6**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM/MA

CPF/CNPJ: 06.138.911/0001-66 RUA FREDERICO COELHO, 411, TUNTUM - MA

DADOS DO TOMADOR: L. FIGUEIREDO SOARES

CPF/CNPJ: 13.032.721/0001-25 R 18 DE JANEIRO 126 LETRA A, LETRA A, CENTRO - CEP: 65.695-000 - FORTUNA - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203293-3 **AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 47312402203ECBD2 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 009F1E58A664DE5F543AD0

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, http://www.consumidor.gov.br.

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216076**
Proposta: **4996519**
Controle Interno (Código Controle): **880456910**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021607 6**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Licitante	R$ 12.285,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R$ 12.285,00	07/01/2025	10/03/2025
Multas e Penalidades	R$ 12.285,00	07/01/2025	10/03/2025

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 160,00
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 160,00**

Condições de Pagamento:

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	09/01/2025	23741838	R$ 160,00

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as aliquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição

APÓLICE DIGITAL

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 3 tuntum_ma_1736202862.pdf (2/9) 237/542

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216076**
Proposta: **4996519**
Controle Interno (Código Controle): **880456910**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021607 6**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024.**

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 3 tuntum_ma_1736202862.pdf (3/9) 238/542

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE
PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:
a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;
b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;
c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;
d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;
e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;
f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;
g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;
h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;
i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;
j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;
k) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;
l) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;
m) quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de Seguro garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES
4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO
5.1. Reclamação de Sinistro: não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.
5.2. **Caracterização do Sinistro**: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;
e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
5.4. **Regulação do Sinistro**: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.
5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. interrompido, reiniciando a partir do primeiro dia útil subsequente à revogação dos efeitos da decisão, mesmo que tenham sido interpostos recursos, se estes não possuírem efeito suspensivo.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO
6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.
6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.
6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.
6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.
6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.
6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.
6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.
6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS
7.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;
II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;
III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;
IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;
V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;

VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;
VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.
7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.
7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:
a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.
8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.
9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios remotos legais admitidos. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.
11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.
11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.
11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
12.2.1. Para ausência de dúvidas, a presente Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.
12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:
I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.
II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.

V. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.
VI. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.
VII. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.
VIII. Prejuízos: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.
IX. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.
X. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.
XI. Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.
XII. Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.
XIII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.
XIV. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.
XV. Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.
XVI. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que JUNTO SEGUROS S.A., CNPJ 84948157000133, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05436_02012025_173345_400**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 02 de Janeiro de 2025.

02/01/2025 - BANCO DO BRASIL - 17:44:16
131201312 0002

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: L. FIGUEIREDO SOARES
AGENCIA: 1312-9 CONTA: 34.874-0
==========
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

03399895433800000016647492901013899560000016000
BENEFICIARIO:
JUNTO SEGUROS S A
NOME FANTASIA:
JUNTO SEGUROS S A
CNPJ: 84.948.157/0001-33
BENEFICIARIO FINAL:
Junto Seguros SA
CNPJ: 84.948.157/0001-33
PAGADOR:
L FIGUEIREDO SOARES
CNPJ: 13.032.721/0001-25

NR. DOCUMENTO 10.205
DATA DE VENCIMENTO 09/01/2025
DATA DO PAGAMENTO 02/01/2025
VALOR DO DOCUMENTO 160,00
VALOR COBRADO 160,00
==========
NR.AUTENTICACAO E.3D5.CFC.57E.8F0.D2B
==========
Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes,cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

PROPOSTA FINAL PROCESSO

Fornecedor: L. FIGUEIREDO SOARES **CNPJ: 13.032.721/0001-25**

Representante: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES

Telefone: (99) 8528-1301

E-mail: construtoraconserve@gmail.com

Endereço: R 18 DE JANEIRO, 126 - CENTRO, Fortuna - Maranhão - 65695-000

Lote	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
1	13.500,00	BOMBONA	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 86,45	R$ 1.167.075,00

Total R$ 1.167.075,00

Validade da proposta: Conforme estipulado no Edital.

Condições de entrega do produto ou execução dos serviços: Conforme estipulado no Edital.

Garantia legal: Conforme especificação do Edital.

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

Classificação da Disputa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

LOTE 1

LOTE	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance
1	1	74037	L. FIGUEIREDO SOARES	13.032.721/0001-25	Fortuna/MA	EPP	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.167.075,00

DOCS. DE HABILITAÇÃO

L. FIGUEIREDO SOARES
CNPJ: 13.032.721/0001-25

FORTUNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CNPJ: 06.140.404/0001-67

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
2025

Nº 1/2025

Insc. Municipal	CNPJ	Data da Constituição
21-3	13.032.721/0001-25	21/12/2010

Nome/Razão Social
L. FIGUEIREDO SOARES

Data de Início
21/12/2010

Denominação Comercial
CONSTRUTORA CONSERVE

Natureza Jurídica
EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)

Vinculação
ENTIDADES EMPRESARIAIS

ATIVIDADE ECONÔMICA

Atividade Principal
4120400-CONSTRUCAO DE EDIFICIOS

Atividades Secundárias
3600601 - CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA
3512300 - TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA
2511000 - FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS
2330302 - FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO
2330301 - FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA

LOCALIZAÇÃO

Logradouro
R 18 DE JANEIRO

Número
126

Complemento

Quadra

Bairro
CENTRO

Data de Cadastro	Validade	Código de Autenticação
10/08/2021	31/12/2025	3QOT-IWGL

Informações Adicionais

FORTUNA-MA, 07 de Janeiro de 2025

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO

07/01/2025 09:19:03

Digitalizado com CamScanner

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
13.032.721/0001-25
NOME EMPRESARIAL:
L. FIGUEIREDO SOARES
CAPITAL SOCIAL:
R$2.500.000,00 (Dois milhões, quinhentos mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO**

CPF/CNPJ: **023.146.163-16**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:57:39 do dia 06/01/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: QFNY060125165739

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DECLARAÇÃO DE CONTADOR RESPONSÁVEL

O Sr. **SIDNEI HERNANDES DA SILVA**, inscrito no **CPF nº 845.710.208-72**, e **CRC PE-020983/O**, DECLARA para os devidos fins que é contador responsável pela **L FIGUEIREDO SOARES,** Inscrita no CNPJ sob o n° **13.032.721/0001-25** e com Inscrição Estadual n° **123500427**, e igualmente ATESTA o atendimento dos índices econômicos previstos no edital do pregão eletrônico Nº 20/2024.

Fortuna - MA, 06 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
SIDNEI HERNANDES DA SILVA
Data: 06/01/2025 12:08:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

SIDNEI HERNANDES DA SILVA
CPF nº 845.710.208-72
CRC PE-020983/O

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.06 15:58:08 -03'00'

_____

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
CPF n°023.146.163-16
REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MEIO E FORMA DE COMUNICAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório n.º 66/2024

Pregão Eletrônico nº 20/2024

A empresa L FIGUEIREDO SOARES, inscrita no CNPJ Nº 13.032.721/0001-25, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 126 Letra A , na cidade de Fortuna, Estado do Maranhão , CEP 65.695-000, por seu representante, o Sra(a) Lidayana Figueiredo Soares, nacionalidade brasileira, empresária, CPF nº 023.146.163-16, residente e domiciliado na Rua Deputado Luciano Moreira, nº 21,Bairro Colina Park, na cidade de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, CEP 65.760-000, DECLARA expressamente que:

I. Os meios eletrônicos de comunicação utilizados por este fornecedor/ prestador de serviços são os seguintes:

CONTATO	**TIPO** (Email ou fone)	**App de mensagens** (quando celular)	**Dia e horário de expediente**
construtoraconserve@gmail.com	E-mail	-	De 2º a 6º das 08:00 às 18:00 horas
(99) 98528-1301	Telefone	WhatsApp	De segunda a sexta das 08:00 às 18:00 horas

I Os endereços eletrônicos aqui declarados, são os meios de comunicação oficiais deste fornecedor/prestado de serviços, portanto, toda e qualquer citação, cientificação, notificações, intimação, avisos e demais atos necessários ao andamento do presente procedimento de contratação pública, devem ser encaminhados diretamente para estes.

II Estou ciente de que após o recebimento e visualização de comunicações no(s) referido(s) e-mail e aplicativo de mensagens, devo de pronto respondê-los com o termo “RECEBIDO”.

III Estou ciente de que o envio e o retorno com o termo “RECEBIDO”, será utilizado como marco temporal inicial para contagem de prazos.

IV Estou ciente de que ocorrerá cientificação tácita após 72 horas do recebimento de comunicação, sem que tenhamos confirmado o recebimento dela.

V Estou ciente de para se determinar a cientificação tácita, serão desconsiderados os sábados, domingos e feriados.

VI Estou ciente de que os meios aqui declarados, serão utilizados tanto no procedimento licitatório quanto no decorrer de toda a execução contratual.

VII Estou ciente de que o meio de comunicação utilizado pela Comissão Permanente de Licitação é o e-mail licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.

VIII Estou ciente de que caso ocorra a mudança de qualquer meio de comunicação utilizado por este fornecedor/prestador, devo imediatamente comunicar o fato a Comissão de Licitação, e caso o contrato já esteja em execução, esta comunicação também deverá ser enviada ao departamento de compras e contratos.

Por ser verdade firmo a presente.

Fortuna, 06 de janeiro de 2025

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316

Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.06 15:56:52 -03'00'

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
CPF n°023.146.163-16
Representante Legal

L FIGUEIREDO SOARES CNPJ: 13.032.721/0001-25
ENDEREÇO: RUA 18 DE JANEIRO N° 126 LT A, CENTRO. FORTUNA-MA
CONTATO: (99) 98196-6320 / Email: construtoraconserve@gmail.com

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **L. FIGUEIREDO SOARES**

CPF/CNPJ: **13.032.721/0001-25**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:54:24 do dia 06/01/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: SR35060125105424

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/01/2025 às 10:53) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 13.032.721/0001-25.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 677B.E061.CBB9.8617 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/01/2025 às 10:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 023.146.163-16.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 677B.E035.2616.7573 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 06/01/2025 10:49:42

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 13032721000125

Cadastro: CNEP

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 06/01/2025 10:49:42

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: **02314616316**

Cadastro: **CNEP**

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 06/01/2025 10:46:52

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 02314616316

Cadastro: CEIS

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 06/01/2025 10:46:52

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: **13032721000125**

Cadastro: **CEIS**

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa L FIGUEIREDO SOARES, CNPJ: 13.032.721/0001-25, localizada na Rua 18 de Janeiro, nº 126, lt A, Centro, Fortuna - MA, prestou e/ou presta serviços de lixo hospitalar incluindo coleta, transporte, armazenamento, tratamento (incineração) e destino final dos resíduos, conforme contrato em anexo, para esta Prefeitura.

Atestamos ainda que a conduta da mesma fora satisfatória durante a execução do fornecimento e que não houve momento algum ou razão que viesse a ser motivo de rescisão contratual.

CONFORME CONTRATO EM ANEXO.

SENADOR ALEXANDRE COSTA - MA 20/12/2024

FRANCISCO WILAS MOURA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (14/153) 263/542

CONTRATO Nº 104/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA**, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA **L. FIGUEIREDO SOARES, NA FORMA ABAIXO.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, sediada na Rua Cônego Aderson, sn – Centro, Senador Alexandre Costa – Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.688/0001-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, SR. **FRANCISCO WILAS MOURA MACHADO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 606.145.863-05, RG nº 039845522010-9, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado, a empresa **L. FIGUEIREDO SOARES,** doravante denominada **CONTRATADA,** sediada a Rua 18 de Janeiro, nº 126, Letra A, Centro, Fortuna – MA, CEP: 65.695-000, inscrita no CNPJ nº 13.032.721/0001-25, neste ato representado pela Sra. **LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES**, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 023.146.163-16, e RG nº 214737720026 SSP/MA, têm entre si, ajustado o presente Contrato de Prestação de Serviços, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho constante no Processo Administrativo nº 66/2024, da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 25/2024 -SRP e seus anexos, e ainda da proposta adjudicada que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as parte às disposições constantes da **LEI 1014.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** e demais legislações aplicada à matéria, mediante às Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de lixo hospitalar incluindo coleta, transporte, armazenamento, tratamento (incineração) e destino final dos resíduos, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA, em conformidade com o **Anexo I** do Edital, que passará a ser parte integrante deste instrumento, quando de sua assinatura e proposta Adjudicada.

CLÁUSULA SEGUNDA: ORDEM DE PRIORIDADE

Ocorrendo dúvida de interpretação entre as disposições dos documentos integrantes deste Contrato, prevalecerá a seguinte ordem de prioridade: 1º Contrato; 2º Edital; 3º Proposta Adjudicada e toda correspondência trocada entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O Serviço compreende o fornecimento, pela CONTRATADA, de mão de obra devidamente treinada e capacitada para a execução dos serviços de limpeza hospitalar, higienização e conservação da Unidade hospitalar e Unidade de Básica de Saúde - UBS do Município de Senador Alexandre Costa/MA, (Assim como áreas de circulação e adjacências como pátios, jardins, estacionamentos...), além do fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, em conformidade com a legislação específica em vigor e com as especificações contidas neste Termo de Referência.

3.2 A empresa deverá preencher os requisitos e as normas nacionais que regulamentam os serviços conforme a natureza da atividade, apresentando documentação que comprove experiência e estrutura adequada ao desenvolvimento dos serviços contratado.

3.3 Os procedimentos de limpeza a serem adotados deverão observar a prática da boa técnica e normas estabelecidas pela legislação vigente no que concerne ao controle de infecção hospitalar, destacando-se:

a) Habilitar os profissionais de limpeza para o uso de equipamentos específicos destinados à limpeza dasáreas crítica, semicrítica e não crítica;

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (15/153) 264/542

b) Identificar e/ou sinalizar corredores e áreas de grande circulação durante o processo de limpeza,dividindo a área em local de livre trânsito e local impedido;

a) Não utilizar anéis, pulseiras e demais adornos durante o desempenho das atividades de trabalho; Lavar as mãos antes e após cada procedimento, inclusive quando realizados com a utilização de luvas; Realizar a desinfecção de matéria orgânica extravasada em qualquer área do hospital antes dos procedimentos de limpeza;

b) Cumprir o princípio de assepsia, iniciando a limpeza do local menos sujo/ contaminado para o mais sujo/ contaminado, de cima para baixo em movimento único, do fundo para a frente e de dentro para fora;

c) Realizar a coleta do lixo hospitalar pelo menos 3 (três) vezes ao dia, ou quando o conteúdo ocupar 2/3 do volumetotal. O lixo deverá ser transportado em carro próprio, fechado, com tampa lavável, com cantos arredondados e sem emendas na sua estrutura;

d) Usar luvas, panos e baldes de cores padronizadas para cada procedimento;

e) Usar técnica de 2 (dois) baldes, sendo um com água e solução detergente/ desinfetante, e outro com água para o enxágue;

f) Lavar os utensílios utilizados na prestação de serviços (mops, esfregões, panos de limpeza, escovas, baldes, etc.) nas salas de utilidades indicadas pela unidade Contratante, diariamente, ou sempre que utilizados em locais contaminados;

g) Utilizar na prestação dos serviços somente produtos que possuam garantia de qualidade, conforme norma ABNT NBR ISO 9001, ou similar, bem como atender aos requisitos básicos estabelecidos pela legislação vigente e submetidos a prévia apreciação e aprovação pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH; e,

h) Disponibilizar germicidas que possuam Certificado de Registro no Ministério da Saúde, contendo as características básicas do produto aprovado e Laudos específicos.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global estimado do presente Contrato é de **R$ 577.202,07 (quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e dois reais e sete centavos),** para a prestação dos serviços, que serão pagos em 12 parcelas mensais no valor de R$ 48.100,17 (quarenta e oito mil e cem reais e dezessete centavos).

Descrição do Item	Custo (R$/mês)
1. Mão-de-obra	**R$ 29.288,66**
1.1. Coletor Turno Dia	R$ 13.426,06
1.3. Motorista Turno do Dia	R$ 10.758,23
1.5. Vale Transporte	R$ 804,37
1.6. Vale-refeição (diário)	R$ 3.750,00
1.7. Auxílio Alimentação (mensal)	R$ 550,00
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	**R$ 504,38**
3. Veículos e Equipamentos	**R$ 8.435,18**
3.1. Veículo Coletor	R$ 8.435,18
3.1.1. Depreciação	R$ 3.110,87
3.1.2. Remuneração do Capital	R$ 3.219,53
3.1.3. Impostos e Seguros	R$ 927,22
3.1.4. Consumos	R$ 425,27
3.1.5. Manutenção	R$ 685,00

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (16/153) 265/542

3.1.6. Pneus	R$ 67,29
4. Custo dos resíduos de saúde	**R$ 255,00**
5. Monitoramento da frota	**R$ 0,00**
5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	**R$ 9.616,96**
PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA	**R$ 48.100,17**
PREÇO TOTAL ANUAL COM A COLETA	**R$ 577.202,07**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, mediante depósito em conta corrente da **CONTRATADA na** Conta Corrente n.° 34874-0, Agência n° 1312-9, do Banco do Brasil, até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor competente da **CONTRATANTE**, acompanhada da via original das solicitações emitidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida na proporção dos serviços prestados, constando preço unitário e total.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Nota Fiscal/Fatura apresentada com valores ou especificações incorretos será devolvida à CONTRATADA, para que esta efetue a correção, devendo o prazo para pagamento ser contado a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura.

PARÁGRAFO QUARTO

O eventual atraso no pagamento sujeitará a **CONTRATANTE** à multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor vencido, até o limite de 10% (dez por cento), desde que, para tanto, não tenha concorrido a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

O valor dos materiais propostos pela **CONTRATADA** não será alterado durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, nos termos da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa de que trata o objeto, está a cargo do elemento orçamentário:
1 PREFEITURA DE SENADOR ALEXANDRE COSTA MA 02 PODER EXECUTIVO 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 08 00 02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10 Saúde 122 Administração Geral 10 122 10 0002 Adminstração e Manut. do Setor 10 122000220340000Manut. Func. Secretaria Municipal de Saúde 3.3.90.39.00 377 115.762,50 1.500.00.0.1.500.1002-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00 378 6.945,75 1.501.00.0.1.501.0-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10 122000220440000Manut. Func. Conselho Municipal de Saúde - CMS 3.3.90.39.00 386 10.187,10 1.500.00.0.1.500.1002-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 122 10 0036 Gestão das Ações de Saúde 10 122003611990000 Enfrentamento COVID-19 LC 173 SAÚDE 3.3.90.39.00 392 28.940,63 1.707.00.0.1.707.0-001 004 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 128 Formação de Recursos Humanos 10 128 10 0032 Profissionalização e Valorização dos Servidores Públicos 10 128003220350000 Reciclagem e Treinamento de Pessoal da Saúde 3.3.90.39.00 397 17.364,38 1.500.00.0.1.500.1002-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 301 Atenção Básica 10 301 10 0037 Ações Básicas de Saúde 10 301003711270000 Construção, Reforma e Ampliação de Postos de Saúde 3.3.90.39.00 398 34.342,88 1.500.00.0.1.500.1002-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00 399 55.125,01 1.631.00.0.1.631.0-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00 400 44.100,00 1.632.00.0.1.632.0-001 001 Outros Serviços

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (17/153) 266/542

De Terceiros - Pessoa Jurídica 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 10 302 10 0036 Gestão das Ações de Saúde 10 302003611450000 Const. Ref. e Ampliação da Unidade Mista de Saúde 3.3.90.39.00 410 33.075,00 1.500.00.0.1.500.1002-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00 411 55.125,00 1.631.00.0.1.631.0-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00 412 44.100,00 1.632.00.0.1.632.0-001 001 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10 302003620430000Manut. Func. Unidade Básica de Saúde - UBS 3.3.90.39.00 424 5.788,13

3 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 02 PODER EXECUTIVO 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS 14 00 02 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS 10 Saúde 122 Administração Geral 10 122 10 0036 Gestão das Ações de Saúde 10 122003611950000 Enfrentamento COVID-19 FMS 3.3.90.39.00 775 173.643,75 1.602.00.0.1.602.0-003 004 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 301 Atenção Básica 10 301 10 0002 Adminstração e Manut. do Setor 10 301000220330000Manut. Func. Fundo Municipal de Saúde - FMS 3.3.90.39.00 790 810.337,50 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00 791 115.762,50 1.621.00.0.1.621.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 301 10 0037 Ações Básicas de Saúde 10 301003720360000Manut. Func. Programa Saúde da Família - PSF 3.3.90.39.00 804 11.576,25 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10 301003720380000Manut. Func. Programa Saúde Bucal - PSB 3.3.90.39.00 815 4.267,60 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10 301003720390000Manut. Func. Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS 3.3.90.39.00 824 25.467,75 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10 301003720400000Manut. Func. Piso de Atenção Básica - PAB 3.3.90.39.00 828 202.584,38 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 10 302 10 0036 Gestão das Ações de Saúde 10 302003620890000Manut. e Func. MAC 3.3.90.39.00 840 5.788,13 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 304 Vigilância Sanitária 10 304 10 0036 Gestão das Ações de Saúde 10 304003620320000Manut. Func. Vigilância Sanitária 3.3.90.39.00 852 5.386,95 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 305 Vigilância Epidemiológica 10 305 10 0036 Gestão das Ações de Saúde 10 305003620410000Manut. Func. Vigilância em Saúde 3.3.90.39.00 860 23.152,50 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10 305003620420000Manut. Func. Ações de Imunização 3.3.90.39.00 868 5.788,13 1.600.00.0.1.600.0-003 003 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica Total 1.834.611,82

CLÁUSULA OITAVA: DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

O não fornecimento conforme solicitado sujeitará a CONTRATADA à multa correspondente 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor estimado do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Além da multa acima citada a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções previstas nas alíneas "**a**", "**c**" e "**d**" poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "**b**".

PARÁGRAFO TERCEIRO

A multa prevista não tem caráter compensatório, e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (18/153) 267/542

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
b) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, sem ônus para PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA /MA
c) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente para Administração;
d) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's; A contratada deverá apresentar à Diretoria do Hospital e das Unidades Básicas de Saúde o cronograma de entrega destes materiais a seusempregados;
e) Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal;
f) - Manter, se necessário, sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
g) - Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 03 (três) dias. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
h) - Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
i) - Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, as dependências da Unidade Hospitalar e das Unidades Básicas de Saúde do Município de SENADOR ALEXANDRE COSTA /MA;
j) - Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pela fiscalização do contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
k) - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seusempregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
l) - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, asnormas de segurança da Contratante;
m) - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Unidade hospitalare Unidade de Básica de Saúde - UBS do Município de SENADOR ALEXANDRE COSTA /MA;
n) - Registrar e controlar, juntamente com as Coordenações Administrativas da Unidade hospitalar eUnidade de Básica de Saúde - UBS do Município de SENADOR ALEXANDRE COSTA /MA, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
o) - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
p) - Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da contratante, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;
q) - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
r) - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (19/153) 268/542

s) - Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
t) - Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;
u) - Cumprir fielmente a carga horária semanal, de segunda a sexta-feira das 07h00 às 17h00, e sábado das 07h00 às 11h00, podendo ser alterado de acordo com a conveniência administrativa, devendo ser feita **escala de horário,** de forma que seja a melhor para atender aos serviços e que **não exceda** a carga horária regulamentar (44 horas semanais), bem como respeitando os intervalos obrigatórios de cada funcionário;
v) - Nos casos de horas extras, os índices aplicados serão os estipulados pelo Sindicato da Categoria e legislação vigente;
w) - Auxiliar na mudança de móveis, tais como: mesas, cadeiras, armários, etc;
x) - Apresentar, mensalmente, à Administração da Unidade hospitalar e Unidade de Básica de Saúde
- UBS do Município de SENADOR ALEXANDRE COSTA /MA, relação nominal do(s) empregado(s) em atividade, mencionando os respectivos endereços residenciais. Qualquer alteração deverá ser comunicada de imediato;

f) Fornecer aos seus empregados, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales-transporte e alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.

g) Usar material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelo órgão governamental competente, e que não causem danos às pessoas, bem como aos revestimentos, pisos, instalações, e redes de água e esgoto;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
i) Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

j) Fornecer às suas expensas, uniformes e calçados para os serviços gerais;

k) Atender de forma imediata, em até 02 (dois) dias úteis, às solicitações de substituição de profissionais, quando comprovadamente inadequados para a prestação dos serviços acordados;

l) Substituir o empregado que executará os serviços em caso de afastamento (doença, faltas, férias), sem nenhum acréscimo de custo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA;

m) Ressarcir a PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA,/MA; os prejuízos causados pelos seus empregados ao patrimônio público, à Administração e a terceiros, quando da execução dos serviços contratados, independentemente de dolo ou culpa destes;

n) Indicar preposto para acompanhar as atividades dos seus empregados, possibilitando o imediato atendimento das solicitações efetuadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA,/MA, em relação à execução dos serviços contratados;

o) Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados, abster-se da execução de atividades alheias;

p) Não aceitar qualquer indicação de empregados feita por servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA,/MA bem como não incluir parentes de servidores dentre os empregados que irão prestar os serviços à PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA,/MA;

q) Possuir em seus quadros, pessoal de reserva, para que as substituições eventuais sejam feitasde imediato, sem prejuízo dos serviços;

r) Propiciar aos funcionários treinamento especializado para a higienização em estabelecimentos hospitalares e instruções para autoproteção, proteção dos pacientes, funcionários e população em geral;

s) Propiciar exames periódicos aos funcionários, bem como imunização contra hepatite B e tétano;

t) As soluções ou germicidas para a desinfecção e limpeza hospitalar para que seja autorizada sua utilização, devem estar de acordo com as normas do Ministério da Saúde.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (20/153) 269/542

u) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

v) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ouimportadores. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

x) A Contratada deverá apresentar ao Contratante a relação nominal acompanhada dos respectivos endereços residencial e profissional atualizada, bem como, Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos previstos em lei, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida.

y) A Contratada deverá facilitar a ação da fiscalização da Administração, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução e atendendo prontamente àsobservações e exigências por ela apresentada.

z) A Contratada deverá comunicar imediatamente à Administração, quaisquer irregularidades observadas no decorrer da jornada de trabalho: vazamentos falta de ralos, lâmpadas queimadas ou piscando, tomadas e espelhos soltos, carpetes soltos que possam causar tombos etc.

aa) A Contratada responderá objetivamente pela má utilização dos bens (material, utensílios e equipamentos) disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa/MA, para a realização dos serviços, obrigando-se a repor quaisquer desvios, desperdícios, perdas ou danos à administração, bem como a terceiros.

bb) A Contratada responderá pelo fornecimento aos seus profissionais, até o último dia do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado, e de vale-transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. Nº 95.247, de 17/12/87, que regulamenta a Lei nº 7.418 de 16/12/85, que institui o vale-transporte, com alteração da Lei nº 7.619, de 30/09/87).

cc) A Contratada arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidente de trabalho,bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrente da contratação dos serviços, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS eINSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sem a qual não serãoliberados os pagamentos das faturas apresentadas ao Contratante para liquidação.

dd) A Contratada deverá entregar a Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa/MA a nota fiscal dos serviços executados, apresentando CNPJ idêntico ao estabelecido no contrato, acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, a Relação SEFIP e a Certidão Negativa de Débito do INSS devidamente válidas.

ee) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

CLAUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada, além da disponibilização de mão-de-obra, dos produtos, dos materiais, dos utensílios e dos equipamentos em quantidades suficientes e necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza de áreas envolvidas, obriga-se a:

10.2 - Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando aqueles com nível de instrução compatível e funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.3 - Alocar os funcionários que irão desenvolver os serviços contratados somente após efetivo treinamento pertinente à limpeza hospitalar, com avaliação do conteúdo programático, tais como: noções de fundamentos de higiene hospitalar, noções de infecção hospitalar, uso correto de EPIs, comportamento, postura, normas e deveres,

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (21/153) 270/542

rotinas de trabalho a serem executadas, conhecimento dos princípios de limpeza, dentre outros;

10.4 - Indicar o profissional responsável técnico, devidamente habilitado e capacitado para supervisionar e garantir a execução dos serviços dentro das normas de boa prática e qualidade estabelecidas pela legislação vigente, ministrar treinamentos, selecionar, escolher, adquirir e prover o uso adequado de EPIs e produtos químicos;

10.5 - Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando as orientações necessárias aos executantes dos serviços. Esses encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao gestor/ fiscal do Contratante e tomar as providências pertinentes;

10.6 - Manter sediado junto ao Contratante durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.7 - Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente eprovendo-os com Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;

10.8 Fornecer todo equipamento de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções; utilizando de forma correta os equipamentos de proteção individual (EPI) conforme Portaria MTE no 485, de 11 de novembro de 2005 - NR 32.

10.9 - Realizar, por meio de responsável técnico especialmente designado, treinamentos e reciclagens periódicas aos empregados que estejam executando limpeza no hospital, conforme disposições contidas na NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;

10.10 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e das NormasInternas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;

10.11 -Exercer controle no que se refere à assiduidade e à pontualidade de seus empregados;

10.12 - Manter a disciplina entre os seus funcionários;

10.13 - Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações do Contratante;

10.14 - Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

10.15 - Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, aos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços;

10.16 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

10.17 - Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale refeição aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;

10.18 - Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de fornecimento de benefícios e encargos;

10.19 - Preservar e manter o Contratante à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários.

10.20 Implantar de forma adequada, e em conjunto com o gestor de contratos e a CCIH, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços, garantindo suporte para atender a eventuais necessidades para manutenção de limpeza das áreas requeridas;

10.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os produtos e materiais, com observância ao Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e às recomendações

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (22/153) 271/542

aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigente, em especial a NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, inclusive:

- sacos plásticos para acondicionamento de resíduos constituído de material resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT, sendo proibido o seu esvaziamento ou reaproveitamento;
- os sacos devem ficar contidos em recipiente de material lavável, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados e ser resistente ao tombamento.
- recipientes para coleta de perfurocortantes;
- todos os utensílios e equipamentos devem ter quantidade, qualidade e tecnologia adequadaspara a boa execução dos serviços.

10.22 Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante no que se refere a qualquer anormalidade que seja verificada na execução dos serviços, inclusive no que tange à correta segregação dos resíduos

10.23 Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível.

10.24 Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante;

10.25 Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao Contratante, para que não haja interrupção dos serviços prestados.

10.26 Distribuir nos sanitários papel higiênico, sabonetes e papel toalha, de forma a garantir a manutençãode seu funcionamento

10.27 Permitir e colaborar com a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados do Contratante, que mensalmente emitirão relatório sobre a qualidade dos serviços prestados, indicando os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;

b) Comunicar à empresa prestadora dos serviços, quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021;

a. - Proceder à vistoria no local onde o serviço será realizado, por meio da fiscalização, anotando as ocorrências em livro próprio, dando ciência ao preposto da empresa, e determinando sua imediata regularização;

b.- Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada, possa desempenhar os serviços dentro das normas exigidas;

c. - Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

d. - Impedir que terceiros, que não seja a empresa contratada, efetuem os serviços prestados;

e. - Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal e do recolhimento dos encargos sociais, em especial, ao INSS e FGTS, além de outros; e

f. – Fornecer à CONTRATADA espaço destinado à correta armazenagem do materiais e equipamentos de limpeza e local apropriado para a refeição dos funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (23/153) 272/542

11.2 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
11.3 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021
2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
1.3 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
1.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
1.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (24/153) 273/542

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA BASE LEGAL

Na interpretação deste Contrato e casos omissos será aplicada a Lei nº 14.133/2021, a doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será responsabilizada nos âmbitos administrativo e civil pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, quando comprovadamente praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, na forma ali prevista.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constituem atos lesivos à Administração Pública:

a) Fraudar o presente contrato;
b) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no edital da licitação ou no próprio instrumento contratual;
c) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato possui vínculo editalício por estar enquadrado no processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 25/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

a) Constituição Federal de 1988;
b) Lei Federal nº 14.133/2021;
c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006 e alterações;
d) Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2024 e seus anexos;
e) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria, doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais do Direito.

18.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

18.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** fará publicar o resumo do presente Contrato no Diário Oficial do Município, após sua assinatura, obedecendo o prazo previsto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (25/153) 274/542

Fica eleito o Foro da Cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Senador Alexandre Costa - MA, 13 de setembro de 2024.

Francisco Willas Moura Machado

FRANCISCO WILLAS MOURA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Francisco Willas Moura Machado
Secretário Mun. de Saúde
Portaria Nº 001/2021 - GP

FRANCISCO WILAS MOURA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2024.09.13 11:27:32 -03'00'

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
Representante Legal da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF Nº 009.336.653-33

CPF Nº 041.248.023-90

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (26/153) 275/542

ORDEM DE SERVIÇOS REFERENTE AO CONTRATO Nº 104/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, sediada na Rua Cônego Aderson, sn – Centro, Senador Alexandre Costa – Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.688/0001-34, AUTORIZA a empresa **L. FIGUEIREDO SOARES,** sediada a Rua 18 de Janeiro, nº 126, Letra A, Centro, Fortuna – MA, CEP: 65.695-000, inscrita no CNPJ nº 13.032.721/0001-25, a prestar os serviços de lixo hospitalar incluindo coleta, transporte, armazenamento, tratamento (incineração) e destino final dos resíduos, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA, nos termos do contrato nº 104/2024.

Senador Alexandre Costa - MA, 13 de setembro de 2024.

Francisco Willas Moura Machado

FRANCISCO WILLAS MOURA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

FRANCISCO WILAS MOURA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Recebi em 13 / 09 / 2024

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316 Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316 Dados: 2024.09.13 11:27:55 -03'00'

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
Representante Legal da Empresa Contratada

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (27/153) 276/542

DECLARAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Tuntum - MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024
Processo Administrativo Nº 66/2024

A empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.032721/0001-25 sediada na Rua 18 de janeiro nº 126 lt A, Centro Fortuna –MA CEP: 65695-000, por intermédio de seu representante legal Sr. Lidayana Figueiredo Soares CPF nº 023.146.163-16, DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos da Lei 14.133/2021.

Fortuna, 03 de janeiro de 2025

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316

Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.03 10:24:32 -03'00'

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
CPF n°023.146.163-16
Representante Legal

DECLARAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Tuntum - MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024
Processo Administrativo Nº 66/2024

A empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.032721/0001-25 sediada na Rua 18 de janeiro nº 126 lt A, Centro Fortuna –MA CEP: 65695-000, por intermédio de seu representante legal Sr. Lidayana Figueiredo Soares CPF nº 023.146.163-16, DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Fortuna, 03 de janeiro de 2025

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316

Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.03 10:24:47 -03'00'

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
CPF n°023.146.163-16
Representante Legal

DECLARAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Tuntum - MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024
Processo Administrativo Nº 66/2024

A empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.032721/0001-25 sediada na Rua 18 de janeiro nº 126 lt A, Centro Fortuna –MA CEP: 65695-000, por intermédio de seu representante legal Sr. Lidayana Figueiredo Soares CPF nº 023.146.163-16, DECLARA, que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

Fortuna, 03 de janeiro de 2025

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.03 10:25:00 -03'00'

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
CPF n°023.146.163-16
Representante Legal

DECLARAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Tuntum - MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024
Processo Administrativo Nº 66/2024

A empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.032721/0001-25 sediada na Rua 18 de janeiro nº 126 lt A, Centro Fortuna –MA CEP: 65695-000, por intermédio de seu representante legal Sr. Lidayana Figueiredo Soares CPF nº 023.146.163-16, DECLARA, que atende aos requisitos de habilitação.

Fortuna, 03 de janeiro de 2025

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316

Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.03 10:26:36 -03'00'

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
CPF n°023.146.163-16
Representante Legal

Estado do Maranhão SINTEGRA/ICMS Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 13.032.721/0001-25 **Inscrição Estadual:** 12.350042-7

Razão Social: L FIGUEIREDO SOARES

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA 18 DE JANEIRO

Número: 126 **Complemento:** LETRA A

Bairro: CENTRO

Município: FORTUNA **UF:** MA

CEP: 65695000 **DDD:** **Telefone:** 99999999

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4120400 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4211102	PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS
4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4221901	CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
4221902	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
4221905	MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES
4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO
4222702	OBRAS DE IRRIGAÇÃO
4223500	CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA ÁGUA E ESGOTO
4292801	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS
4292802	OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL
8130300	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
4311801	DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS
4311802	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO
4312600	PERFURAÇÕES E SONDAGENS
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4319300	SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
4322302	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO
4329104	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
2511000	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS
4330402	INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL
4330403	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE
4330404	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
4391600	OBRAS DE FUNDAÇÕES
4399101	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS
4399102	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS
4399103	OBRAS DE ALVENARIA
4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
4399199	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4741500	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA
3512300	TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
4742300	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
4743100	COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS
4744001	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
4744003	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
4744004	COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

CNAEs Secundários	
Código	**Descrição CNAE**
4923002	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
4924800	TRANSPORTE ESCOLAR
4929902	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
7120100	TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
3600601	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
7711000	LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7719599	LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR
7732201	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
8111700	SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS
8121400	LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
8129000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
2330301	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA
2330302	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO
3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
3821100	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 22/11/2024

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/10/2010 - (2330301-2330302-2511000), 01/12/2010 - (Devido emissão voluntária), 01/12/2010 - (3512300),

EDF a partir de: 01/01/2013, 01/01/2013, 01/01/2013,

CTE a partir de: 01/03/2012 - (OBRIGADO => SERVIÇO DE TRANSPORTE),

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 03/01/2025

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.032.721/0001-25
Razão Social: L FIGUEIREDO SOARES
Endereço: RUA 18 DE JANEIRO 126 LETRA A / CENTRO / FORTUNA / MA / 65695-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/12/2024 a 27/01/2025

Certificação Número: 2024122901491789636935

Informação obtida em 03/01/2025 09:12:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
13.032.721/0001-25 **MATRIZ**		**21/12/2010**

NOME EMPRESARIAL
L. FIGUEIREDO SOARES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSTRUTORA CONSERVE	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas
35.12-3-00 - Transmissão de energia elétrica
36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.92-8-02 - Obras de montagem industrial
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 18 DE JANEIRO	**126**	**LETRA A**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.695-000	**CENTRO**	**FORTUNA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
XXXXXXXXXXXXX@XXXXXX.XXX	**(99) 8196-6320**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/12/2010**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/01/2025** às **09:05:16** (data e hora de Brasília). Página: **1/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
13.032.721/0001-25 **MATRIZ**		**21/12/2010**

NOME EMPRESARIAL
L. FIGUEIREDO SOARES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 18 DE JANEIRO	**126**	**LETRA A**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.695-000	**CENTRO**	**FORTUNA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
XXXXXXXXXXXXX@XXXXXX.XXX	**(99) 8196-6320**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/12/2010**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/01/2025** às **09:05:16** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
13.032.721/0001-25 **MATRIZ**		**21/12/2010**

NOME EMPRESARIAL
L. FIGUEIREDO SOARES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 18 DE JANEIRO	**126**	**LETRA A**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.695-000	**CENTRO**	**FORTUNA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
XXXXXXXXXXXXX@XXXXXX.XXX	**(99) 8196-6320**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/12/2010**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/01/2025** às **09:05:16** (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que L. FIGUEIREDO SOARES **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**	**Protocolo:** MAC2500000308

NIRE 21102379022 **CNPJ 13.032.721/0001-25**	**Situação** ATIVA **Status**

Endereço Completo Rua 18 DE JANEIRO, Nº 126, LETRA A, CENTRO - Fortuna/MA - CEP 65695-000

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
002	20241196140	11/09/2024	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20240635442	10/05/2024	BALANCO
002	20240449584	08/04/2024	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20230671179	29/05/2023	BALANCO
223	20220836850	05/07/2022	BALANCO
310	20220264350	03/03/2022	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
223	20210703610	24/05/2021	BALANCO
002	20210577991	04/05/2021	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
002	20210577991	04/05/2021	TRANSFORMACAO
002	20190869984	22/08/2019	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21600079772	23/05/2018	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21600079772	23/05/2018	TRANSFORMACAO
002	20170016633	25/01/2017	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20120336588	20/06/2012	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
315	20100769268	21/12/2010	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
090	21200728307	21/12/2010	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 03/01/2025, às 09:03:45 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **NZGIAHDT**.

MAC2500000308

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: L. FIGUEIREDO SOARES **NIRE :** 21102379022 **Natureza Jurídica:** Empresário (Individual)			**Protocolo:** MAC2500000275
NIRE (Sede) 21102379022	**CNPJ** 13.032.721/0001-25	**Arquivamento do Ato de Inscrição** 21/12/2010	**Início de Atividade** 21/12/2010

Endereço Completo
Rua 18 DE JANEIRO, Nº 126, LETRA A, CENTRO-Fortuna/MA- CEP65695-000

Objeto
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA. FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS. TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA. CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA. TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA. MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES. OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL. MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS. CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS. PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA. CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO. OBRAS DE IRRIGACAO. CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO. MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE. SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA. DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS. PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO. PERFURACOES E SONDAGENS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE(DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUCAO DEMARCACAO DOS LOCAIS PARA CONSTRUCAO E ETC.). INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS. INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO. INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL. SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL. OBRAS DE FUNDACOES. ADMINISTRACAO DE OBRAS. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS. OBRAS DE ALVENARIA. PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA. SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE(TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINES, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS E ETC.). COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO. COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS. COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL. TRANSPORTE ESCOLAR. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. TESTES E ANALISES TECNICAS. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE(LIMPEZA DE CHAMINES, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MAQUINAS INDUSTRIAIS, ETC.). LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR. SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS. LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. LOCACAO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR(CAMINHOES, CACAMBAS, TRATORES, ESCAVADEIRAS, E OUTRAS MAQUINAS PESADAS).COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS

Capital R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)	**Porte** EPP (Empresa de Pequeno Porte)

Último Arquivamento **Data** 11/09/2024	**Número** 20241196140	**Ato/eventos** 002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Nome do Empresário: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES

Identidade: 21473772002	**CPF:** 023.146.163-16
Estado civil: SOLTEIRO(A)	**Regime de bens:** NÃO INFORMADO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 03/01/2025, às 09:02:33 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **ZSDADREY**.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: L. FIGUEIREDO SOARES **NIRE :** 21102379022 **Natureza Jurídica:** Empresário (Individual)	**Protocolo:** MAC2500000275

02/01/2025 - BANCO DO BRASIL - 17:44:16
131201312 0002

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: L. FIGUEIREDO SOARES
AGENCIA: 1312-9 CONTA: 34.874-0
==========
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

03399895433800000016647492901013899560000016000
BENEFICIARIO:
JUNTO SEGUROS S A
NOME FANTASIA:
JUNTO SEGUROS S A
CNPJ: 84.948.157/0001-33
BENEFICIARIO FINAL:
Junto Seguros SA
CNPJ: 84.948.157/0001-33
PAGADOR:
L FIGUEIREDO SOARES
CNPJ: 13.032.721/0001-25

NR. DOCUMENTO 10.205
DATA DE VENCIMENTO 09/01/2025
DATA DO PAGAMENTO 02/01/2025
VALOR DO DOCUMENTO 160,00
VALOR COBRADO 160,00
==========
NR.AUTENTICACAO E.3D5.CFC.57E.8F0.D2B
==========
Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes,cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Instruções de Impressão
Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada

Santander | **033-7** | Beneficiário **Junto Seguros S.A. 84.948.157/0001-33**

	Vencimento **09/01/2025**
	Nosso Número **16474929**
	Número do Documento **23741838**
	Agência / Código Beneficiário **4849-6 / 8954380**
Recibo do Pagador	(=) Valor do Documento **160,00**

Pagador
L. FIGUEIREDO SOARES CNPJ: 13.032.721/0001-25
R 18 DE JANEIRO 126 LETRA A 65695000 FORTUNA, MA
Ref. emissão apólice 12-0775-0216076

Autenticação Mecânica

Sacador / Avalista:

Corte na linha pontilhada

Santander | **033-7** | **03399.89543 38000.000166 47492.901013 8 99560000016000**

Local de Pagamento **PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO SANTANDER**					Vencimento **09/01/2025**
Beneficiário **Junto Seguros S.A. 84.948.157/0001-33**					Agência / Código Beneficiário **4849-6 / 8954380**
Data do Documento **02/01/2025**	Número do Documento **23741838**	Espécie Doc. **NS**	Aceite **N**	Data do Processamento **02/01/2025**	Nosso Número **16474929**
Carteira **COBRANÇA SIMPLES - RCR**	Espécie **REAL**	Quantidade		Valor Documento	(=) Valor do Documento **160,00**

Instruções:
Junto Seguros S.A.. Após o vencimento cobrar 0,03% por dia de atraso. Não receber depois de 30 dias do vencimento previsto. Após esta data o Segurado da Apólice (Beneficiário) será notificado da pendência do pagamento. Para maiores informações entrar em contato com o Departamento Financeiro através do e-mail: contasareceber@juntoseguros.com.

(-) Desconto
(-) Abatimento
(+) Mora
(+) Outros acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
L. FIGUEIREDO SOARES CNPJ: 13.032.721/0001-25
R 18 DE JANEIRO 126 LETRA A 65695000 FORTUNA, MA
Ref. emissão apólice 12-0775-0216076

Sacador / Avalista

Cod. Baixa

Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO

Corte na linha pontilhada

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que JUNTO SEGUROS S.A., CNPJ 84948157000133, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05436_02012025_173345_400**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 02 de Janeiro de 2025.

APÓLICE DIGITAL

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, **a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep/pt-br)** ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - CEP 80410-201 - Curitiba - PR

Data de Emissão: **02/01/2025 17:33:20**
N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216076**
Proposta: **4996519**
Controle Interno (Código Controle): **880456910**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021607 6**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM/MA

CPF/CNPJ: 06.138.911/0001-66 RUA FREDERICO COELHO, 411, TUNTUM - MA

DADOS DO TOMADOR: L. FIGUEIREDO SOARES

CPF/CNPJ: 13.032.721/0001-25 R 18 DE JANEIRO 126 LETRA A, LETRA A, CENTRO - CEP: 65.695-000 - FORTUNA - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203293-3 **AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 47312402203ECBD2 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 009F1E58A664DE5F543AD0

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, http://www.consumidor.gov.br.

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216076**
Proposta: **4996519**
Controle Interno (Código Controle): **880456910**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021607 6**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Licitante	R$ 12.285,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R$ 12.285,00	07/01/2025	10/03/2025
Multas e Penalidades	R$ 12.285,00	07/01/2025	10/03/2025

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 160,00
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 160,00**

Condições de Pagamento:

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	09/01/2025	23741838	R$ 160,00

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as aliquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição

APÓLICE DIGITAL

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (45/153) 294/542

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216076**
Proposta: **4996519**
Controle Interno (Código Controle): **880456910**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021607 6**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024.**

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (46/153) 295/542

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE
PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:
a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;
b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;
c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;
d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;
e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;
f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;
g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;
h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;
i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;
j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;
k) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;
l) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;
m) quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (47/153) 296/542

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de Seguro garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES
4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO
5.1. Reclamação de Sinistro: não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.
5.2. **Caracterização do Sinistro**: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;
e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
5.4. **Regulação do Sinistro**: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.
5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. interrompido, reiniciando a partir do primeiro dia útil subsequente à revogação dos efeitos da decisão, mesmo que tenham sido interpostos recursos, se estes não possuírem efeito suspensivo.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO
6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.
6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.
6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.
6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.
6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.
6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.
6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.
6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS
7.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;
II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;
III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;
IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;
V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;

VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;
VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.
7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.
7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:
a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.
8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.
9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios remotos legais admitidos. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.
11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.
11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.
11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
12.2.1. Para ausência de dúvidas, a presente Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.
12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:
I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.
II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.

V. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.
VI. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.
VII. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.
VIII. Prejuízos: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.
IX. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.
X. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.
XI. Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.
XII. Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.
XIII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.
XIV. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.
XV. Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.
XVI. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 02/01/2025 **Nº da certidão:** 12500001733

Data de validade: 02/03/2025 **Código de Validação:** 3a76441b38

NOME: L FIGUEIREDO SOARES

CNPJ: 13.032.721/0001-25

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L. FIGUEIREDO SOARES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 13.032.721/0001-25
Certidão nº: 88216350/2024
Expedição: 23/12/2024, às 15:55:30
Validade: 21/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L. FIGUEIREDO SOARES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.032.721/0001-25**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.1_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (54/153) 303/542

Termo de Abertura

Nome do Livro: CAIXA

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo CAIXA contém registros numerados, do nº 01 ao nº 15, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa L. FIGUEIREDO SOARES, município Fortuna, CNPJ nº 13.032.721/0001-25, Número de Registro (NIRE) 21102379022.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 21/12/2010
Ato constitutivo: 21200728307

Fortuna, 01/01/2023

_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
Empresário
CPF 023.146.163-16

_____
SIDNEI HERNANDES DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/PE 020983/O

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
03/01/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 01/2023		8.710,11
04/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 35.699,67
04/01/2023	DESPESAS ACESSORIAS		2541,00
06/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 4.874,00
07/01/2023	TRANSFERENCIA		2.100,00
08/01/2023	PAGAMENTO VIA PIX		12500,00
08/01/2023	TAXAS DE BANCO		127,99
09/01/2023	JUROS CONTA		245,00
09/01/2023	TRANSFERENCIA		5.100,00
10/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 35.699,67
12/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 16.530,00
13/01/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 01/2023		162,17
14/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 15.241,00
15/01/2023	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		2411,00
16/01/2023	PIX		5654,00
16/01/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		6.780,00
16/01/2023	TRANSFERENCIA		40.000,00
16/01/2023	RECEITA DE VENDAS	53.722,33	
18/01/2023	DESPESA COM TELEFONE		325,28
19/01/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
20/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 5.742,00
21/01/2023	RECEITA DE VENDAS	65.660,63	
05/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 420,00
05/01/2023	RECEITA DE VENDAS	29.845,74	
05/01/2023	JUROS CONTA		210,00
20/01/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		5.541,98
21/01/2023	TRANSFERENCIA		15.000,00
21/01/2023	COMPRA		4.000,00
22/01/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		345,74
23/01/2023	RECEITA DE VENDAS	38.799,46	
24/01/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		200,00
25/01/2023	TRANSFERENCIA		520,00
26/01/2023	RECEITA DE VENDAS	50.737,76	
27/01/2023	DESPESAS ACESSORIAS		2.100,00
27/01/2023	OUTROS		26.000,00
27/01/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		26000,00
27/01/2023	GASTO COM QUENTINHA		1200,00
27/01/2023	DESPESAS EXTRAS		34000,00
27/01/2023	RECEITA DE VENDAS	44.768,61	
27/01/2023	TRANSFERENCIA		15700,00
28/01/2023	RECEITA DE VENDAS	14.922,87	
29/01/2023	TRANSFERENCIA		1.988,00
29/01/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		1.647,00
29/01/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 504,00
	Soma do mês.....	R$ 298.457,39	R$ 339.819,61
	Saldo Anterior.....	**251.928,29**	
	Saldo Atual		R$ 210.566,07

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
02/02/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 35.378,37
03/02/2023	DESPESAS DIVERSAS		R$ 6.541,00
03/02/2023	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		R$ 5.420,00
03/02/2023	TED		R$ 1.480,00
04/02/2023	RECEITA DE VENDAS	R$ 45.321,79	
04/02/2023	PAGAMENTO FGTS 01/2023		R$ 696,81
05/02/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 17.689,19
05/02/2023	DESPESAS DIVERSAS		R$ 500,00
06/02/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 02/2023		R$ 164,12
08/02/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 26.533,78
09/02/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 26.533,78
10/02/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		R$ 5.608,48
10/02/2023	PAGAMENTO DE BOLETOS		R$ 17.500,00
10/02/2023	MAO DE OBRA		R$ 750,00
10/02/2023	PIX		R$ 2.100,00
11/02/2023	PAGAMENTO INSS 01/2023		R$ 2.332,31
11/02/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		R$ 6.578,00
11/02/2023	PAGAMENTO DE MERCADORIA		R$ 24.000,00
12/02/2023	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 01-2023		R$ 17.581,43
15/02/2023	PAGAMENTO ISS01/2023		R$ 14.922,87
16/02/2023	DESPESA COM TELEFONE		R$ 329,18
17/02/2023	PRÓ-LABORE		R$ 4.000,00
18/02/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 35.378,37
18/02/2023	OUTROS		R$ 23.000,00
18/02/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		R$ 27.800,00
18/02/2023	GASTO COM QUENTINHA		R$ 2.350,00
18/02/2023	RECEITA DE VENDAS	R$ 45.321,79	
19/02/2023	DESPESAS EXTRAS		R$ 7.500,00
19/02/2023	PIX		R$ 2.540,00
19/02/2023	TRANSFERENCIA		R$ 2.800,00
19/02/2023	OUTROS		R$ 2.300,00
19/02/2023	GASTOS		R$ 1.542,00
19/02/2023	PRODUTOS DE LIMPEZA		R$ 1.800,00
19/02/2023	TRANSFERENCIA		R$ 2.340,00
19/02/2023	DESPESA		R$ 14.042,00
19/02/2023	REPOSIÇÃO DE INSUMO		R$ 364,25
19/02/2023	RECEITA DE VENDAS		
22/02/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		R$ 142,23
22/02/2023	JUROS		R$ 358,00
22/02/2023	TAXAS		R$ 321,02
22/02/2023	PERDAS		R$ 71,24
22/02/2023	RECEITA DE VENDAS	R$ 60.429,06	
23/02/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 02/2023		R$ 8.710,11
24/02/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		R$ 21,21
25/02/2023	RECEITA DE VENDAS	R$ 30.214,53	
26/02/2023	OUTROS		R$ 5.000,00
26/02/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		R$ 349,89
26/02/2023	RECEITA DE VENDAS	R$ 60.429,06	
27/02/2023	COMPRA PARA REPOSIÇÃO		R$ 2.654,00
28/02/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 35.378,37
28/02/2023	RECEITA DE VENDAS	R$ 60.429,06	
	Soma do mês.....	R$ 302.145,28	R$ 393.402,02
	Saldo Anterior.....	**210.566,07**	
	Saldo Atual		R$ 119.309,33

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/03/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.802,91
02/03/2023	TRANSFERENCIA		510,36
03/03/2023	PAGAMENTO FGTS 02/2023		696,81
04/03/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		17.901,46
05/03/2023	TRANSFERENCIA		5.120,00
05/03/2023	RECEITA DE VENDAS	43.071,94	
09/03/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 03/2023		166,09
10/03/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.802,91
11/03/2023	TRANSFERENCIA		1.542,00
12/03/2023	PAGAMENTO INSS 02/2023		2.332,31
13/03/2023	DESPESA COM TELEFONE		337,41
15/03/2023	RECEITA DE VENDAS	57.429,26	
16/03/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		26.852,19
18/03/2023	COMPRAS		7.895,00
18/03/2023	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 02-2023		17.798,67
19/03/2023	PAGAMENTO DE BOLETOS		26.945,00
22/03/2023	PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO		21.641,00
23/03/2023	RECEITA DE VENDAS	34.457,55	
24/03/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		26.852,19
24/03/2023	COMPRAS DE INSUMOS		12.654,39
25/03/2023	COMPRA		9.845,00
26/03/2023	TRANSFERENCIA		14.560,00
26/03/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		5.675,79
26/03/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		354,09
26/03/2023	RECEITA DE VENDAS	51.686,33	
29/03/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.802,91
30/03/2023	RECEITA DE VENDAS	43.071,94	
30/03/2023	RECEITA DE VENDAS	57.429,26	
30/03/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
31/03/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 03/2023		8.710,11
31/03/2023	COMPRAS DE INSUMOS		3.214,00
31/03/2023	COMPRA		4.365,00
31/03/2023	TRANSFERENCIA		324,00
	Soma do mês.....	R$ 287.146,29	R$ 327.701,59
	Saldo Anterior.....	R$ 119.309,33	
	Saldo Atual		R$ 78.754,03

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/04/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.731,31
02/04/2023	PAGAMENTO FGTS 03/2023		696,81
06/04/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		26.798,48
07/04/2023	TRANSFERENCIA		1.620,00
07/04/2023	COMPRAS		3.548,00
08/04/2023	DESPESA COM PAPEL		3.620,00
09/04/2023	TAXA DO BANCO		120,00
09/04/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 04/2023		168,08
12/04/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		26.798,48
15/04/2023	RECEITA DE VENDAS	310.245,29	
13/04/2023	PAG. DE IMPOSTOS FEDERAIS 03/2023		16.915,12
14/04/2023	PAGAMENTO ISS03/2023		14.357,31
15/04/2023	PAGAMENTO INSS 03/2023		2.332,31
16/04/2023	DESPESA COM TELEFONE		339,10
19/04/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.731,31
20/04/2023	TRANSFERENCIA		6.541,00
21/04/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
22/04/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 04/2023		8.710,11
23/04/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		53.596,96
27/04/2023	TRANSFERENCIA		2.415,00
28/04/2023	COMPRA		785,00
29/04/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		5.743,89
30/04/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		358,34
	Soma do mês.....	R$ 310.245,29	R$ 250.926,61
	Saldo Anterior.....	R$ 78.754,03	
	Saldo Atual		R$ 138.072,70

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/05/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		36.124,35
03/05/2023	COMPRA DE OUTROS		6.547,00
04/05/2023	RECEITA DE VENDAS	46.871,85	
04/05/2023	PAGAMENTO FGTS 04/2023		696,81
05/05/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		27.093,26
06/05/2023	TRANSFERENCIA		3.254,00
07/05/2023	RECEITA DE VENDAS	46.871,85	
07/05/2023	OUTROS		263,00
10/05/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		362,64
11/05/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 05/2023		170,10
12/05/2023	RECEITA DE VENDAS		
12/05/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		27.093,26
13/05/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		2.510,00
14/05/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		45.155,44
15/05/2023	RECEITA DE VENDAS	62.495,80	
17/05/2023	COMPRA		354,00
18/05/2023	DESPESAS OPERACIONAIS		895,36
19/05/2023	PAG. DE IMPOSTOS FEDERAIS 04/2023		18.275,83
20/05/2023	PAGAMENTO INSS 04/2023		2.332,31
21/05/2023	RECEITA DE VENDAS		
21/05/2023	DESPESA COM TELEFONE		343,17
24/05/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		45.155,44
25/05/2023	RECEITA DE VENDAS	93.743,69	
26/05/2023	COMPRA		5.784,00
27/05/2023	DESPESA		14.236,00
28/05/2023	JUROS		231,00
28/05/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
28/05/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 05/2023		8.710,11
29/05/2023	RECEITA DE VENDAS	62.495,80	
	Soma do mês..........	R$ 312.478,98	R$ 249.587,08
	Saldo Anterior..........	R$ 138.072,70	
	Saldo Atual		R$ 200.964,61

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/06/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		17.845,43
02/06/2023	RECEITA DE VENDAS	48.623,14	
03/06/2023	TRANSFERENCIA		1.547,00
03/06/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		975,00
03/06/2023	TAXAS		1.800,00
03/06/2023	PAGAMENTO DE SERVIÇOS		2.580,00
03/06/2023	MAO DE OBRA		13.600,00
04/06/2023	DESPESAS ACESSORIAS		12.000,00
08/06/2023	PAGAMENTO FGTS 05/2023		696,81
08/06/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.690,86
08/06/2023	RECEITA DE VENDAS	64.830,86	
09/06/2023	COMPRAS		3.678,00
09/06/2023	DESPESAS		1.500,00
10/06/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 06/2023		172,14
11/06/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.690,86
14/06/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		5.882,58
15/06/2023	TRANSFERENCIA		3.210,00
16/06/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		366,99
17/06/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.690,86
18/06/2023	RECEITA DE VENDAS	48.623,14	
21/06/2023	PAGAMENTO INSS 05/2023		2.332,31
21/06/2023	DESPESA COM TELEFONE		353,51
22/06/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		53.536,29
22/06/2023	JUROS		2.500,00
23/06/2023	COMPRAS		13400,00
23/06/2023	TRANSFERENCIA		12.300,00
24/06/2023	RECEITA DE VENDAS	64.830,86	
24/06/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
25/06/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 06/2023		8.710,11
28/06/2023	PROVISÃO INSS 06/2023		2.332,31
28/06/2023	PROVISÃO FGTS 06/2023		696,81
29/06/2023	RECEITA DE VENDAS	32.415,43	
30/06/2023	COMPRAS DE MATERIAL		2400,00
30/06/2023	RECEITA DE VENDAS	64.830,86	
	Soma do mês.....	R$ 324.154,28	R$ 275.487,86
	Saldo Anterior.....	R$ 200.964,61	
	Saldo Atual		R$ 249.631,03

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/07/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 36.119,15
01/07/2023	TRANSFERENCIA		R$ 2.658,69
02/07/2023	COMPRAS		R$ 1.789,00
03/07/2023	DESPESAS DE ESCRITORIO		R$ 7.654,00
03/07/2023	PAGAMENTO FGTS 06/2023		R$ 696,81
05/07/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 27.089,36
06/07/2023	TRANSFERENCIA		R$ 254,00
07/07/2023	COMPRAS DE MATERIAL DE LIMPEZA		R$ 412,00
07/07/2023	DESPESAS		R$ 897,00
08/07/2023	JUROS		R$ 654,00
15/04/2023	RECEITA DE VENDAS	307.219,27	
13/07/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		R$ 371,39
14/07/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 07/2023		R$ 174,20
15/07/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 27.089,36
15/07/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		R$ 968,00
16/07/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 36.119,15
19/07/2023	COMPRA		R$ 487,00
20/07/2023	TRANSFERENCIA		R$ 254,00
21/07/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		R$ 368,00
21/07/2023	DESPESA COM MATERIAL		R$ 980,00
22/07/2023	DESPESA OPERACIONAL		R$ 4.789,00
23/07/2023	PAG. DE IMPOSTOS FEDERAIS 06/2023		R$ 19.095,17
26/07/2023	PAGAMENTO ISS06/2023		R$ 16.207,71
26/07/2023	PAGAMENTO INSS 06/2023		R$ 8.710,11
27/07/2023	DESPESA COM TELEFONE		R$ 353,51
28/07/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 54.178,73
28/07/2023	COMPRA DE MATERIAL PARA CONSUMO		R$ 5.740,00
28/07/2023	TRANSFERENCIA		R$ 3.010,00
29/07/2023	DESPESA		R$ 1.089,00
29/07/2023	COMPRA DE MATERIAL		R$ 2.787,00
29/07/2023	COMPRAS		R$ 652,00
30/07/2023	TAXA		R$ 125,00
31/07/2023	PRÓ-LABORE		R$ 4.000,00
31/07/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2023		R$ 8.710,11
	Soma do mês.....	R$ 307.219,27	R$ 274.482,46
	Saldo Anterior.....	R$ 249.631,03	
	Saldo Atual		R$ 282.367,84

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
02/08/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		56.887,66
03/08/2023	RECEITA DE VENDAS	81.038,71	
04/08/2023	TRANSFERENCIA		12.540,00
05/08/2023	DESPESA OPERACIONAL		8745,00
06/08/2023	TAXA		199,97
06/08/2023	JUROS		1412,35
06/08/2023	COMPRA DE MATERIAL		19.874,00
09/08/2023	DESPESA		13.258,00
10/08/2023	PAGAMENTO DE DESPESA		1.300,00
11/08/2023	PAGAMENTO FGTS 07/2023		696,81
12/08/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		37.925,11
12/08/2023	RECEITA DE VENDAS	32.415,48	
12/08/2023	TRANSFERENCIA		7.845,00
12/08/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 08/2023		176,29
16/08/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		47.406,38
17/08/2023	RECEITA DE VENDAS	64.830,97	
18/08/2023	PAG. DE IMPOSTOS FEDERAIS 07/2023		18.097,57
19/08/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		15.784,00
20/08/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		610,68
21/08/2023	PAGAMENTO INSS 07/2023		2.332,31
21/08/2023	DESPESA COM TELEFONE		357,75
23/08/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		47.406,38
24/08/2023	RECEITA DE VENDAS	42.140,13	
24/08/2023	PAGAMENTO DE BOLETOS		2.010,00
24/08/2023	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		2.151,00
24/08/2023	CUSTO DE PERDAS		6.875,00
25/08/2023	JUROS		8.749,00
25/08/2023	TAXAS		265,00
25/08/2023	COMPRAS		4.159,00
25/08/2023	TRANSFERENCIA		7.849,00
26/08/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		375,85
27/08/2023	RECEITA DE VENDAS	55.106,32	
27/08/2023	DESPESA		6984,00
27/08/2023	COMPRAS		251,00
30/08/2023	TAXA		26,00
31/08/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
31/08/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2023		8.710,11
31/08/2023	RECEITA DE VENDAS	48.623,23	
	Soma do mês.....	R$ 324.154,84	R$ 345.260,23
	Saldo Anterior.....	R$ 282.367,84	
	Saldo Atual		R$ 261.262,45

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/09/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		37.166,61
02/09/2023	TRANSFERENCIA		9872,00
03/09/2023	COMPRAS		5874,00
03/09/2023	DESPESAS		5489,00
06/09/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		27.874,95
15/04/2023	RECEITA DE VENDAS	289.745,65	
08/09/2023	JUROS		98,00
09/09/2023	COMPRAS		2.664,00
10/09/2023	PAGAMENTO FGTS 08/2023		696,81
11/09/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		380,36
12/09/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 09/2023		178,41
13/09/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		37.166,61
14/09/2023	TRANSFERENCIA		5.698,00
15/09/2023	COMPRAS		14.784,00
16/09/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		6.871,27
16/09/2023	PAGAMENTO VIA PIX		2.548,00
16/09/2023	TRANSFERENCIA		6.458,00
16/09/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		2.556,00
17/09/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		46.458,26
18/09/2023	TRANSFERENCIA		2.500,00
19/09/2023	COMPRAS		259,00
20/09/2023	DESPESAS		874,00
21/09/2023	TAXAS DE MANUTENÇÃO		230,00
22/09/2023	FATURA		7.845,00
23/09/2023	COMPRA		9874,00
24/09/2023	PAGAMENTO INSS 08/2023		2.332,31
25/09/2023	DESPESA COM TELEFONE		366,69
26/09/2023	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 08/2023		19.095,21
27/09/2023	PAGAMENTO ISS08/2023		16.207,74
28/09/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		37.166,61
28/09/2023	TRANSFERENCIA		7.895,00
29/09/2023	COMPRAS		4.985,00
30/09/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
30/09/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2023		8.710,11
	Soma do mês.....	R$ 289.745,65	R$ 335.174,94
	Saldo Anterior.....	R$ 261.262,45	
	Saldo Atual		R$ 215.833,16

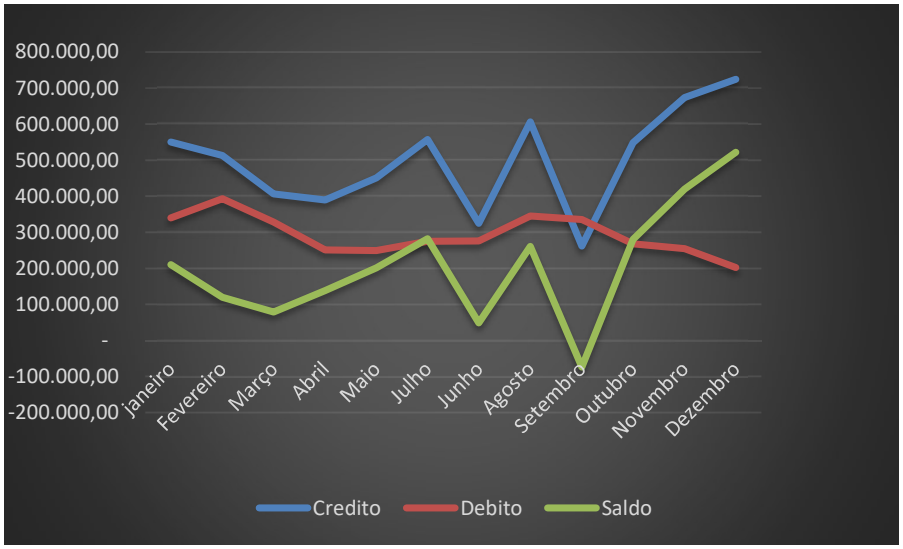
MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/10/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.285,31
01/10/2023	TRANSFERENCIA		2658,39
01/10/2023	RECEITA DE VENDAS	83.211,47	
04/10/2023	JUROS		150,00
05/10/2023	COMPRAS DE INSUMOS		500,00
06/10/2023	COMPRAS PARA REPOSIÇÃO		320,00
07/10/2023	DESPESAS		2.654,55
08/10/2023	RECEITA DE VENDAS	73.226,09	
08/10/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		44.106,64
08/10/2023	COMPRAS		17485,36
11/10/2023	TRANSFERENCIA		2800,00
12/10/2023	TAXAS		200,00
13/10/2023	RECEITA DE VENDAS	26.627,67	
13/10/2023	TRANSFERENCIA		4.978,00
13/10/2023	COMPRAS DE MATERIAL DE LIMPEZA		325,00
14/10/2023	COMPRAS		11.489,00
15/10/2023	TRANSFERENCIA		2.579,00
15/10/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		26.463,98
15/10/2023	PAG. DE IMPOSTOS FEDERAIS 09/2023		17.068,24
18/10/2023	RECEITA DE VENDAS	66.569,17	
19/10/2023	COMPRAS		654,00
20/10/2023	PAGAMENTO FGTS 09/2023		696,81
21/10/2023	TAXAS		360,00
22/10/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 10/2023		180,55
22/10/2023	DESPESA COM MANUTENÇÃO		2548,00
22/10/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		6.590,00
25/10/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		384,92
26/10/2023	RECEITA DE VENDAS	49.926,88	
27/10/2023	PAGAMENTO INSS 09/2023		2.332,31
28/10/2023	DESPESA COM TELEFONE		368,53
29/10/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.285,31
29/10/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.285,31
30/10/2023	DESPESAS		542,00
30/10/2023	COMPRAS PARA REPOSIÇÃO		700,00
30/10/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
30/10/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 10/2023		8.710,11
30/10/2023	RECEITA DE VENDAS	33.284,59	
	Soma do mês.....	R$ 332.845,87	R$ 267.701,31
	Saldo Anterior.....	R$ 215.833,16	
	Saldo Atual		R$ 280.977,72

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/11/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		16.231,24
02/11/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		8.115,62
03/11/2023	RECEITA DE VENDAS	39.265,35	
03/11/2023	PAGAMENTO FGTS 10/2023		696,81
03/11/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		389,54
03/11/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 11/2023		182,72
04/11/2023	RECEITA DE VENDAS	58.898,03	
04/11/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		32.462,48
05/11/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		251,00
08/11/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		24.346,86
09/11/2023	RECEITA DE VENDAS	98.163,39	
10/11/2023	COMPRA PARA USO		321,00
11/11/2023	TRANSFERENCIA		150,00
11/11/2023	DESPESA COM TELEFONE		372,95
11/11/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		16.231,24
12/11/2023	RECEITA DE VENDAS	78.530,71	
12/11/2023	TAXAS DE MANUTENÇÃO		300,00
15/11/2023	PAGAMENTO INSS 10/2023		2.332,31
15/11/2023	JUROS DE ATRASO		240,00
15/11/2023	PIX		457,00
15/11/2023	TRANSFERENCIA		7.845,00
16/11/2023	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 10/2023		19.607,17
17/11/2023	PAGAMENTO ISS10/2023		16.642,29
18/11/2023	JUROS DE ATRASO		2115,00
19/11/2023	COMPRAS		156,00
19/11/2023	TRANSFERENCIA		27,00
19/11/2023	PAGAMENTO		235,00
20/11/2023	RECEITA DE VENDAS	39.265,35	
22/11/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		32.462,48
23/11/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		241,00
24/11/2023	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		9.416,45
25/11/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		32.462,48
26/11/2023	RECEITA DE VENDAS	39.265,35	
26/11/2023	PAGAMENTO DE CONSERTO		897,00
26/11/2023	TRANSFERENCIA REFERENTE A COMPRA		688,00
27/11/2023	RECEITA DE VENDAS	39.265,35	
29/11/2023	PAGAMENTO DE BOLETO		15.478,36
30/11/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
30/11/2023	FOLHA DE PAGAMENTO 11/2023		8.710,11
	Soma do mês.....	R$ 392.653,54	R$ 254.064,13
	Saldo Anterior.....	R$ 280.977,72	
	Saldo Atual		R$ 419.567,12

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/12/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		23.755,18
02/12/2023	RECEITA DE VENDAS	60.843,17	
03/12/2023	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 12/2023		265,02
04/12/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		11.877,59
05/12/2023	PAGAMENTO FGTS 11/2023		696,81
06/12/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		5.938,80
07/12/2023	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		1.541,00
08/12/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		23.755,18
09/12/2023	RECEITA DE VENDAS	76.053,97	
10/12/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		281,28
11/12/2023	PAGAMENTO INSS 10/2023		2.332,31
12/12/2023	DESPESA COM TELEFONE		320,63
13/12/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		23.755,18
14/12/2023	PAGAMENTO DE MANUTENÇÃO		4.895,00
15/12/2023	PAG. DE IMPOSTOS FEDERAIS 11/2023		23.130,30
16/12/2023	RECEITA DE VENDAS	60.843,17	
17/12/2023	ISS12/2023		15.210,79
18/12/2023	PAGAMENTO DE MERCADORIA		249,00
19/12/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		17.816,39
20/12/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		654,00
20/12/2023	PAGAMENTO DE MERCADORIA		354,00
20/12/2023	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		11.877,59
20/12/2023	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		2.487,00
21/12/2023	COMPRA DE PRODUTOS		844,00
22/12/2023	RECEITA DE VENDAS	45.632,38	
23/12/2023	TAXAS		2.598,00
24/12/2023	JUROS		648,00
25/12/2023	RECEITA DE VENDAS	30.421,59	
26/12/2023	PAGAMENTO DE COMPRAS		254,00
27/12/2023	TRANSFERENCIA		365,00
27/12/2023	PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO		789,00
28/12/2023	COMPRAS		4.215,00
29/12/2023	RECEITA DE VENDAS	30.421,59	
30/12/2023	PRÓ-LABORE		4.000,00
31/12/2023	FOLHA DE PAGAMENTO		17.420,22
	Soma do mês.....	R$ 304.215,87	R$ 202.326,29
	Saldo Anterior.....	R$ 419.567,12	
	Saldo Atual		R$ 521.456,70

Balancete Geral

Mês	Credito	Debito	Saldo
janeiro	550.385,68	339.819,61	210.566,07
Fevereiro	512.711,35	393.402,02	119.309,33
Março	406.455,62	327.701,59	78.754,03
Abril	388.999,32	250.926,61	138.072,70
Maio	450.551,68	249.587,08	200.964,61
Julho	556.850,30	274.482,46	282.367,84
Junho	324.154,28	275.487,86	48.666,42
Agosto	606.522,68	345.260,23	261.262,45
Setembro	261.262,45	335.174,94	- 73.912,49
Outubro	548.679,03	267.701,31	280.977,72
Novembro	673.631,26	254.064,13	419.567,12
Dezembro	723.782,99	202.326,29	521.456,70



Termo de Encerramento

Nome do Livro: CAIXA

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo CAIXA contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 15, e serviu para escrituração no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa L. FIGUEIREDO SOARES.

Fortuna, 31/12/2023

_____	_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	SIDNEI HERNANDES DA SILVA
Empresário	PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CPF 023.146.163-16	CRC/PE 020983/O

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
84571020872	SIDNEI HERNANDES DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 11/11/2024 07:33 SOB Nº 20241444950.
PROTOCOLO: 241444950 DE 08/11/2024. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 11/11/2024
empresafacil.ma.gov.br

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12415984397 em 11/11/2024, protocolo 241444950. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	L. FIGUEIREDO SOARES
Número de Registro:	21102379022
CNPJ:	13032721000125
Munícipio:	Fortuna

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	CAIXA
Número de Ordem:	3
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	**Nome**	**CRC/OAB**
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	
84571020872	SIDNEI HERNANDES DA SILVA	PE020983/O

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 11/11/2024 07:34 SOB Nº 20241444950.
PROTOCOLO: 241444950 DE 08/11/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12415984397. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 11/11/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado do Maranhão
Secretaria de Segurança Pública
Nome / Name
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO
Nome Social / Social Name
Registro Geral - CPF / Personal Number
023.146.163-16
Sexo / Sex
F
Data de Nascimento / Date of Birth
30/10/1984
Nacionalidade / Nationality
BRA
Naturalidade / Place of Birth
PRESIDENTE DUTRA/MA
Validade / Expiry
24/09/2034
Assinatura do Titular / Cardholder's Signature
CARTEIRA DE IDENTIDADE
A10008018963
P-020
Filiação / Filiation
JOZ MARIA FIGUEIREDO SOARES
FRANCISCO FIGUEIREDO SOARES
Órgão Expedidor / Card Issuer
SSP/MA
Local / Place of Issue
PRESIDENTE DUTRA
Emissão / Issue
24/09/2024
Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Fábio Sergio Viegas Castro
Diretor do Instituto de Identificação
LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 478647/24 **Data da** 24/11/2024 15:13:49

Inscrição Estadual: 123500427 **CPF/CNPJ:** 13032721000125

Razão Social: L FIGUEIREDO SOARES

Endereço: RUA 18 DE JANEIRO, 126 LETRA A CEP: 65695000 - CENTRO

Telefone: (99)99999999 **Município:** FORTUNA **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 22/02/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 24/11/2024 15:13:49

06.140.404/0001-67
Prefeitura Municipal de Fortuna
Praça da Liberdade, S/N, Centro
CEP: 65.695-000

Prefeitura Municipal de
FORTUNA
Compromisso e Trabalho

CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS

Certifico que após realização das consultas procedidas no sistema de Tributos Municipais e de acordo com a legislação vigente, constei que não há débitos junto a esta Fazenda Municipal referente a um imóvel urbano (casa residencial), localizada na Rua 18 de Janeiro Nº126ª - bairro centro- **FORTUNA-MA**, de propriedade do Sr. JURACY MENDES COELHO , inscrito no CPF sob o nº 149.474.393-00.

Esta certidão será valida por 90 dias da sua emissão.

Firmo como legítima as informações acima citadas.

FORTUNA – MA, 29 DE OUTUBRO DE 2024.

Olga Regina Rodrigues de Albuquerque Soares
CPF: 384.898.343-34
Chefe de Tributos

OLGA REGINA R. DE ALBUQUERQUE SOARES

Coord. Tributos Municipais

Digitalizado com CamScanner

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 086063/24 **Data da** 16/10/2024 15:31:33

Inscrição Estadual: 123500427 **CPF/CNPJ:** 13032721000125

Razão Social: L FIGUEIREDO SOARES

Endereço: RUA 18 DE JANEIRO, 126 LETRA A CEP: 65695000 - CENTRO

Telefone: (99)99999999 **Município:** FORTUNA **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 14/01/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 16/10/2024 15:31:33

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : SIDNEI HERNANDES DA SILVA
REGISTRO..... : PE-020983/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.710.208-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PERNAMBUCO, 16/10/2024 as 11:10:41.
Válido até: 14/01/2025.
Código de Controle: 445993.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPE.

14/10/2024 16:58:15
USUÁRIO:BRUNO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 184/2024

AUTENTICAÇÃO:nyB2p52RrulB

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que a empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, devidamente Inscrito sob o CNPJ **13.032.721/0001-25**, situada à **RUA 18 DE JANEIRO, 126 LETRA A CENTRO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **12/01/2025**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

FORTUNA-MA, 14/10/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CNPJ: 06.140.404/0001-67
Pc da Liberdade, S/N - Centro, | Fortuna - MA, CEP: 65695-000

14/10/2024 16:59:10
USUÁRIO:BRUNO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL-CNDA Nº 185/2024

AUTENTICAÇÃO:7JFQvIXJ9ds2

CERTIFICO a pedido da pessoa interessada, que a empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, Inscrita sob o CNPJ: **13.032.721/0001-25**, situada à **RUA 18 DE JANEIRO, 126 LETRA A CENTRO**, Neste Município, encontra-se quites com os tributos municipais, bem como o livro de **DÍVIDA ATIVA** deste setor de arrecadação desta prefeitura, nada consta no que diz respeito a débito em nome da referida empresa. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **12/01/2025**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

FORTUNA-MA, 14/10/2024.

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 914528/2024
Emissão: 12/09/2024
Validade: 11/03/2025
Chave: b1B9Y

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: L. FIGUEIREDO SOARES

CNPJ: 13.032.721/0001-25

Registro: 0005444470

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 2.500.000,00

Data do Capital: 08/04/2024

Faixa: 6

Objetivo Social: CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA. FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS. TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA. CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA. TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA. MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES. OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL. MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS. CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS. PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA. CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO. OBRAS DE IRRIGACAO. CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO. MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE. SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA. DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS. PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO. PERFURACOES E SONDAGENS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE(DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUCAO DEMARCACAO DOS LOCAIS PARA CONSTRUCAO E ETC.). INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS. INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO. INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL. SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL. OBRAS DE FUNDACOES. ADMINISTRACAO DE OBRAS. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS. OBRAS DE ALVENARIA. PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA. SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE(TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINES, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS E ETC.). COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO. COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS. COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL. TRANSPORTE ESCOLAR. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. TESTES E ANALISES TECNICAS. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE(LIMPEZA DE CHAMINES, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MAQUINAS INDUSTRIAIS, ETC.). LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR. SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS. LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. LOCACAO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR(CAMINHOES, CACAMBAS, TRATORES, ESCAVADEIRAS, E OUTRAS MAQUINAS PESADAS).COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS

Restrições Relativas ao Objetivo Social: EMPRESA HABILITADA PARA ATUAR SOMENTE NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL, NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.

Endereço Matriz: RUA 18 DE JANEIRO, 126 A, CENTRO, FORTUNA, MA, 65695000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 20/05/2021

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000544476DDMA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2024 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: b1B9Y
Impresso em: 12/09/2024 às 16:56:42 por: adapt, ip: 191.6.23.220

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 914528/2024
Emissão: 12/09/2024
Validade: 11/03/2025
Chave: b1B9Y

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Profissional: PAMELLA MARINHO CRUZ
Registro: 2412770964
CPF: 024.***.***-70
Data Início: 20/05/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇAO 218/73 DO CONFEA, EXCETO PONTES.
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: WABNER GOMES LEAL
Registro: 1118899881
CPF: 014.***.***-00
Data Início: 26/09/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 24/09/2026
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7° DA RESOLUÇÃO 218/1973 DO CONFEA
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
CPF: 023.***.***-16
Função: PROPRIETÁRIA

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: b1B9Y
Impresso em: 12/09/2024 às 16:56:43 por: adapt, ip: 191.6.23.220

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO
CNPJ: 13.032.721/0001-25
L. FIGUEIREDO SOARES

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES , Brasileira, Solteira, natural da cidade de Presidente Dutra – MA, nascido em 30/10/1984, EMPRESARIA, número do documento 023.146.163-16, residente e domiciliado no(a): RUA 18 DE JANEIRO 126, CENTRO, Fortuna - MA, CEP 65695-000, na qualidade de titular da **L. FIGUEIREDO SOARES** , com sede na RUA 18 DE JANEIRO, Nº 126, LETRA A, CENTRO, CEP 65695-000, Fortuna - MA, com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.032.721/0001-25, resolve alterar seu instrumento de inscrição sob as seguintes clausulas:

CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DO OBJETO (art. 968, III, CC)

O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Construção de edifícios. Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda. Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. Fabricação de estruturas metálicas. Transmissão de energia elétrica. Captação, tratamento e distribuição de água. Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos. Coleta de resíduos não-perigosos. Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica. Manutenção de estações e redes de telecomunicações. Obras de montagem industrial. Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos. Construção de rodovias e ferrovias. Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos. Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas. Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica. Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação. Obras de irrigação. Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto. Montagem de estruturas metálicas. Construção de instalações esportivas e recreativas. Obras de acabamento em gesso e estuque. Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista. Demolição de edifícios e outras estruturas. Preparação de canteiro e limpeza de terreno. Perfurações e sondagens. Obras de terraplenagem. Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente(DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DEMARCAÇÃO DOS LOCAIS PARA CONSTRUÇÃO E ETC.). Instalação e manutenção elétrica. Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás. Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração. Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material. Serviços de pintura de edifícios em geral. Obras de fundações. Administração de obras. Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias. Obras de alvenaria. Perfuração e construção de poços de água. Serviços especializados para construção não especificados anteriormente(TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINÉS, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS E ETC.). Comércio varejista de tintas e materiais para pintura. Comércio varejista de material elétrico. Comércio varejista de vidros. Comércio varejista de ferragens e ferramentas. Comércio varejista de materiais hidráulicos. Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas. Comércio varejista de materiais de construção em geral. Transporte escolar. Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional. Testes e análises técnicas. Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes. Atividades de limpeza não especificadas anteriormente(LIMPEZA DE CHAMINÉS, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, ETC.). Locação de automóveis sem condutor. Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais. Limpeza em prédios e em domicílios. Atividades paisagísticas. Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor(caminhões, caçambas, tratores, escavadeiras, e outras maquinas pesadas).Coleta de Residuos Perigosos

Parágrafo único: Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s): CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA. FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS. TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA. CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA. TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA. MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES. OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL. MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS. CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS. PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA. CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO. OBRAS DE IRRIGACAO. CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO. MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE. SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA. DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS. PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO. PERFURACOES E SONDAGENS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE(DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUCAO DEMARCACAO DOS LOCAIS PARA CONSTRUCAO E ETC.). INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS. INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO. INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL. SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL. OBRAS DE FUNDACOES. ADMINISTRACAO DE OBRAS. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS. OBRAS DE ALVENARIA. PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA. SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE(TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINES, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS E ETC.). COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO. COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS. COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL. TRANSPORTE ESCOLAR. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. TESTES E ANALISES TECNICAS. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE(LIMPEZA DE CHAMINES, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MAQUINAS INDUSTRIAIS, ETC.). LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR. SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS. LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. LOCACAO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR(CAMINHOES, CACAMBAS, TRATORES, ESCAVADEIRAS, E OUTRAS MAQUINAS PESADAS).COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS

E exercerá as seguintes atividades:

4120-4/00 - Construção de edifícios

2330-3/01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda

2330-3/02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

2511-0/00 - Fabricação de estruturas metálicas
3512-3/00 - Transmissão de energia elétrica
3600-6/01 - Captação, tratamento e distribuição de água
3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos
3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos
3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias
4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4221-9/01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
4221-9/05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4222-7/02 - Obras de irrigação
4223-5/00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas
4292-8/02 - Obras de montagem industrial
4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
4311-8/02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
4312-6/00 - Perfurações e sondagens
4313-4/00 - Obras de terraplenagem
4319-3/00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4330-4/02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4330-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
4391-6/00 - Obras de fundações
4399-1/01 - Administração de obras
4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4399-1/03 - Obras de alvenaria
4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água
4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
4741-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
4743-1/00 - Comércio varejista de vidros
4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4924-8/00 - Transporte escolar
4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
7120-1/00 - Testes e análises técnicas
7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios
8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8130-3/00 - Atividades paisagísticas

CLÁUSULA II: DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas constantes no instrumento e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E, por estar assim ajustado, o empresário assina o presente instrumento.

Fortuna - MA, 09 de Setembro de 2024

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
Empresário Individual

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/09/2024 13:57 SOB Nº 20241196140.
PROTOCOLO: 241196140 DE 11/09/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12413015265. CNPJ DA SEDE: 13032721000125.
NIRE: 21102379022. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/09/2024.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: L. FIGUEIREDO SOARES
CNPJ: 13.032.721/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:09:31 do dia 03/09/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/03/2025.
Código de controle da certidão: **424E.29DF.B917.C6BF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONTRATO DE LOCAÇÃO

Instrumento particular de Contrato de Locação de imóvel residencial que fazem entre si:

LOCADOR: JURACY MENDES COELHO, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob o 149.474.393-00 e residente na Rua 18 de Janeiro Nº 126, Centro, Fortuna - MA.

LOCATÁRIO: L FIGUEIREDO SOARES, inscrito no CNPJ: 13.032.721/0001-25, estabelecida na Rua 18 de Janeiro Nº 126, LT A, Centro, Fortuna - MA.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

1ª – OBJETO: Locação de salão comercial, Rua 18 de Janeiro Nº 126, LT A, Centro, Fortuna – MA

2ª – DESTINAÇÃO: O imóvel destina-se única e exclusivamente a fins comerciais do locatário.

3ª – PRAZO: O prazo de locação será de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em 01 de abril de 2024 e terminando em 01 de abril de 2026, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial.

4ª – ALUGUEL: O aluguel mensal será de R$ 1400,00, a vencer pontualmente no dia 10 de cada mês.

5ª – REAJUSTE: O aluguel mensal fixado na cláusula 4ª será reajustado anualmente, com base no Índice Geral de Preço – Mercado (IGP-M).

6ª – CONSERVAÇÃO: O imóvel está sendo entregue de acordo com o termo de vistoria, devendo o locatário manter o imóvel em perfeito estado de conservação, com suas instalações em funcionamento, como recebido no ato de assinatura deste contrato.

7ª – DEVOLUÇÃO: Caso o locatário deseja devolver o imóvel antes do prazo ajustado, pagará uma multa referente ao valor de três aluguéis da data da devolução.

8ª – OBRAS: O valor das benfeitorias necessárias poderá ser compensado com o valor do aluguel, desde que o montante a ser compensado a cada mês não ultrapasse 50% do valor do aluguel. O mesmo poderá ocorrer em relação às benfeitorias úteis, desde que haja concordância expressa e específica do locador.

9ª – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA: O locatário não poderá ceder ou transferir a outros o presente imóvel sem o prévio consentimento do locador.

10ª – VENDA DO IMÓVEL: Na hipótese de venda do imóvel, obriga-se o locatário a permitir visitas, mediante combinação prévia de dia e hora, devendo ser oferecido o imóvel ao locatário previamente.

11ª – ATRASO NO PAGAMENTO: O locatário é obrigado a pagar pontualmente o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta, até o quinto dia útil do mês seguinte ao vencido. A multa por mora no cumprimento da obrigação será de 10% do valor da prestação em atraso.

12ª – RESCISÃO: O contrato somente será rescindido nos casos previstos nos artigos 8º, 9º, 46 e 47, da Lei no 8.245/1991.

Por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

FORTUNA, 01 de abril de 2024.

JURACY MENDES COELHO
CPF: 149.474.393-00
LOCADOR

L FIGUEIREDO SOARES
CNPJ: 13.032.721/0001-25
LOCATÁRIO

TESTEMUNHAS:

1 Francisco Bruno Calado de Melo
CPF: 096816194-47

2 Cinthya Morais Silva
CPF: 043987813-66

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ALYNE LOPES REIS, sob a autenticidade n° 12406805752 em 15/05/2024, protocolo 240635329. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	L. FIGUEIREDO SOARES
Número de Registro:	21102379022
CNPJ:	13032721000125
Munícipio:	Fortuna

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	6
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	**Nome**	**CRC/OAB**
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	
84571020872	SIDNEI HERNANDES DA SILVA	PE020983-O

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 15/05/2024 08:43 SOB Nº 20240635329.
PROTOCOLO: 240635329 DE 10/05/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12406805752. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 15/05/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 6

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 15, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa L. FIGUEIREDO SOARES, município Fortuna, CNPJ nº 13.032.721/0001-25, Número de Registro (NIRE) 21102379022.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 21/12/2010
Ato constitutivo: 21200728307

Fortuna, 01/01/2023

_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
Empresário
CPF 023.146.163-16

_____
SIDNEI HERNANDES DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/PE 020983-O

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 2

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
06 de janeiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 26.774,75
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 26.774,75	
10 de janeiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 35.699,67
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 35.699,67	
16 de janeiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 8.924,92
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 8.924,92	
20 de janeiro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 01/2023	2095		R$ 162,17
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 01/2023	25	R$ 162,17	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 62.474,42
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 62.474,42	
25 de janeiro				
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 325,28
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 325,28	
30 de janeiro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 44.624,59
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 44.624,59	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 01/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 01/2023	940	R$ 8.710,11	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 298.457,39
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 298.457,39	
31 de janeiro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.541,98
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.541,98	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 345,74
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 345,74	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2023	1470		R$ 17.581,43
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2023	800	R$ 17.581,43	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 01/2023	1965		R$ 14.922,87
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 01/2023	825	R$ 14.922,87	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 01/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 01/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 01/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 01/2023	825	R$ 696,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 3

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
04 de fevereiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 26.533,78
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 26.533,78	
06 de fevereiro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 01/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 01/2023	25	R$ 696,81	
12 de fevereiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 44.222,97
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 44.222,97	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 302.145,28
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 302.145,28	
18 de fevereiro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 02/2023	2095		R$ 164,12
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 02/2023	25	R$ 164,12	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 53.067,56
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 53.067,56	
20 de fevereiro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 01/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 01/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2023	800		R$ 17.581,43
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2023	25	R$ 17.581,43	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 01/2023	820		R$ 14.922,87
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 01/2023	25	R$ 14.922,87	
25 de fevereiro				
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 329,18
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 329,18	
27 de janeiro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 53.067,56
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 53.067,56	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 02/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 02/2023	940	R$ 8.710,11	
28 de fevereiro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.608,48
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.608,48	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 349,89
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 349,89	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 02/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 02/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 02/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 02/2023	825	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 35.378,37
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 35.378,37	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 4

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
06 de março				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 26.852,19
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 26.852,19	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 02/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 02/2023	25	R$ 696,81	
12 de março				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 35.802,91
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 35.802,91	
17 de março				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 03/2023	2095		R$ 166,09
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 03/2023	25	R$ 166,09	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 8.950,73
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 8.950,73	
20 de março				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 02/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 02/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 337,41
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 337,41	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 62.655,10
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 62.655,10	
30 de março				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 03/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 03/2023	940	R$ 8.710,11	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 287.146,29
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 287.146,29	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 44.753,64
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 44.753,64	
31 de março				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.675,79
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.675,79	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 358,34
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 358,34	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2023	1470		R$ 16.915,12
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2023	800	R$ 16.915,12	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 03/2023	1965		R$ 14.357,31
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 03/2023	825	R$ 14.357,31	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 03/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 03/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 03/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 03/2023	825	R$ 696,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 5

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
02 de abril				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 26.798,48
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 26.798,48	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 03/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 03/2023	25	R$ 696,81	
10 de abril				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 44.664,13
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 44.664,13	
17 de abril				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 04/2023	2095		R$ 168,08
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 04/2023	25	R$ 168,08	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.865,65
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.865,65	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 310.245,29
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 310.245,29	
20 de abril				
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2023	800		R$ 16.915,12
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2023	25	R$ 16.915,12	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 03/2023	820		R$ 14.357,31
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 03/2023	25	R$ 14.357,31	
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 03/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 03/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 339,10
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 339,10	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 53.596,96
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 53.596,96	
28 de abril				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 04/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 04/2023	940	R$ 8.710,11	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 35.731,31
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 35.731,31	
30 de abril				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.743,89
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.743,89	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 358,34
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 358,34	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 04/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 04/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 04/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 04/2023	825	R$ 696,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 6

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
04 de maio				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 27.093,26
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 27.093,26	
07 de maio				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 04/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 04/2023	25	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 36.124,35
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 36.124,35	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 362,64
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 362,64	
15 de maio				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 05/2023	2095		R$ 170,10
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 05/2023	25	R$ 170,10	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 9.031,09
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 9.031,09	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.812,82
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.812,82	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 312.478,98
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 312.478,98	
18de maio				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 63.217,62
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 63.217,62	
20 de maio				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 04/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 04/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 343,17
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 343,17	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 45.155,44
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 45.155,44	
29 de maio				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 05/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 05/2023	940	R$ 8.710,11	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 05/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 05/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 05/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 05/2023	825	R$ 696,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 7

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
05 de junho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 26.768,14
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 26.768,14	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 05/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 05/2023	25	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 35.690,86
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 35.690,86	
08 de junho				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 06/2023	2095		R$ 172,14
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 06/2023	25	R$ 172,14	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 8.922,71
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 8.922,71	
12 de junho				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.882,58
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.882,58	
18 de junho				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 366,99
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 366,99	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 62.459,00
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 62.459,00	
19 de junho				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 05/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 05/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 351,75
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 351,75	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 44.613,57
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 44.613,57	
30 de junho				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 06/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 06/2023	940	R$ 8.710,11	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 06/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 06/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 06/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 06/2023	825	R$ 696,81	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 324.154,28
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 324.154,28	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2023	1470		R$ 19.095,17
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2023	800	R$ 19.095,17	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 06/2023	1965		R$ 16.207,71
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 06/2023	825	R$ 16.207,71	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 8

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
03 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 27.089,36
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 27.089,36	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 06/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 06/2023	25	R$ 696,81	
07 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 36.119,15
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 36.119,15	
13 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 371,39
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 371,39	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 307.219,27
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 307.219,27	
15 de julho				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 07/2023	2095		R$ 174,20
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 07/2023	25	R$ 174,20	
17 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 9.029,79
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 9.029,79	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.953,17
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.953,17	
18 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 63.208,51
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 63.208,51	
20 de julho				
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2023	800		R$ 19.095,17
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2023	25	R$ 19.095,17	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 06/2023	820		R$ 16.207,71
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 06/2023	25	R$ 16.207,71	
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 06/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 06/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 353,51
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 353,51	
27 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 45.148,94
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 45.148,94	
30 de julho				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2023	940	R$ 8.710,11	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 07/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 07/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 07/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 07/2023	825	R$ 696,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 9

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
04 de agosto				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.443,83
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.443,83	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 07/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 07/2023	25	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 47.406,38
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 47.406,38	
07 de agosto				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 08/2023	2095		R$ 176,29
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 08/2023	25	R$ 176,29	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 53.095,15
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 53.095,15	
11 de agosto				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 6.024,60
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 6.024,60	
18 de agosto				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 375,85
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 375,85	
20 de agosto				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 07/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 07/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 357,75
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 357,75	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 60.680,17
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 60.680,17	
25 de agosto				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 375,85
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 375,85	
31 de agosto				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2023	940	R$ 8.710,11	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 08/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 08/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 08/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 08/2023	825	R$ 696,81	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 324.154,84
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 324.154,84	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2023	1470		R$ 19.095,21
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2023	800	R$ 19.095,21	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 08/2023	1965		R$ 16.207,74
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 08/2023	825	R$ 16.207,74	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 10

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
01 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 27.874,95
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 27.874,95	
04 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 37.166,61
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 37.166,61	
08 de setembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 08/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 08/2023	25	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 380,36
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 380,36	
15 de setembro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 09/2023	2095		R$ 178,41
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 09/2023	25	R$ 178,41	
17 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 9.291,65
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 9.291,65	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 6.096,90
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 6.096,90	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 65.041,56
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 65.041,56	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 289.745,65
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 289.745,65	
18 de setembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 08/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 08/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 366,69
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 366,69	
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2023	800		R$ 19.095,21
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2023	25	R$ 19.095,21	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 08/2023	820		R$ 16.207,74
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 08/2023	25	R$ 16.207,74	
22 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 46.458,26
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 46.458,26	
30 de setembro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2023	940	R$ 8.710,11	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 09/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 09/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 09/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 09/2023	825	R$ 696,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 11

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
05 de outubro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 26.463,98
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 26.463,98	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 09/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 09/2023	25	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 44.106,64
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 44.106,64	
07 de outubro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 10/2023	2095		R$ 180,55
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 10/2023	25	R$ 180,55	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.642,65
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.642,65	
13 de outubro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 6.170,06
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 6.170,06	
13 de outubro				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 384,92
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 384,92	
20 de outubro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 09/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 09/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 368,53
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 368,53	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 56.809,35
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 56.809,35	
27 de outubro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 35.285,31
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 35.285,31	
31 de outubro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 10/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 10/2023	940	R$ 8.710,11	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 10/2023	1960		R$ 2.332,31
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 10/2023	820	R$ 2.332,31	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 10/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 10/2023	825	R$ 696,81	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 332.845,87
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 332.845,87	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2023	1470		R$ 19.607,17
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2023	800	R$ 19.607,17	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 10/2023	1965		R$ 16.642,29
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 10/2023	825	R$ 16.642,29	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 12

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
03 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 24.346,86
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 24.346,86	
05 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 32.462,48
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 32.462,48	
06 de novembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 10/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 10/2023	25	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 389,54
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 389,54	
13 de novembro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 11/2023	2095		R$ 182,72
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 11/2023	25	R$ 182,72	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 392.653,54
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 392.653,54	
16 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 8.115,62
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 8.115,62	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 6.244,10
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 6.244,10	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 56.809,35
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 56.809,35	
20 de novembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 10/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 10/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2023	800		R$ 19.607,17
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2023	25	R$ 19.607,17	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 10/2023	820		R$ 16.642,29
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 10/2023	25	R$ 16.642,29	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 372,95
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 372,95	
27 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 40.578,10
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 40.578,10	
30 de novembro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 11/2023	1885		R$ 8.710,11
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 11/2023	940	R$ 8.710,11	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 11/2023	1960		R$ 6.244,10
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 11/2023	820	R$ 6.244,10	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 11/2023	1965		R$ 696,81
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 11/2023	825	R$ 696,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 13

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
02 de dezembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.816,39
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.816,39	
04 de dezembro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 12/2023	2095		R$ 265,02
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 12/2023	25	R$ 265,02	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 29.693,98
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 29.693,98	
07 de dezembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 11/2023	825		R$ 696,81
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 11/2023	25	R$ 696,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 11.877,59
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 11.877,59	
11 de dezembro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 6.899,63
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 6.899,63	
15 de dezembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 35.632,78
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 35.632,78	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 281,28
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 281,28	
18 de dezembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 10/2023	820		R$ 2.332,31
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 10/2023	25	R$ 2.332,31	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 320,63
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 320,63	
22 de dezembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.755,18
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.755,18	
31 de dezembro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 12/2023 + 13º SALÁRIO 2019	1885		R$ 17.420,22
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 12/2023 + 13º SALÁRIO 2019	940	R$ 17.420,22	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 12/2023	1960		R$ 4.664,62
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 12/2023	820	R$ 4.664,62	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 12/2023	1965		R$ 1.393,62
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 12/2023	825	R$ 1.393,62	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 304.215,87
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 304.215,87	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 12/2023	1470		R$ 17.920,65
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 12/2023	800	R$ 17.920,65	

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Folha: 14

ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 12/2023	1965		R$ 15.210,79
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 12/2023	825	R$ 15.210,79	
(-) Depreciação Acum. Aquis. Máquinas e Equipamentos (565)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2841		R$ 118.310,96
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipament os (2841)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT OS	565	R$ 118.310,96	
(-) Depreciação Acum. Aquis. Móveis e Utensílios (575)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2834		R$ 9.100,84
Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios (2834)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	575	R$ 9.100,84	
TOTAL GERAL DO PERÍODO:			**R$ 6.732.759,25**	**R$ 6.732.759,25**

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 6

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 15, e serviu para escrituração no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa L. FIGUEIREDO SOARES.

Fortuna, 31/12/2023

_____	_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	SIDNEI HERNANDES DA SILVA
Empresário	PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CPF 023.146.163-16	CRC/PE 020983-O

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
84571020872	SIDNEI HERNANDES DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 15/05/2024 08:43 SOB Nº 20240635329.
PROTOCOLO: 240635329 DE 10/05/2024. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 15/05/2024
empresafacil.ma.gov.br

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA-A - CENTRO

FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25

NIRE: 21102379022

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
DISPONIVEL			FORNECEDORES		
Caixa e Bancos		521.456,70	Fornecedores Diversos		38.721,48
VALORES A RECEBER			OBRIGAÇÕES A PAGAR		
Duplicatas a Receber		375.157,65	Impostos/Contrib. e outros a Pagar		107.259,74
ESTOQUE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Estoque de Mercadorias/Insumos		461.357,89	Capital Social	500.000,00	
ATIVO PERMANENTE			Lucro do Exercício	1.004.579,22	1.504.579,22
IMOBILIZADO					
Máquinas e Equipamentos	390.000,00				
Móveis e Utensílios	30.000,00				
(-)Depreciação Acumulada	127.411,80	292.588,20			
TOTAL DO ATIVO		**1.650.560,44**	**TOTAL DO PASSIVO**		**1.650.560,44**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2023, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$: 1.650.560,44 (UM MILHÃO E SEISCENTOS E CINQUENTA MIL E QUINHENTOS E SESSENTA REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

Fortuna - MA, 31 de Dezembro de 2023.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Sidnei Hernandes da Silva
Contador
CRC - PE 020983/O
CPF: 845.710.208-72

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA-A - CENTRO
FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25
NIRE: 21102379022

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita Bruta de Serviços		3.785.462,55
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA		
Impostos Federais/Municipais	412.265,90	
		(412.265,90)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**3.373.196,65**
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Compra de Mercadorias	2.085.706,57	
Folha de pagamento	113.231,46	
Encargos com INSS/FGTS	39.378,55	
Material de escritório	4.321,02	
Energia	2.159,87	
Telefone	4.165,95	
Manutenção, Conservação e Limpeza	71.654,01	
Pró-Labore	48.000,00	(2.368.617,43)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.004.579,22**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração de Resultado do Exercício realizado em 31 de dezembro de 2023 o Lucro Líquido de R$: 1.004.579,22 (UM MILHÃO E QUATRO MIL E QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS).

Fortuna - MA, 31 de Dezembro de 2023.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Sidnei Hernandes da Silva
Contador
CRC - PE 020983/O
CPF: 845.710.208-72

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA-A - CENTRO
FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25
NIRE: 21102379022

CÁLCULO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COM BASE NO BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

1- INDICE DE SOLVÊNCIA GERAL - ISG

$$ISG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PC+PELP}} \qquad ISG = \frac{1.650.560,44}{145.981,22} \qquad \textbf{11,31}$$

2- INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRC.}}{\text{PASSIVO CIRC.}} \qquad ILC = \frac{1.357.972,24}{145.981,22} \qquad \textbf{9,30}$$

3- INDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG

$$ILG = \frac{\text{AC + ARLP}}{\text{PC + PELP}} \qquad ILG = \frac{1.357.972,24}{145.981,22} \qquad \textbf{9,30}$$

Fortuna - MA, 31 de Dezembro de 2023.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Sidnei Hernandes da Silva
Contador
CRC - PE 020983/O
CPF: 845.710.208-72

RAZÃO SOCIAL: L. FIGUEIREDO SOARES
CNPJ: 13.032.721/0001-25
NIRE: 21102379022
ENDEREÇO: RUA 18 DE JANEIRO, 126, LETRA A
BAIRRO: CENTRO – FORTUNA - MA | **CEP:** 65695-000

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2023

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O OBJETIVO DA EMPRESA É EXERCER AS SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS: CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA. FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS. TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA. CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE ÁGUA. TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA. MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES. OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL. MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS. CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS. PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA. CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO. OBRAS DE IRRIGACAO. CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA ÁGUA E ESGOTO. MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE. SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA. DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS. PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO. PERFURACOES E SONDAGENS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUCAO DEMARCACAO DOS LOCAIS PARA CONSTRUCAO etc.). INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS. INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO. INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL. SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL. OBRAS DE FUNDACOES. ADMINISTRACAO DE OBRAS. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS. OBRAS DE ALVENARIA. PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE ÁGUA. SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINES, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS etc.). COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO. COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS. COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL. TRANSPORTE ESCOLAR. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. TESTES E ANÁLISES TECNICAS. ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (LIMPEZA DE CHAMINES, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS etc.). LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR. SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS.

LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. LOCACAO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR (CAMINHOES, CACAMBAS, TRATORES, ESCAVADEIRAS, E OUTRAS MÁQUINAS PESADAS).

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.
O BALANÇO PATRIMONIAL, AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO, ANÁLISE PELOS ÍNDICES PELO BALANÇO, DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2023, ESTÃO SENDO ELABORADAS CONFORME OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE E DEMAIS PRÁTICAS EMANADAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VIGENTE.

NOTA 3 - PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A ITG 1000, APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC 1.418/12.
3.2 - DEPRECIAÇÃO
A DEPRECIAÇÃO FOI CALCULADA PELO MÉTODO LINEAR, DE ACORDO COM A VIDA ÚTIL ECONÔMICA DO IMOBILIZADO, CALCULADA SOBRE O VALOR RESIDUAL DOS BENS.
3.3 – AVALIAÇÃO DE ESTOQUE
A EMPRESA AVALIOU SEUS ESTOQUES PELO MÉTODO PEPS - PRIMEIRO QUE ENTRA PRIMEIRO QUE SAÍ.

NOTA 4 – CAPITAL SOCIAL
O CAPITAL SOCIAL É DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS). NÃO POSSUI DIVISÕES DE COTAS, POIS A MESMA É EMPRESA INDIVIDUAL.

NOTA 5 – SITUAÇÃO TRABALHISTA
ATUALMENTE A ENTIDADE NÃO TEM UMA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA EM PROCESSO E ESTIMA QUE NO SEU EXERCÍCIO NÃO HÁ PREVISÃO DE DESLIGAMENTO.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Sidnei Hernandes da Silva
Contador
CRCPE: 020983/O
CPF: 845.710.208-72

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
84571020872	SIDNEI HERNANDES DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2024 11:19 SOB Nº 20240635442.
PROTOCOLO: 240635442 DE 10/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406656846. CNPJ DA SEDE: 13032721000125.
NIRE: 21102379022. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/05/2024.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
L. FIGUEIREDO SOARES

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, brasileira, solteira, natural de Presidente Dutra – MA, nascida em 30/10/1984,empresaria, portadora do CPF: 023.146.163-16 e RG: 214737720026 SSP/MA, residente e domiciliada na Rua 18 de Janeiro, Nº 126, Centro, Fortuna – MA, CEP:65.695-000., BRASIL titular da empresa L. FIGUEIREDO SOARES, registrada Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE no 21102379022, com sede Rua 18 DE JANEIRO, Nº 126, LETRA A, CENTRO-Fortuna/MA- CEP: 65695-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o no 13.032.721/0001-25, delibera e ajusta a presente alteração, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital social que era de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), passa a ser de R$ 2.500.000,00. (dois milhões e quinhentos mil reais) representado por 2.500.000,00. (dois milhões e quinhentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 2.500.000,00. (dois milhões e quinhentos mil reais) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional.

Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estar assim ajustado, o empresário assina o presente instrumento.

Fortuna/MA, 01 de abril de 2024.

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES

CERTIFICO O REGISTRO EM 08/04/2024 07:23 SOB Nº 20240449584.
PROTOCOLO: 240449584 DE 07/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12404798198. CNPJ DA SEDE: 13032721000125.
NIRE: 21102379022. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 08/04/2024.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 15, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa L. FIGUEIREDO SOARES, município Fortuna, CNPJ nº 13.032.721/0001-25, Número de Registro (NIRE) 21102379022.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 21/12/2010
Ato constitutivo: 21200728307

Fortuna, 01/01/2022

_____	_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA
Empresário	CONTADOR
CPF 023.146.163-16	CRC/MA 8788

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 2

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
06 de janeiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.317,60
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.317,60	
10 de janeiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.090,13
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.090,13	
16 de janeiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 5.772,53
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 5.772,53	
20 de janeiro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 01/2022	2095		R$ 154,29
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 01/2022	25	R$ 154,29	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 40.407,73
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 40.407,73	
25 de janeiro				
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 305,26
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 305,26	
30 de janeiro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.862,67
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.862,67	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 01/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 01/2022	940	R$ 7.842,80	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 420.548,69
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 420.548,69	
31 de janeiro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.145,38
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.145,38	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 331,28
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 331,28	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2022	1470		R$ 24.736,12
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2022	800	R$ 24.736,12	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 01/2022	1965		R$ 21.027,43
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 01/2022	825	R$ 21.027,43	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 01/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 01/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 01/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 01/2022	825	R$ 627,42	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 3

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
04 de fevereiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.161,74
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.161,74	
06 de fevereiro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 01/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 01/2022	25	R$ 627,42	
12 de fevereiro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.602,90
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.602,90	
18 de fevereiro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 02/2022	2095		R$ 156,14
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 02/2022	25	R$ 156,14	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 34.323,48
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 34.323,48	
20 de fevereiro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 01/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 01/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2022	800		R$ 24.736,12
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 01/2022	25	R$ 24.736,12	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 01/2022	820		R$ 21.027,43
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 01/2022	25	R$ 21.027,43	
25 de fevereiro				
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 308,92
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 308,92	
27 de janeiro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 34.323,48
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 34.323,48	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 02/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 02/2022	940	R$ 7.842,80	
28 de fevereiro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.207,12
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.207,12	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 335,26
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 335,26	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 02/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 02/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 02/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 02/2022	825	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 22.882,32
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 22.882,32	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 4

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
06 de março				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.367,68
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.367,68	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 02/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 02/2022	25	R$ 627,42	
12 de março				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.156,91
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.156,91	
17 de março				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 03/2022	2095		R$ 158,02
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 03/2022	25	R$ 158,02	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 5.789,23
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 5.789,23	
20 de março				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 02/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 02/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 316,65
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 316,65	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 40.524,59
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 40.524,59	
30 de março				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 03/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 03/2022	940	R$ 7.842,80	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 438.352,12
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 438.352,12	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.946,14
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.946,14	
31 de março				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.269,61
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.269,61	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 343,35
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 343,35	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2022	1470		R$ 25.783,29
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2022	800	R$ 25.783,29	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 03/2022	1965		R$ 21.917,61
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 03/2022	825	R$ 21.917,61	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 03/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 03/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 03/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 03/2022	825	R$ 627,42	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 5

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
02 de abril				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.332,95
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.332,95	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 03/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 03/2022	25	R$ 627,42	
10 de abril				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.888,25
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.888,25	
17 de abril				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 04/2022	2095		R$ 159,91
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 04/2022	25	R$ 159,91	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 11.555,30
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 11.555,30	
20 de abril				
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2022	800		R$ 25.783,29
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 03/2022	25	R$ 25.783,29	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 03/2022	820		R$ 21.917,61
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 03/2022	25	R$ 21.917,61	
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 03/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 03/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 318,23
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 318,23	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 34.665,90
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 34.665,90	
28 de abril				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 04/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 04/2022	940	R$ 7.842,80	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.110,60
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.110,60	
30 de abril				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.332,85
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.332,85	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 343,35
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 343,35	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 04/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 04/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 04/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 04/2022	825	R$ 627,42	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 6

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
04 de maio				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.523,61
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.523,61	
07 de maio				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 04/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 04/2022	25	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.364,81
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.364,81	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 347,47
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 347,47	
15 de maio				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 05/2022	2095		R$ 161,83
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 05/2022	25	R$ 161,83	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 5.841,20
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 5.841,20	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.396,84
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.396,84	
18de maio				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 40.888,42
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 40.888,42	
20 de maio				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 04/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 04/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 322,05
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 322,05	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 29.206,02
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 29.206,02	
29 de maio				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 05/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 05/2022	940	R$ 7.842,80	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 05/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 05/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 05/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 05/2022	825	R$ 627,42	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 7

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
05 de junho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.313,33
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.313,33	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 05/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 05/2022	25	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.084,44
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.084,44	
08 de junho				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 06/2022	2095		R$ 163,77
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 06/2022	25	R$ 163,77	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 5.771,11
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 5.771,11	
12 de junho				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.461,60
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.461,60	
18 de junho				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 351,64
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 351,64	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 40.397,76
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 40.397,76	
19 de junho				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 05/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 05/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 330,10
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 330,10	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.855,54
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.855,54	
30 de junho				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 06/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 06/2022	940	R$ 7.842,80	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 06/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 06/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 06/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 06/2022	825	R$ 627,42	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 429.584,36
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 429.584,36	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2022	1470		R$ 25.267,58
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2022	800	R$ 25.267,58	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 06/2022	1965		R$ 21.479,22
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 06/2022	825	R$ 21.479,22	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 8

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
03 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.521,09
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.521,09	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 06/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 06/2022	25	R$ 627,42	
07 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.361,45
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.361,45	
13 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 355,86
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 355,86	
15 de julho				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 07/2022	2095		R$ 165,74
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 07/2022	25	R$ 165,74	
17 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 5.840,36
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 5.840,36	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.527,14
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.527,14	
18 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 40.882,54
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 40.882,54	
20 de julho				
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2022	800		R$ 25.267,58
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 06/2022	25	R$ 25.267,58	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 06/2022	820		R$ 21.479,22
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 06/2022	25	R$ 21.479,22	
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 06/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 06/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 331,75
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 331,75	
27 de julho				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 29.201,81
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 29.201,81	
30 de julho				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2022	940	R$ 7.842,80	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 07/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 07/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 07/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 07/2022	825	R$ 627,42	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 9

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
04 de agosto				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 18.397,14
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 18.397,14	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 07/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 07/2022	25	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 30.661,90
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 30.661,90	
07 de agosto				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 08/2022	2095		R$ 167,73
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 08/2022	25	R$ 167,73	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 34.341,33
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 34.341,33	
11 de agosto				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.593,47
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.593,47	
18 de agosto				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 360,13
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 360,13	
20 de agosto				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 07/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 07/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 335,73
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 335,73	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 39.247,23
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 39.247,23	
25 de agosto				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 360,13
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 360,13	
31 de agosto				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2022	940	R$ 7.842,80	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 08/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 08/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 08/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 08/2022	825	R$ 627,42	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 427.536,29
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 427.536,29	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2022	1470		R$ 25.147,12
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2022	800	R$ 25.147,12	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 08/2022	1965		R$ 21.376,81
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 08/2022	825	R$ 21.376,81	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 10

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
01 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 18.029,20
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 18.029,20	
04 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 24.038,93
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 24.038,93	
08 de setembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 08/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 08/2022	25	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 364,45
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 364,45	
15 de setembro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 09/2022	2095		R$ 169,74
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 09/2022	25	R$ 169,74	
17 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 6.009,73
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 6.009,73	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.660,59
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.660,59	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 42.068,13
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 42.068,13	
18 de setembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 08/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 08/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 344,12
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 344,12	
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2022	800		R$ 25.147,12
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 08/2022	25	R$ 25.147,12	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 08/2022	820		R$ 21.376,81
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 08/2022	25	R$ 21.376,81	
22 de setembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 30.048,66
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 30.048,66	
30 de setembro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2022	940	R$ 7.842,80	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 09/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 09/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 09/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 09/2022	825	R$ 627,42	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 11

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
05 de outubro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 17.116,60
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 17.116,60	
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 09/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 09/2022	25	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.527,66
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.527,66	
07 de outubro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 10/2022	2095		R$ 171,78
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 10/2022	25	R$ 171,78	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 11.411,06
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 11.411,06	
13 de outubro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.728,52
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.728,52	
13 de outubro				
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 368,82
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 368,82	
20 de outubro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 09/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 09/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 345,84
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 345,84	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 36.743,63
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 36.743,63	
27 de outubro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 22.822,13
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 22.822,13	
31 de outubro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 10/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 10/2022	940	R$ 7.842,80	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 10/2022	1960		R$ 2.100,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 10/2022	820	R$ 2.100,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 10/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 10/2022	825	R$ 627,42	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 465.215,32
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 465.215,32	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2022	1470		R$ 27.363,35
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2022	800	R$ 27.363,35	
ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 10/2022	1965		R$ 23.260,77
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 10/2022	825	R$ 23.260,77	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 12

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
03 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 15.747,27
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 15.747,27	
05 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 20.996,36
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 20.996,36	
06 de novembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 10/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 10/2022	25	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 373,25
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 373,25	
13 de novembro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 11/2022	2095		R$ 173,84
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 11/2022	25	R$ 173,84	
16 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 5.249,09
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 5.249,09	
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 5.797,26
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 5.797,26	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 36.743,63
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 36.743,63	
20 de novembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 10/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 10/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2022	800		R$ 27.363,35
PIS/COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 10/2022	25	R$ 27.363,35	
Caixa (25)	PAGAMENTO ISS 10/2022	820		R$ 23.260,77
ISS a Recolher (840)	PAGAMENTO ISS 10/2022	25	R$ 23.260,77	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 349,99
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 349,99	
27 de novembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 26.245,45
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 26.245,45	
30 de novembro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 11/2022	1885		R$ 7.842,80
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 11/2022	940	R$ 7.842,80	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 11/2022	1960		R$ 5.797,26
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 11/2022	820	R$ 5.797,26	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 11/2022	1965		R$ 627,42
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 11/2022	825	R$ 627,42	

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 13

CONTA	HISTÓRICO	C/P	Débito	Crédito
02 de dezembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 14.060,60
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 14.060,60	
04 de dezembro				
Caixa (25)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 12/2022	2095		R$ 175,34
Energia/Água (2095)	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 12/2022	25	R$ 175,34	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 23.434,33
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 23.434,33	
07 de dezembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO FGTS 11/2022	825		R$ 627,42
FGT S a Recolher (825)	PAGAMENTO FGTS 11/2022	25	R$ 627,42	
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 9.373,73
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 9.373,73	
11 de dezembro				
Caixa (25)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	2100		R$ 6.181,68
Limpeza (2100)	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	25	R$ 6.181,68	
15 de dezembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 28.121,19
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 28.121,19	
Caixa (25)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	2120		R$ 333,29
Material de Expediente (2120)	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	25	R$ 333,29	
18 de dezembro				
Caixa (25)	PAGAMENTO INSS 10/2022	820		R$ 2.100,00
INSS a Recolher (820)	PAGAMENTO INSS 10/2022	25	R$ 2.100,00	
Caixa (25)	DESPESA COM TELEFONE	2180		R$ 357,02
Telefone (2180)	DESPESA COM TELEFONE	25	R$ 357,02	
22 de dezembro				
Caixa (25)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	320		R$ 18.747,46
Estoque de Mercadorias/Insumos (320)	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS	25	R$ 18.747,46	
31 de dezembro				
Caixa (25)	PRÓ-LABORE	1840		R$ 4.000,00
Pró-Labore (1840)	PRÓ-LABORE	25	R$ 4.000,00	
Caixa (25)	FOLHA DE PAGAMENTO 12/2022 + 13º SALÁRIO 2019	1885		R$ 15.685,59
Salários e Ordenados (1885)	FOLHA DE PAGAMENTO 12/2022 + 13º SALÁRIO 2019	940	R$ 15.685,59	
INSS a Recolher (820)	PROVISÃO INSS 12/2022	1960		R$ 4.200,00
INSS (1960)	PROVISÃO INSS 12/2022	820	R$ 4.200,00	
FGTS a Recolher (825)	PROVISÃO FGTS 12/2022	1965		R$ 1.254,85
FGT S (1965)	PROVISÃO FGTS 12/2022	825	R$ 1.254,85	
Caixa (25)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1840		R$ 420.941,47
Prestação de Serviços (402)	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	402	R$ 420.941,47	
PIS/ COFINS/ IRPJ/ CSLL a Pagar (800)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 12/2022	1470		R$ 24.759,22
PIS/COFINS/IRPJ/ CSLL (1470)	PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS FEDERAIS 12/2022	800	R$ 24.759,22	

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA -A - CENTRO - FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25 NIRE: 21102379022

LIVRO DIÁRIO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Folha: 14

ISS a Recolher (840)	PROVISÃO ISS 12/2022	1965		R$ 21.047,07
ISS (1970)	PROVISÃO ISS 12/2022	825	R$ 21.047,07	
(-) Depreciação Acum. Aquis. Máquinas e Equipamentos (565)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2841		R$ 88.123,29
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipament os (2841)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT OS	565	R$ 88.123,29	
(-) Depreciação Acum. Aquis. Móveis e Utensílios (575)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2834		R$ 6.778,71
Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios (2834)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	575	R$ 6.778,71	
TOTAL GERAL DO PERÍODO:			**R$ 4.904.849,05**	**R$ 4.904.849,05**

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 15, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa L. FIGUEIREDO SOARES.

Fortuna, 31/12/2022

_____	_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA
Empresário	CONTADOR
CPF 023.146.163-16	CRC/MA 8788

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
30428327320	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 07/06/2023 11:33 SOB Nº 20230671217.
PROTOCOLO: 230671217 DE 19/05/2023. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

FLORENCIO BRANDES NETO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 07/06/2023
empresafacil.ma.gov.br

Termo de Abertura

Nome do Livro: CAIXA

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo CAIXA contém registros numerados, do nº 01 ao nº 15, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa L. FIGUEIREDO SOARES, município Fortuna, CNPJ nº 13.032.721/0001-25, Número de Registro (NIRE) 21102379022.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 21/12/2010
Ato constitutivo: 21200728307

Fortuna, 01/01/2022

_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
Empresário
CPF 023.146.163-16

_____
CLEOMAR FERREIRA DA SILVA
CONTADOR
CRC/MA 8788

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
04/01/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 01/2022		7.842,80
05/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		520,00
05/01/2022	DESPESAS ACESSORIAS		260,00
07/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		4.870,00
08/01/2022	TRANSFERENCIA		3.500,00
08/01/2022	PAGAMENTO VIA PIX		125,00
08/01/2022	TAXAS DE BANCO		120,00
08/01/2022	JUROS CONTA		245,00
08/01/2022	TRANSFERENCIA		2.510,00
11/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		6.740,00
12/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		7.560,00
13/01/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 01/2022		154,29
14/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		23.451,00
14/01/2022	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		450,00
14/01/2022	PIX		542,00
14/01/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		3.679,00
14/01/2022	TRANSFERENCIA		1.000,00
15/01/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	75.698,76	
18/01/2022	DESPESA COM TELEFONE		305,26
19/01/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
20/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		16.485,29
21/01/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	92.520,71	
05/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		14.541,00
05/01/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	42.054,87	
05/01/2022	JUROS CONTA		210,00
20/01/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		5.145,38
21/01/2022	TRANSFERENCIA		156,00
21/01/2022	COMPRA		2.400,00
22/01/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		331,28
23/01/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	54.671,33	
24/01/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		120,00
25/01/2022	TRANSFERENCIA		1.560,00
26/01/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	71.493,28	
27/01/2022	DESPESAS ACESSORIAS		2.700,00
27/01/2022	OUTROS		3.900,00
27/01/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		260,00
27/01/2022	GASTO COM QUENTINHA		120,00
27/01/2022	DESPESAS EXTRAS		340,00
27/01/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	63.082,30	
27/01/2022	TRANSFERENCIA		570,00
28/01/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	21.027,43	
29/01/2022	TRANSFERENCIA		988,00
29/01/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		1.647,00
29/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		3.504,00
29/01/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		15.121,00
	Soma do mês.....	R$ 420.548,69	R$ 137.973,30
	Saldo Anterior.....	**190.081,16**	
	Saldo Atual		R$ 472.656,55

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
02/02/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 1.570,00
03/02/2022	DESPESAS DIVERSAS		R$ 1.697,00
03/02/2022	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		R$ 560,00
03/02/2022	TED		R$ 348,00
04/02/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 8.000,00	
04/02/2022	PAGAMENTO FGTS 01/2022		R$ 627,42
05/02/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 35.740,00
05/02/2022	DESPESAS DIVERSAS		R$ 11.201,00
06/02/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 02/2022		R$ 156,14
08/02/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 20.154,37
09/02/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 28.745,95
10/02/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		R$ 5.207,12
10/02/2022	PAGAMENTO DE BOLETOS		R$ 2.900,00
10/02/2022	MAO DE OBRA		R$ 320,00
10/02/2022	PIX		R$ 1.540,00
11/02/2022	PAGAMENTO INSS 01/2022		R$ 2.100,00
11/02/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		R$ 2.500,00
11/02/2022	PAGAMENTO DE MERCADORIA		R$ 5.900,00
12/02/2022	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 01/2022		R$ 24.736,12
15/02/2022	PAGAMENTO ISS 01/2022		R$ 21.027,43
16/02/2022	DESPESA COM TELEFONE		R$ 301,97
17/02/2022	PRÓ-LABORE		R$ 4.000,00
18/02/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 22.221,38
18/02/2022	OUTROS		R$ 6.550,00
18/02/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		R$ 5.600,00
18/02/2022	GASTO COM QUENTINHA		R$ 1.840,00
	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 10.000,00	
19/02/2022	DESPESAS EXTRAS		R$ 1.500,00
19/02/2022	PIX		R$ 3.520,00
19/02/2022	TRANSFERENCIA		R$ 4.000,00
19/02/2022	OUTROS		R$ 2.500,00
19/02/2022	GASTOS		R$ 290,00
19/02/2022	PRODUTOS DE LIMPEZA		R$ 1.800,00
19/02/2022	TRANSFERENCIA		R$ 7.000,00
19/02/2022	DESPESA		R$ 4.500,00
19/02/2022	REPOSIÇÃO DE INSUMO		R$ 9.000,00
	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
22/02/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		R$ 4.500,00
22/02/2022	JUROS		R$ 358,00
22/02/2022	TAXAS		R$ 3.000,00
22/02/2022	PERDAS		R$ 185,00
	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 11.000,00	
23/02/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 02/2022		R$ 7.842,80
24/02/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		R$ 1.980,00
25/02/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 12.000,00	
26/02/2022	OUTROS		R$ 650,00
26/02/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		R$ 335,26
26/02/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 23.000,00	
	COMPRA PARA REPOSIÇÃO		R$ 17.000,00
	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 27.814,25
	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 15.000,00	
	Soma do mês.....	R$ 79.000,00	R$ 305.319,20
	Saldo Anterior.....	**472.656,55**	
	Saldo Atual		R$ 246.337,35

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/03/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		18.745,00
02/03/2022	TRANSFERENCIA		12.415,00
03/03/2022	PAGAMENTO FGTS 02/2022		627,42
04/03/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.203,00
05/03/2022	TRANSFERENCIA		10.400,00
05/03/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	65.752,82	
09/03/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 03/2022		158,02
10/03/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		5.506,00
11/03/2022	TRANSFERENCIA		16.000,00
12/03/2022	PAGAMENTO INSS 02/2022		2.100,00
13/03/2022	DESPESA COM TELEFONE		316,65
15/03/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	87.670,42	
16/03/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		2.456,00
18/03/2022	COMPRAS		650,00
18/03/2022	OUTROS		450,00
19/03/2022	PAGAMENTO DE BOLETOS		650,00
22/03/2022	PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO		11.540,00
23/03/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	52.602,25	
24/03/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		6.840,00
24/03/2022	COMPRAS DE INSUMOS		23.214,00
25/03/2022	COMPRA		5.480,00
26/03/2022	TRANSFERENCIA		7.450,00
26/03/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		6.396,67
26/03/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		339,28
26/03/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	78.903,38	
29/03/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		22.040,03
30/03/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	65.752,82	
30/03/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	87.670,42	
30/03/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
30/03/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 03/2022		7.842,80
	Soma do mês.....	R$ 438.352,12	R$ 200.819,86
	Saldo Anterior.....	R$ 246.337,35	
	Saldo Atual		R$ 483.869,61

MOVIMENTO DE CAIXA

DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/04/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		10.240,00
02/04/2022	PAGAMENTO FGTS 03/2022		627,42
06/04/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		22.350,00
07/04/2022	TRANSFERENCIA		150,00
07/04/2022	COMPRAS		250,00
08/04/2022	DESPESA COM PAPEL		3.500,00
09/04/2022	TAXA DO BANCO		120,00
09/04/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 04/2022		159,91
12/04/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		4.570,00
12/04/2022	TRANSFERENCIA		6.544,00
13/04/2022	PAG. DE IMPOSTOS FEDERAIS 03/2022		25.783,29
14/04/2022	PAGAMENTO ISS 03/2022		21.917,61
15/04/2022	PAGAMENTO INSS 03/2022		2.100,00
16/04/2022	DESPESA COM TELEFONE		318,23
19/04/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		28.954,00
20/04/2022	TRANSFERENCIA		2.630,00
21/04/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
22/04/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 04/2022		7.842,80
23/04/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		10.540,00
27/04/2022	TRANSFERENCIA		11.240,00
28/04/2022	COMPRA		320,00
29/04/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		5.332,85
30/04/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		343,35
	Soma do mês..........	R$ -	R$ 169.833,45
	Saldo Anterior..........	**R$ 483.869,61**	
	Saldo Atual		R$ 314.036,16

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/05/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		5.700,00
03/05/2022	COMPRA DE OUTROS		5.403,00
04/05/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10.000,00	
04/05/2022	PAGAMENTO FGTS 04/2022		627,42
05/05/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		22.150,00
06/05/2022	TRANSFERENCIA		250,00
07/05/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.000,00	
07/05/2022	OUTROS		590,00
10/05/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		347,47
11/05/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 05/2022		161,83
12/05/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
12/05/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		6.541,00
13/05/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		2.510,00
14/05/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		21.489,00
15/05/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16.000,00	
17/05/2022	COMPRA		1.500,00
18/05/2022	DESPESAS OPERACIONAIS		2.650,00
19/05/2022	OUTROS		3.510,00
20/05/2022	PAGAMENTO INSS 04/2022		2.100,00
21/05/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
21/05/2022	DESPESA COM TELEFONE		322,05
24/05/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		21.457,00
25/05/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27.000,00	
26/05/2022	COMPRA		6.500,00
27/05/2022	DESPESA		160,00
28/05/2022	JUROS		20,00
28/05/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
28/05/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 05/2022		7.842,80
29/05/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	12.000,00	
	Soma do mês.....	R$ 89.000,00	R$ 115.831,57
	Saldo Anterior.....	R$ 314.036,16	
	Saldo Atual		R$ 287.204,60

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/06/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		4.870,00
02/06/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	44.677,82	
03/06/2022	TRANSFERENCIA		5.000,00
03/06/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		3.200,00
03/06/2022	TAXAS		1.800,00
03/06/2022	PAGAMENTO DE SERVIÇOS		2.580,00
03/06/2022	MAO DE OBRA		3.600,00
04/06/2022	DESPESAS ACESSORIAS		1.200,00
08/06/2022	PAGAMENTO FGTS 05/2022		627,42
08/06/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		21.054,00
08/06/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	71.484,50	
09/06/2022	COMPRAS		6.500,00
09/06/2022	DESPESAS		1.500,00
10/06/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 06/2022		163,77
11/06/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		3.540,00
14/06/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		6.500,00
15/06/2022	TRANSFERENCIA		2.000,00
16/06/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		351,64
17/06/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		26.748,29
18/06/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32.763,73	
21/06/2022	PAGAMENTO INSS 05/2022		2.100,00
21/06/2022	DESPESA COM TELEFONE		331,75
22/06/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		20.902,20
22/06/2022	JUROS		2.500,00
23/06/2022	COMPRAS		3400,00
23/06/2022	TRANSFERENCIA		1.540,00
24/06/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	59.570,42	
24/06/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
25/06/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 06/2022		7.842,80
28/06/2022	PROVISÃO INSS 06/2022		2.100,00
28/06/2022	PROVISÃO FGTS 06/2022		627,42
29/06/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	56.591,90	
30/06/2022	COMPRAS DE MATERIAL		5400,00
30/06/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32.763,73	
	Soma do mês.....	R$ 297.852,10	R$ 141.979,29
	Saldo Anterior.....	R$ 287.204,60	
	Saldo Atual		R$ 443.077,41

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/07/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 29.453,00
01/07/2022	TRANSFERENCIA		R$ 5.962,00
02/07/2022	COMPRAS		R$ 380,00
03/07/2022	DESPESAS DE ESCRITORIO		R$ 6.000,00
03/07/2022	PAGAMENTO FGTS 06/2022		R$ 627,42
05/07/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 18.954,00
06/07/2022	TRANSFERENCIA		R$ 400,00
07/07/2022	COMPRAS DE MATERIAL DE LIMPEZA		R$ 3.600,00
07/07/2022	DESPESAS		R$ 7.500,00
08/07/2022	JUROS		R$ 1.810,00
09/07/2022	TAXA BANCARIA		R$ 320,00
13/07/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		R$ 355,86
14/07/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 07/2022		R$ 165,74
15/07/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 15.412,00
15/07/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		R$ 8.769,00
16/07/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 37.200,63
19/07/2022	COMPRA		R$ 800,00
20/07/2022	TRANSFERENCIA		R$ 330,00
21/07/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		R$ 3.000,00
21/07/2022	DESPESA COM MATERIAL		R$ 980,00
22/07/2022	DESPESA OPERACIONAL		R$ 6.700,00
23/07/2022	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 06/2022		R$ 25.267,58
26/07/2022	PAGAMENTO ISS 06/2022		R$ 21.479,22
26/07/2022	PAGAMENTO INSS 06/2022		R$ 7.842,80
27/07/2022	DESPESA COM TELEFONE		R$ 331,75
28/07/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		R$ 26.780,00
28/07/2022	COMPRA DE MATERIAL PARA CONSUMO		R$ 4.600,00
28/07/2022	TRANSFERENCIA		R$ 3.500,00
29/07/2022	DESPESA		R$ 2.900,00
29/07/2022	COMPRA DE MATERIAL		R$ 3.690,00
29/07/2022	COMPRAS		R$ 700,00
30/07/2022	TAXA		R$ 1.500,00
31/07/2022	PRÓ-LABORE		R$ 4.000,00
31/07/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2022		R$ 7.842,80
	Soma do mês.....	R$ -	R$ 259.153,79
	Saldo Anterior.....	R$ 443.077,41	
	Saldo Atual		R$ 183.923,61

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
02/08/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		17.854,00
03/08/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	106.884,07	
04/08/2022	TRANSFERENCIA		3.650,00
05/08/2022	DESPESA OPERACIONAL		4500,00
06/08/2022	TAXA		200,00
06/08/2022	JUROS		100,00
06/08/2022	COMPRA DE MATERIAL		3.000,00
09/08/2022	DESPESA		250,00
10/08/2022	PAGAMENTO DE DESPESA		1.300,00
11/08/2022	PAGAMENTO FGTS 07/2022		627,42
12/08/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		39.547,00
12/08/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	42.753,63	
12/08/2022	TRANSFERENCIA		1.500,00
12/08/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 08/2022		167,73
16/08/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		54.600,00
17/08/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	85.507,26	
18/08/2022	TRANSFERENCIA		1.500,00
19/08/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		8.790,00
20/08/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		610,68
21/08/2022	PAGAMENTO INSS 07/2022		2.100,00
21/08/2022	DESPESA COM TELEFONE		335,73
23/08/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		45.169,00
24/08/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	55.579,72	
24/08/2022	PAGAMENTO DE BOLETOS		1.500,00
24/08/2022	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		2.300,00
24/08/2022	CUSTO DE PERDAS		3.500,00
25/08/2022	JUROS		4.600,00
25/08/2022	TAXAS		2.900,00
25/08/2022	COMPRAS		6.700,00
25/08/2022	TRANSFERENCIA		9.800,00
26/08/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		360,13
27/08/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	72.681,17	
27/08/2022	DESPESA		5000,00
27/08/2022	COMPRAS		3.900,00
30/08/2022	TAXA		200,00
31/08/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
31/08/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2022		7.842,80
31/08/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	64.130,44	
	Soma do mês.....	R$ 427.536,29	R$ 238.404,48
	Saldo Anterior.....	R$ 183.923,61	
	Saldo Atual		R$ 373.055,42

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/09/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		19.852,00
02/09/2022	TRANSFERENCIA		650,00
03/09/2022	COMPRAS		2000,00
03/09/2022	DESPESAS		300,00
06/09/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		15.000,00
07/09/2022	TAXAS DE MANUTENÇÃO		1.300,00
08/09/2022	JUROS		98,00
09/09/2022	COMPRAS		8.700,00
10/09/2022	PAGAMENTO FGTS 08/2022		627,42
11/09/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		364,45
12/09/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 09/2022		169,74
13/09/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		9.500,00
14/09/2022	TRANSFERENCIA		2.500,00
15/09/2022	COMPRAS		6.000,00
16/09/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		6.871,27
16/09/2022	PAGAMENTO VIA PIX		3.600,00
16/09/2022	TRANSFERENCIA		2.300,00
16/09/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		1.800,00
17/09/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		45.000,00
18/09/2022	TRANSFERENCIA		2.500,00
19/09/2022	COMPRAS		3.600,00
20/09/2022	DESPESAS		2.300,00
21/09/2022	TAXAS DE MANUTENÇÃO		2000,00
22/09/2022	FATURA		3.800,00
23/09/2022	COMPRA		6300,00
24/09/2022	PAGAMENTO INSS 08/2022		2.100,00
25/09/2022	DESPESA COM TELEFONE		344,12
26/09/2022	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 08/2022		25.147,12
27/09/2022	PAGAMENTO ISS 08/2022		21.376,81
28/09/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		25.717,47
28/09/2022	TRANSFERENCIA		6.800,00
29/09/2022	COMPRAS		15.000,00
30/09/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
30/09/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2022		7.842,80
	Soma do mês.....	R$ -	R$ 255.461,20
	Saldo Anterior.....	R$ 373.055,42	
	Saldo Atual		R$ 117.594,22

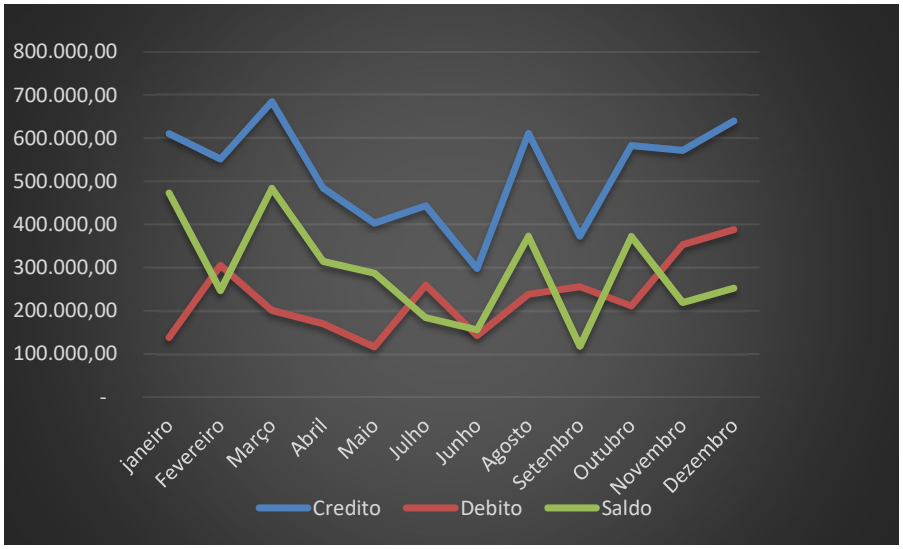
MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/10/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		8.540,00
01/10/2022	TRANSFERENCIA		6500,00
01/10/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	116.303,83	
04/10/2022	JUROS		150,00
05/10/2022	COMPRAS DE INSUMOS		500,00
06/10/2022	COMPRAS PARA REPOSIÇÃO		320,00
07/10/2022	DESPESAS		2.000,00
08/10/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	102.347,37	
08/10/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		17.580,00
08/10/2022	COMPRAS		3500,00
11/10/2022	TRANSFERENCIA		6800,00
12/10/2022	TAXAS		200,00
13/10/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	37.217,23	
13/10/2022	TRANSFERENCIA		5.000,00
13/10/2022	COMPRAS DE MATERIAL DE LIMPEZA		2.600,00
14/10/2022	COMPRAS		1.200,00
15/10/2022	TRANSFERENCIA		5.220,00
15/10/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		12.200,00
15/10/2022	TRANSFERENCIA		6.300,00
18/10/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	93.043,06	
19/10/2022	COMPRAS		2.500,00
20/10/2022	PAGAMENTO FGTS 09/2022		627,42
21/10/2022	TAXAS		360,00
22/10/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 10/2022		171,78
22/10/2022	DESPESA COM MANUTENÇÃO		2600,00
22/10/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		5.400,00
25/10/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		368,82
26/10/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	69.782,30	
27/10/2022	PAGAMENTO INSS 09/2022		2.100,00
28/10/2022	DESPESA COM TELEFONE		345,84
29/10/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		54.210,00
29/10/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.000,00
30/10/2022	DESPESAS		15.350,00
30/10/2022	COMPRAS PARA REPOSIÇÃO		1.600,00
30/10/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
30/10/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 10/2022		7.842,80
30/10/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46.521,53	
	Soma do mês.....	R$ 465.215,32	R$ 211.086,66
	Saldo Anterior.....	R$ 117.594,22	
	Saldo Atual		R$ 371.722,87

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/11/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		23.100,00
02/11/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		32.001,00
03/11/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30.000,00	
03/11/2022	PAGAMENTO FGTS 10/2022		627,42
03/11/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		373,25
03/11/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 11/2022		173,84
04/11/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20.000,00	
04/11/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		8.600,00
05/11/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		4.300,00
08/11/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		59.840,00
09/11/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	50.000,00	
09/11/2022	COMPRA DE BEM DO ATIVO		70.000,00
10/11/2022	COMPRA PARA USO		1.500,00
11/11/2022	TRANSFERENCIA		200,00
11/11/2022	DESPESA COM TELEFONE		349,99
11/11/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		35.400,00
12/11/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20.000,00	
12/11/2022	TAXAS DE MANUTENÇÃO		300,00
15/11/2022	PAGAMENTO INSS 10/2022		2.100,00
15/11/2022	JUROS DE ATRASO		240,00
15/11/2022	PIX		900,00
15/11/2022	TRANSFERENCIA		24.650,00
16/11/2022	PAGAMENTO IMPOSTOS FEDERAIS 10/2022		27.363,35
17/11/2022	PAGAMENTO ISS 10/2022		23.260,77
18/11/2022	JUROS DE ATRASO		500,00
19/11/2022	COMPRAS		2.100,00
19/11/2022	TRANSFERENCIA		520,00
19/11/2022	PAGAMENTO		200,00
20/11/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	40.000,00	
22/11/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		300,00
23/11/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		5.800,00
24/11/2022	PAGAMENTO DE MAO DE OBRA		3.500,00
25/11/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		2.500,00
26/11/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16.000,00	
26/11/2022	PAGAMENTO DE CONSERTO		300,00
26/11/2022	TRANSFERENCIA REFERENTE A COMPRA		2.500,00
27/11/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.000,00	
29/11/2022	PAGAMENTO DE BOLETO		7.500,00
30/11/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
30/11/2022	FOLHA DE PAGAMENTO 11/2022		7.842,80
	Soma do mês.....	R$ 200.000,00	R$ 352.842,41
	Saldo Anterior.....	R$ 371.722,87	
	Saldo Atual		R$ 218.880,46

MOVIMENTO DE CAIXA			
DATA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAIDA
	Saldo anterior		
01/12/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		38.540,00
02/12/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	84.188,29	
03/12/2022	DESPESA COM ENERGIA/ÁGUA 12/2022		175,34
04/12/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		39.580,00
05/12/2022	PAGAMENTO FGTS 11/2022		627,42
06/12/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		39.870,00
07/12/2022	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		9.800,00
08/12/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		55.000,00
09/12/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	105.235,37	
10/12/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		333,29
11/12/2022	PAGAMENTO INSS 10/2022		2.100,00
12/12/2022	DESPESA COM TELEFONE		357,02
13/12/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		38.540,00
14/12/2022	PAGAMENTO DE MANUTENÇÃO		3.680,00
15/12/2022	TRANSFERENCIA		8000,00
16/12/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	84.188,29	
17/12/2022	ISS 12/2022		21.047,07
18/12/2022	PAGAMENTO DE MERCADORIA		3.500,00
19/12/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		11.201,00
20/12/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		3900,00
20/12/2022	PAGAMENTO DE MERCADORIA		3.547,00
20/12/2022	COMPRA DE MERCADORIA/INSUMOS		6.541,00
20/12/2022	COMPRA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO		9.500,00
21/12/2022	COMPRA DE PRODUTOS		2.800,00
22/12/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	63.141,22	
23/12/2022	TAXAS		3.088,90
24/12/2022	JUROS		9.800,00
25/12/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	42.094,15	
26/12/2022	PAGAMENTO DE COMPRAS		25.800,00
27/12/2022	TRANSFERENCIA		6.300,00
27/12/2022	PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO		5.000,00
28/12/2022	COMPRAS		19.580,00
29/12/2022	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	42.094,15	
30/12/2022	PRÓ-LABORE		4.000,00
31/12/2022	FOLHA DE PAGAMENTO		15.685,59
	Soma do mês.....	R$ 420.941,47	R$ 387.893,64
	Saldo Anterior.....	R$ 218.880,46	
	Saldo Atual		R$ 251.928,29

Balancete Geral

Mês	Credito	Debito	Saldo
janeiro	610.629,85	137.973,30	472.656,55
Fevereiro	551.656,55	305.319,20	246.337,35
Março	684.689,47	200.819,86	483.869,61
Abril	483.869,61	169.833,45	314.036,16
Maio	403.036,16	115.831,57	287.204,60
Julho	443.077,41	259.153,79	183.923,61
Junho	297.852,10	141.979,29	155.872,81
Agosto	611.459,90	238.404,48	373.055,42
Setembro	373.055,42	255.461,20	117.594,22
Outubro	582.809,54	211.086,66	371.722,87
Novembro	571.722,87	352.842,41	218.880,46
Dezembro	639.821,93	387.893,64	251.928,29



Termo de Encerramento

Nome do Livro: CAIXA

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo CAIXA contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 15, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa L. FIGUEIREDO SOARES.

Fortuna, 31/12/2022

_____	_____
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA
Empresário	CONTADOR
CPF 023.146.163-16	CRC/MA 8788

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
30428327320	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/06/2023 15:24 SOB Nº 20230671268.
PROTOCOLO: 230671268 DE 19/05/2023. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

SARA CRISTINA MORAIS DOS REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/06/2023
empresafacil.ma.gov.br

L. FIGUEIREDO SOARES

RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA-A - CENTRO

FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000

CNPJ: 13.032.721/0001-25

NIRE: 21102379022

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
DISPONIVEL			FORNECEDORES		
Caixa e Bancos		251.928,29	Fornecedores Diversos		25.128,65
VALORES A RECEBER			OBRIGAÇÕES A PAGAR		
Duplicatas a Receber		389.326,15	Impostos/Contrib. e outros a Pagar		67.865,05
ESTOQUE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Estoque de Mercadorias/Insumos		317.865,81	Capital Social	500.000,00	
ATIVO PERMANENTE			Lucro do Exercício	691.224,55	1.191.224,55
IMOBILIZADO					
Máquinas e Equipamentos	390.000,00				
Móveis e Utensílios	30.000,00				
(-)Depreciação Acumulada	94.902,00	325.098,00			
TOTAL DO ATIVO		**1.284.218,25**	**TOTAL DO PASSIVO**		**1.284.218,25**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2022, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$: 1.284.218,25 (HUM MILHÃO, DUZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL,DUZENTOS E DEZOITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

Fortuna - MA, 31 de Dezembro de 2022.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Cleomar Ferreira da Silva
Técnico Contábil
CRC - MA 008788/O-5
CPF: 304.283.273-20

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA-A - CENTRO
FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25
NIRE: 21102379022

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita Bruta de Serviços		2.602.178,25
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA		
Impostos Federais/Municipais	283.165,58	
		(283.165,58)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.319.012,67**
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Compra de Mercadorias	1.365.925,33	
Folha de pagamento	101.956,35	
Encargos com INSS/FGTS	35.456,52	
Material de escritório	4.204,08	
Energia	1.978,12	
Telefone	3.965,67	
Manutenção, Conservação e Limpeza	66.302,05	
Pró-Labore	48.000,00	(1.627.788,12)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**691.224,55**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração de Resultado do Exercício realizado em 31 de dezembro de 2022 o Lucro Líquido de R$: 691.224,55 (SEISCENTOS E NOVENTA E UM MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

Fortuna - MA, 31 de Dezembro de 2022.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Cleomar Ferreira da Silva
Técnico Contábil
CRC - MA 008788/O-5
CPF: 304.283.273-20

L. FIGUEIREDO SOARES
RUA 18 DE JANEIRO, 126 - LETRA-A - CENTRO
FORTUNA - MA, CEP: 65.695-000
CNPJ: 13.032.721/0001-25
NIRE: 21102379022

CÁLCULO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COM BASE NO BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

1- INDICE DE SOLVÊNCIA GERAL - ISG

$$ISG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PC+PELP}} \qquad ISG = \frac{1.284.218,25}{92.993,70} \qquad \textbf{13,81}$$

2- INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRC.}}{\text{PASSIVO CIRC.}} \qquad ILC = \frac{959.120,25}{92.993,70} \qquad \textbf{10,31}$$

3- INDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG

$$ILG = \frac{\text{AC + ARLP}}{\text{PC + PELP}} \qquad ILG = \frac{959.120,25}{92.993,70} \qquad \textbf{10,31}$$

Fortuna - MA, 31 de Dezembro de 2022.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Cleomar Ferreira da Silva
Técnico Contábil
CRC - MA 008788/O-5
CPF: 304.283.273-20

RAZÃO SOCIAL: L. FIGUEIREDO SOARES
CNPJ: 13.032.721/0001-25
NIRE: 21102379022
ENDEREÇO: RUA 18 DE JANEIRO, 126, LETRA A
BAIRRO: CENTRO – FORTUNA - MA | **CEP:** 65695-000

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O OBJETIVO DA EMPRESA É EXERCER AS SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS: CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA. FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS. TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA. CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE ÁGUA. TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA. MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES. OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL. MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS. CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS. PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA. CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO. OBRAS DE IRRIGACAO. CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA ÁGUA E ESGOTO. MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE. SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA. DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS. PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO. PERFURACOES E SONDAGENS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUCAO DEMARCACAO DOS LOCAIS PARA CONSTRUCAO etc.). INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS. INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO. INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL. SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL. OBRAS DE FUNDACOES. ADMINISTRACAO DE OBRAS. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS. OBRAS DE ALVENARIA. PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE ÁGUA. SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINES, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS etc.). COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO. COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS. COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL. TRANSPORTE ESCOLAR. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. TESTES E ANÁLISES TECNICAS. ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (LIMPEZA DE CHAMINES, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS etc.). LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR. SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS.

LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. LOCACAO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR (CAMINHOES, CACAMBAS, TRATORES, ESCAVADEIRAS, E OUTRAS MÁQUINAS PESADAS).

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.
O BALANÇO PATRIMONIAL, AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO, ANÁLISE PELOS ÍNDICES PELO BALANÇO, DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2022, ESTÃO SENDO ELABORADAS CONFORME OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE E DEMAIS PRÁTICAS EMANADAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VIGENTE.

NOTA 3 - PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A ITG 1000, APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC 1.418/12.
3.2 - DEPRECIAÇÃO
A DEPRECIAÇÃO FOI CALCULADA PELO MÉTODO LINEAR, DE ACORDO COM A VIDA ÚTIL ECONÔMICA DO IMOBILIZADO, CALCULADA SOBRE O VALOR RESIDUAL DOS BENS.
3.3 – AVALIAÇÃO DE ESTOQUE
A EMPRESA AVALIOU SEUS ESTOQUES PELO MÉTODO PEPS - PRIMEIRO QUE ENTRA PRIMEIRO QUE SAÍ.

NOTA 4 – CAPITAL SOCIAL
O CAPITAL SOCIAL É DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS). NÃO POSSUI DIVISÕES DE COTAS, POIS A MESMA É EMPRESA INDIVIDUAL.

NOTA 5 – SITUAÇÃO TRABALHISTA
ATUALMENTE A ENTIDADE NÃO TEM UMA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA EM PROCESSO E ESTIMA QUE NO SEU EXERCÍCIO NÃO HÁ PREVISÃO DE DESLIGAMENTO.

Lidayana Figueiredo Soares
CPF: 023.146.163-16
Titular

Cleomar Ferreira da Silva
Técnico Contábil
CRCMA: 008788/O-5
CPF: 304.283.273-20

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. FIGUEIREDO SOARES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
30428327320	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2023 09:40 SOB Nº 20230671179.
PROTOCOLO: 230671179 DE 29/05/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12308018960. CNPJ DA SEDE: 13032721000125.
NIRE: 21102379022. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 19/05/2023.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por SARA CRISTINA MORAIS DOS REIS, sob a autenticidade n° 12309089543 em 20/06/2023, protocolo 230671268. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	L. FIGUEIREDO SOARES
Número de Registro:	21102379022
CNPJ:	13032721000125
Munícipio:	Fortuna

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	CAIXA
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	**Nome**	**CRC/OAB**
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	
30428327320	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA	MA8788

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/06/2023 15:24 SOB Nº 20230671268.
PROTOCOLO: 230671268 DE 19/05/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12309089543. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

SARA CRISTINA MORAIS DOS REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/06/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por Florencio Brandes Neto, sob a autenticidade n° 12308534977 em 07/06/2023, protocolo 230671217. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	L. FIGUEIREDO SOARES
Número de Registro:	21102379022
CNPJ:	13032721000125
Munícipio:	Fortuna

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	3
Período de Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	**Nome**	**CRC/OAB**
02314616316	LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES	
30428327320	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA	MA8788

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 07/06/2023 11:33 SOB Nº 20230671217.
PROTOCOLO: 230671217 DE 19/05/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12308534977. NIRE: 21102379022.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

FLORENCIO BRANDES NETO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 07/06/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

COMPROVANTE DE COMUNICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM OUTRA JURISDIÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado no presente documento possui Comunicação do Exercício Profissional nesta jurisdição.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....:	SIDNEI HERNANDES DA SILVA
REGISTRO..... :	PE-020983/O
CATEGORIA... :	CONTADOR
CPF/CNPJ..... :	845.***.***-72
SITUAÇÃO..... :	ATIVO

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeito o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Emissão: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO, 30/08/2022 as 18:35:29

Codigo de Controle: 3952.9587.9712.4291

A aceitação deste comprovante está condicionada à verificação de sua autenticidade no site do Conselho Federal de Contabilidade, no endereço http://www3.cfc.org.br/spw/secundario/

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CNPJ: 06.140.404/0001-67

Pc da Liberdade, S/N - Centro, | Fortuna - MA, CEP: 65695-000

29/07/2022 10:34:59
USUÁRIO:ATENDENTE05

Ficha Cadastral da Empresa

CADASTRO MUNICIPAL

Insc. Municipal: 21-3 **Situação:** ATIVA
Razão social: L. FIGUEIREDO SOARES
Nome Fantasia: CONSTRUTORA CONSERVE
Insc. Junta Com.:
CNPJ: 13.032.721/0001-25
Insc. Estadual:
Vinculação: ENTIDADES EMPRESARIAIS
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Classificação: EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Data de Inclusão: 10/08/2021 11:33:26
Data de Início: 21/12/2010
MEI: NÃO
Isento ISSQN: NÃO
Isento Alvará: NÃO
Data de Constituição: 21/12/2010

ENDEREÇOS

Tipo	Logradouro	Número	Bairro	Cidade
RESIDENCIAL	R 18 DE JANEIRO	126	CENTRO	FORTUNA-MA

29/07/2022 10:34:59
USUÁRIO:ATENDENTE05

Ficha Cadastral da Empresa

ATIVIDADES CNAE

Principal	Descrição da Atividade	Base de Cálculo	Data Inclusão	Data Encerramento
	CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	1	21/10/2010	
	TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	1	21/10/2010	
	FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS	1	21/10/2010	
	FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO	1	21/10/2010	
	FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA	1	21/10/2010	
X	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	2	21/12/2010	
	FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA	1	21/12/2010	21/12/2010
	FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO	1	21/12/2010	21/12/2010
	FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	1	21/12/2010	21/12/2010
	CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	1	21/12/2010	21/12/2010
	COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	1	21/12/2010	21/12/2010
	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	1	21/12/2010	21/12/2010
	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS	1	21/12/2010	21/12/2010
	OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA	1	21/12/2010	21/12/2010
	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	1	21/12/2010	21/12/2010
	MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES	1	21/12/2010	21/12/2010
	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	1	21/12/2010	21/12/2010
	OBRAS DE IRRIGACAO	1	21/12/2010	21/12/2010
	CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO	1	21/12/2010	21/12/2010
	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL	1	21/12/2010	21/12/2010
	CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO	1	21/12/2010	21/12/2010
	PERFURACOES E SONDAGENS	1	21/12/2010	21/12/2010
	OBRAS DE TERRAPLENAGEM	1	21/12/2010	21/12/2010
	SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	1	21/12/2010	21/12/2010
	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	1	21/12/2010	21/12/2010
	INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	1	21/12/2010	21/12/2010
	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	1	21/12/2010	21/12/2010
	INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL	1	21/12/2010	21/12/2010

29/07/2022 10:34:59
USUÁRIO:ATENDENTE05

Ficha Cadastral da Empresa

	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	1	21/12/2010	21/12/2010
	SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL	1	21/12/2010	21/12/2010
	OBRAS DE FUNDACOES	1	21/12/2010	21/12/2010
	ADMINISTRACAO DE OBRAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	OBRAS DE ALVENARIA	1	21/12/2010	21/12/2010
	PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA	1	21/12/2010	21/12/2010
	SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	1	21/12/2010	21/12/2010
	COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	1	21/12/2010	21/12/2010
	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO	1	21/12/2010	21/12/2010
	COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS	1	21/12/2010	21/12/2010
	COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS	1	21/12/2010	21/12/2010
	COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL	1	21/12/2010	21/12/2010
	SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA	1	21/12/2010	21/12/2010
	TRANSPORTE ESCOLAR	1	21/12/2010	21/12/2010
	TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	1	21/12/2010	21/12/2010
	TESTES E ANALISES TECNICAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR	1	21/12/2010	21/12/2010
	LOCACAO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR	1	21/12/2010	21/12/2010
	ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES	1	21/12/2010	21/12/2010
	SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS	1	21/12/2010	21/12/2010
	LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS	1	21/12/2010	21/12/2010
	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	1	21/12/2010	21/12/2010
	ATIVIDADES PAISAGISTICAS	1	21/12/2010	21/12/2010
	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	1	21/12/2010	21/12/2010

ENQUADRAMENTO

Enquadramento	Data Início	Data Encerramento
001-ISS HOMOLOGADO	21/12/2010	

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 01 - E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. - ME.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

1 – HAYRTTON DE CARVALHO SILVA, brasileiro, natural de Presidente Dutra – MA, solteiro, nascido em 06/03/1990, empresário, portador do CPF: 601.693.753-31 e RG: 19600642002-4 SSP/MA, expedida em 29/01/2002, residente e domiciliado na Rua Netuno, Quadra 03, Casa 07, Conjunto Cohab, Presidente Dutra – MA, CEP 65.760-000.

2 – HAYK CARVALHO SILVA, brasileiro, natural de Presidente Dutra – MA, solteiro, nascido em 22/09/1992, empresário, portador do CPF: 036.701.663-00 e RG: 19600762002-2 SSP/MA, expedida em 29/01/2002, residente e domiciliado na Rua Netuno, Quadra 03, Casa 07, Conjunto Cohab, Presidente Dutra – MA, CEP 65.760-000, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Únicos sócios da sociedade empresária **CONSTRUTORA TAUZÃO LTDA. – ME.** com sede Avenida Mirador, Nº 150 - A, Vila Brandão, Colinas – MA, CEP 65.690-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA sob o NIRE 21200728307 em 21/12/2010 e inscrita no CNPJ sob o Nº. 13.032.721/0001-25, resolvem assim, alterar e consolidar o contrato social:

1ª A sociedade que tinha sua sede na Avenida Mirador, Nº 150 - A, Vila Brandão, Colinas – MA, CEP 65.690-000, a partir desta data, será na Avenida José Olavo Sampaio, N° 101, Centro - Presidente Dutra – MA, CEP: 65.760-000.

2ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

3ª A administração da sociedade cabe aos sócios **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA E HAYK CARVALHO SILVA**, em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de Sócios Administradores, autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

4ª Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

Hayk Carvalho Silva

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (3/31) 405/542

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 01 - E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. - ME.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

5ª Ao termino de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

6ª Á vista da modificação ora ajustada **consolida-se** o contrato social, com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob a denominação social de **CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. – ME**, com sede na Avenida José Olavo Sampaio, N° 161, centro – Presidente Dutra – MA, CEP: 65.760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto social é:

4313-4/00 Obras de terraplenagem
4292-8/01 Montagem de estruturas metálicas.
4221-9/05 Manutenção de estações e redes de telecomunicações.
3512-3/00 Transmissão de energia elétrica.
4222-7/01 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação.
4292-8/02 Obras de montagem industrial.
4329-1/04 Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos.
4120-4/00 Construção de edifícios.
4213-8/00 Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas.
4211-1/01 Construção de rodovias e ferrovias.
4311-8/02 Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
4330-4/04 Serviços de pintura de edifícios em geral.
4399-1/03 Obras de alvenaria.
4399-1/05 Perfuração e construção de poços de água.
4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica.
4221-9/02 Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica.
4744-0/99 Comércio varejista de materiais de construção em geral.
3821-1/00 Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos.
3811-4/00 Coleta de resíduos não-perigosos.
7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.

CLÁUSULA TERCEIRA – O capital social é de R$: 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do país, pelos sócios assim distribuídos:

NOME	QUOTAS	R$	%
HAYRTTON DE CARVALHO SILVA	100.00	100.000,00	50
HAYK CARVALHO SILVA	100.00	100.000,00	50
TOTAL ==========→	200.000	200.000,00	100

Hayk Carvalho Silva

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (4/31) 406/542

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 01 - E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. - ME.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade iniciou suas atividades em 21/12/2010, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA – A administração da sociedade cabe a ambos os sócios **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA E HAYK CARVALHO SILVA,** em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de Sócios Administradores, autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA – Ao termino de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA – Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Hayk Carvalho Silva

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (5/31) 407/542

PARÁGRAFO ÚNICO – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica eleito o foro da cidade de Presidente Dutra – MA, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Dutra – MA, 12 de Junho de 2012.

Hayrtton de Carvalho Silva
HAYRTTON DE CARVALHO SILVA
Sócio-Administrador

JUCEMA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIFICO O REGISTRO EM 20/06/2012
SOB O NÚMERO: 20120336588
Protocolo: 12/033658-8
Empresa: 21 2 0072830 7
CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA-ME
Nº AE 007.460
MARCIA MARIA GUIMARÃES SAMPAIO
CHEFE DO ESC. REG. DE PRESIDENTE DUTRA

Hayk Carvalho Silva
HAYK CARVALHO SILVA
Sócio-Administrador

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (6/31) 408/542

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 02- E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. - ME
CNPJ: 13.032.721/0001-25

HAYRTTON DE CARVALHO SILVA, brasileiro, natural de Presidente Dutra – MA, solteiro, nascido em 06/03/1990, empresário, portador do CPF: 601.693.753-31 e RG: 19600642002-4 SSP/MA, expedida em 29/01/2002, residente e domiciliado na Rua Netuno, Quadra 03, Casa 07, Conjunto Cohab, Presidente Dutra – MA, CEP 65.760-000.

HAYK CARVALHO SILVA, brasileiro, natural de Presidente Dutra – MA, solteiro, nascido em 22/09/1992, empresário, portador do CPF: 036.701.663-00 e RG: 19600762002-2 SSP/MA, expedida em 29/01/2002, residente e domiciliado na Rua Netuno, Quadra 03, Casa 07, Conjunto Cohab, Presidente Dutra – MA, CEP 65.760-000.

Únicos sócios da sociedade empresária **CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA – ME.,** com sede na Avenida José Olavo Sampaio, Nº 101, Centro, Presidente Dutra – MA, CEP: 65.760-000, inscrito na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o NIRE 21200728307 em 21/12/2010 e no CNPJ: 13.032.721/0001-25, resolvem assim, alterar e consolidar o contrato social:

1ª Retira - se da sociedade, **HAYK CARVALHO SILVA**, acima qualificado, vendendo e transferindo suas 100.000 (cem mil) quotas de capital no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 100.000,00 (cem mil reais) em moeda corrente nacional, que neste ato, para o sócio **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA,** também qualificada anteriormente, que antes detinha 100.000 (cem mil) quotas sociais, agora ficando sua participação em 200.000 (duzentos mil) quotas sociais no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em moeda corrente deste País, dando o cedente à cessionária, ampla, geral, plena e irrevogável quitação declarando estar quite e nada mais tendo a reclamar seja a que título for, nem em juízo ou fora dele, ficando assim distribuído o capital social conforme segue:

NOME	QUOTAS	R$	%
HAYRTTON DE CARVALHO SILVA	200.000	200.000,00	100
TOTAL	200.000	200.000,00	100

2ª A sociedade ficará com 01 (um) único sócio por um prazo determinado de até 180 dias.

3ª A administração da sociedade caberá ao sócio **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA,** isoladamente, com o poder e atribuição de Sócio Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/01/2017 15:44 SOB Nº 20170016633.
PROTOCOLO: 170016633 DE 23/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700302082. NIRE: 21200728307.
CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 25/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 02- E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. - ME
CNPJ: 13.032.721/0001-25

4ª O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

5ª Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

6ª À vista da modificação ora ajustada **consolida-se** o contrato social, com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob a denominação social de **CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA – ME.**, com sede na Avenida José Olavo Sampaio, Nº 101, Centro, Presidente Dutra – MA, CEP: 65.760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade ficará com 01 (um) único sócio por um prazo determinado de até 180 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentos mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas, em moeda corrente do país, pela sócia:

NOME	QUOTAS	R$	%
HAYRTTON DE CARVALHO SILVA	200.000	200.000,00	100
TOTAL	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA QUARTA – O objeto social é:

4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM.
4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS.
4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES.
3512-3/00 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO.
4292-8/02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL.
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS.

P/P

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/01/2017 15:44 SOB Nº 20170016633.
PROTOCOLO: 170016633 DE 23/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700302082. NIRE: 21200728307.
CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 25/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 02- E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. - ME
CNPJ: 13.032.721/0001-25

4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO.
4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL.
4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA.
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA.
4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.
4221-9/02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL.
3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

CLÁUSULA QUINTA – A sociedade iniciou suas atividades em 21/12/2010, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SETIMA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA – A administração da sociedade cabe ao sócio **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA,** isoladamente, com o poder e atribuição de Sócio Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA – Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestara conta justificada de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DECIMA – Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores (as) quando for o caso.

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/01/2017 15:44 SOB Nº 20170016633.
PROTOCOLO: 170016633 DE 23/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700302082. NIRE: 21200728307.
CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 25/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (9/31) 411/542

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 02- E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. - ME
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Fica eleito o foro de Presidente Dutra – MA, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (um) via.

2º OFÍCIO

Presidente Dutra – MA, 12 de Janeiro de 2017.

Hayrtton de Carvalho Silva

HAYRTTON DE CARVALHO SILVA
Sócio-Administrador

2º OFÍCIO

P/P Mairleide de Carvalho Silva

HAYK CARVALHO SILVA
Sócio-Retirante

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/01/2017 15:44 SOB Nº 20170016633. PROTOCOLO: 170016633 DE 23/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11700302082. NIRE: 21200728307. CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 25/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (10/31) 412/542

ALTERÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. – ME.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

Pelo presente instrumento, o Sr. **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA**, brasileiro, natural de Presidente Dutra – MA, solteiro, nascido em 06/03/1990, empresário, portador do CPF: 601.693.753-31 e RG: 19600642002-4 SSP/MA, expedida em 29/01/2002, residente e domiciliado na Rua Netuno, Quadra 03, Casa 07, Conjunto Cohab, Presidente Dutra – MA, CEP: 65.760-000.

Único sócio da sociedade empresária **CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. – ME.**, com sede na Avenida José Olavo Sampaio, Nº 101, Centro, Presidente Dutra – MA, CEP: 65.760-000, inscrito na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o NIRE 21200728307 em 21/12/2010 e no CNPJ: 13.032.721/0001-25, ora transforma seu registro de sociedade em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI**, a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033 e 980A da Lei nº 10406/02, resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica admitido o sócio **SAMUEL MONTEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, natural de Matões - MA, nascido em 25/06/1997, empresário, portador do CPF: 610.876.203-92 e RG: 044884622012-1 SESP/MA, expedida em 14/05/2012, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, S/N, Centro, Matões – MA, CEP: 65.645-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - Retira-se da sociedade o sócio **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA,** acima qualificado, vendendo e transferindo suas 200.000 (duzentas mil) quotas de capital no valor de 1,00 (um real) cada uma, totalizando 200.000,00 (duzentos mil reais), em moeda corrente, para o sócio ora admitido **SAMUEL MONTEIRO DA SILVA,** totalizando sua participação dando o cedente a cessionária, ampla geral e irrevogável quitação declarando esta quite e nada mais tendo a reclamar seja a que titulo for, nem em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA TERCEIRA - A Sociedade que tinha sua sede na Avenida José Olavo Sampaio, Nº 101, Centro, Presidente Dutra – MA, CEP: 65.760-000, a partir desta data será na Rua Tancredo Neves, Nº 02, Bairro – Alto da Seriema, Matões – MA, CEP: 65.645-000.

CLÁUSULA QUARTA - Fica Transformada esta sociedade em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, sob o nome empresarial de: **CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI - ME**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

**CERTIFICO O REGISTRO EM 23/05/2018 07:28 SOB Nº 21600079772.
PROTOCOLO: 180371959 DE 22/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801974335. NIRE: 21600079772.
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI**

JUCEMA

**Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 23/05/2018
www.empresafacil.ma.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação**

ALTERÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. – ME.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLÁUSULA QUINTA - O acervo desta sociedade, no valor de R$: 200.000,00 (duzentos mil reais), em razão da transformação, passa a constituir o capital da **EIRELI**.

CLÁUSULA SEXTA - Para tanto, passa a transcrever, na integra, o ato constitutivo da Transformação da referida EIRELI, com o teor a seguir:

Pelo presente instrumento particular de constituição de empresa individual de responsabilidade limitada o Senhor **SAMUEL MONTEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, natural de Matões - MA, nascido em 25/06/1997, empresário, portador do CPF: 610.876.203-92 e RG: 044884622012-1 SESP/MA, expedida em 14/05/2012, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, S/N, Centro, Matões – MA, CEP: 65.645-000, com fundamento no artigo 980-A da Lei 10.406/2002, resolve constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA RAZÃO SOCIAL

A presente **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI** girará sob o nome empresarial de **CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI - ME**, com sede Rua Tancredo Neves, Nº 02, Bairro – Alto da Seriema, Matões – MA, CEP: 65.645-000, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM.
4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS.
4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES.
3512-3/00 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO.
4292-8/02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL.
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS.
4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO.
4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL.
4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA.
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA.

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/05/2018 07:28 SOB Nº 21600079772.
PROTOCOLO: 180371959 DE 22/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801974335. NIRE: 21600079772.
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 23/05/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. – ME.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.
4221-9/02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL.
3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa Jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLAUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual está totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País.

CLAUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa será administrada pelo titular o Sr. **SAMUEL MONTEIRO DA SILVA**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial dês EIRELI, sendo a responsabilidade do titular, limitado ao capital integralizado.

CLAUSULA SEXTA – DO EXERCICIO SOCIAL

Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro de cada ano, o titular procederá ao levantamento do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício após as deduções previstas em lei e no ato constitutivo da empresa individual de responsabilidade limitada, à formação de reservas que forem consideradas como necessárias e os lucros ou prejuízos serão suportados pelo empresário na proporção das quotas do capital social que é possuidor.

CLAUSULA SÉTIMA – DA DECLARAÇÃO

Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/05/2018 07:28 SOB Nº 21600079772.
PROTOCOLO: 180371959 DE 22/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801974335. NIRE: 21600079772.
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 23/05/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA. – ME.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLÁUSULA OITAVA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o fórum da Cidade de Matões - MA, para serem resolvidas as dúvidas que se originarem do presente instrumento de constituição de empresa individual de responsabilidade limitada, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

O instrumento do ato constitutivo de EIRELI será assinado em 01 (uma) via de teor e consistência.

Matões – MA, 27 de Abril de 2018.

Samuel monteiro da silva

2º OFÍCIO

SAMUEL MONTEIRO DA SILVA
Titular

p.p

HAYRTTON DE CARVALHO SILVA
Sócio Retirante

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/05/2018 07:28 SOB Nº 21600079772.
PROTOCOLO: 180371959 DE 22/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801974335. NIRE: 21600079772.
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 23/05/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, o Sr. **SAMUEL MONTEIRO DA SILVA**, brasileiro, natural de Matões - MA, solteiro, nascido em 25/06/1997, empresário, portador do CPF: 610.876.203-92 e RG: 044884622012-1 SESP/MA, expedida em 14/05/2012, residente e domiciliada na Rua Santos Dumont, S/N, Centro, Matões – MA, CEP: 65.645-000. Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI. ,** registrada sob o NIRE: 21600079772 CNPJ Nº 13.032.721/0001-25, resolve fazer sua alteração mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterado o endereço da empresa que cuja sede era na Rua Tancredo Neves, Nº 02, Bairro – Alto da Seriema, Matões – MA, CEP: 65.645-000, a partir desta data será na Rua Dr. José Firmino, Nº 2450 – Sala A, Bairro – Centro, Matões – MA, CEP: 65.645-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – A empresa que tinha o nome empresarial de **CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI.**, a partir desta data passa a ser **CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.**

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto social passa a ser:

4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS.
4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES.
3512-3/00 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO.
4292-8/02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL.
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS.
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2019 09:45 SOB Nº 20190869984.
PROTOCOLO: 190869984 DE 21/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903856844. NIRE: 21600079772.
CONSERVE - CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 22/08/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (15/31) 417/542

ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM.
4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL.
4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA.
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA.
4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.
4221-9/02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL.
3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

CLÁUSULA QUARTA – Fica transferida a titularidade da Eireli para **CLERES ALVES DE LIMA MACEDO,** empresária, brasileira, natural de Fortuna - MA, solteira, nascida em 16/12/1984, empresária, portadora do CPF: 004.597.003-32 e RG: 019838092002-6 SESP/MA, expedida em 04/12/2005, residente e domiciliada na Rua Barão Rio Branco, nº 01, Bairro- Lagoa, Matões – MA, CEP: 65.645-000.

CLÁUSULA QUINTA – Retira-se da empresa livre e desonerado do ativo e passivo o titular **SAMUEL MONTEIRO DA SILVA** vendendo e transferindo, neste ato, a totalidade do capital de R$ 200.000 (duzentos mil reais) a titular **CLERES ALVES DE LIMA MACEDO**, totalmente integralizados em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA SEXTA – O acervo no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil) passa a compor o capital da Empresa Individual De Responsabilidade Limitada - Eireli.

CLÁUSULA SÉTIMA – A administração e representação da empresa passa a ser da CLERES ALVES DE LIMA MACEDO.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2019 09:45 SOB Nº 20190869984.
PROTOCOLO: 190869984 DE 21/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903856844. NIRE: 21600079772.
CONSERVE - CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 22/08/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (16/31) 418/542

ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

EM FACE DAS ALTERAÇÕES ACIMA, CONSOLIDA O ATO CONSTITUTIVO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONSIDERAÇÕES A SEGUIR

Pelo presente instrumento particular de alteração de EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, com fundamento no conforme Lei 12.441, de 11/07/2011, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, girará sob o nome empresarial de CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI. – ME com sede na Rua Dr. José Firmino,Nº 2450 – Sala A, Centro, Matões – MA, CEP: 65.645-000, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SENGUNDA – O objeto social é:

4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS.
4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES.
3512-3/00 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO.
4292-8/02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL.
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS.
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO.
4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM.
4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL.
4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2019 09:45 SOB Nº 20190869984.
PROTOCOLO: 190869984 DE 21/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903856844. NIRE: 21600079772.
CONSERVE - CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 22/08/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA.
4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.
4221-9/02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.
4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL.
3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa Jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUARTA – O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual está totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País.

CLÁUSULA QUINTA – A administração da EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, caberá a titular CLERES ALVES DE LIMA MACEDO, com poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto autorizado o uso do nome empresarial, sempre no interesse da empresa, ficando vedado, entretanto, em negócios estranhos aos fins sociais em assuntos de interesse da empresa, podendo assinar quaisquer documentos de comum acordo em todos os órgãos públicos, contrair empréstimos em estabelecimentos bancários

CLÁUSULA SEXTA - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2019 09:45 SOB Nº 20190869984.
PROTOCOLO: 190869984 DE 21/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903856844. NIRE: 21600079772.
CONSERVE - CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 22/08/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CONSTRUTORA TATUZÃO EIRELI.
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLÁUSULA SETIMA - O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA – Fica eleito o fórum da Cidade de Matões - MA, para serem resolvidas as dúvidas que se originarem do presente instrumento de constituição de empresa individual de responsabilidade limitada, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

O instrumento do ato de alteração de EIRELI será assinado em 01 (uma) via de teor e consistência.

Matões – MA, 08 de Agosto de 2019.

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL MATÕES-MA

Cleres Alves de Lima Macedo

CLERES ALVES DE LIMA MACEDO
Titular

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL MATÕES-MA

Samuel monteiro da Silva

SAMUEL MONTEIRO DA SILVA
Titular Retirante

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2019 09:45 SOB Nº 20190869984.
PROTOCOLO: 190869984 DE 21/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903856844. NIRE: 21600079772.
CONSERVE - CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 22/08/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLERES ALVES DE LIMA MECEDO, brasileira, natural de Fortuna - MA, solteira, nascida em 16/12/1984, empresária, portadora do CPF: 004.597.003-32, e RG: 0198380920026 SESP/MA, residente e domiciliada na Rua Barão Rio Branco, Nº 01, Bairro – Lagoa, Matões - MA, CEP: 65.645-000, titular da empresa individual de responsabilidade limitada **CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, com sede na Rua DR. José Firmino, Nº 2450 Sala A, Centro, Matões - MA, CEP: 65.645-000, inscrito na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o NIRE 21600079772 em 21/12/2010 e no CNPJ: 13.032.721/0001-25, resolve transforma o registro desta **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI** para o de **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, nos seguintes termos e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – Fica transformada esta **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI** em **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL** sob o nome empresarial de **L. FIGUEIREDO SOARES,** com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica admitida a **LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES**, brasileira, solteira, natural de Presidente Dutra – MA, nascida em 30/10/1984, empresaria, portadora do CPF: 023.146.163-16 e RG: 214737720026 SSP/MA, residente e domiciliada na Rua 18 de Janeiro, Nº 126, Centro, Fortuna – MA, CEP: 65.695-000.

CLAUSULA TERCEIRA - Fica alterada o enderenço da empresa que cuja sede era na Rua DR. José Firmino, Nº 2450 Sala A, Centro, Matões - MA, CEP: 65.645-000, a partir desta data será na Rua 18 de Janeiro, Nº 126 – Letra A, Centro – Fortuna – MA, CEP: 65.695-000.

CLAUSULA QUARTA – O acervo desta empresa individual de responsabilidade limitada, no valor de R$: 200.000,00 (duzentos mil reais), em razão da transformação, passa a constituir o capital do Empresário Individual, o que neste ato é aumentado para R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), totalmente integralizados em moeda nacional, cujo aumento no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) é integralizado neste ato em moeda corrente nacional do País.

CLÁUSULA QUINTA - Retira-se **CLERES ALVES DE LIMA MECEDO,** acima qualificada, vendendo e transferindo suas 500.000 (quinhentos mil) quotas de capital no valor de 1,00 (um real) cada uma, totalizando 500.000,00 (quinhentos mil reais), em moeda corrente, para a **LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES,** totalizando sua participação dando o cedente a cessionária, ampla geral e irrevogável quitação declarando esta quite e nada mais tendo a reclamar seja a que titulo for, nem em juízo ou fora dele;

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLAUSULA SEXTA - O objeto social da empresa passa a ser:

4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;
2330-3/01 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA;
2330-3/02 - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO;
25.11-0-00 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS;
35.12-3-00 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
36.00-6-01 - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA;
38.21-1-00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
42.21-9-02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
42.21-9-05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES;
42.92-8-02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL;
43.29-1-04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS;
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
4211-1/02 - PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS;
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS;
4221-9/01 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO;
4222-7/02 - OBRAS DE IRRIGAÇÃO;
4223-5/00 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA ÁGUA E ESGOTO;
4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS;
4299-5/01 - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;
43.30-4-03 - OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE;
49.23-0-02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA;
4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS;
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO;
4312-6/00 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS;
4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM;
4319-3/00 - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DEMARCAÇÃO DOS LOCAIS PARA CONSTRUÇÃO E ETC.);

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA;
4322-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS;
4322-3/02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;
4330-4/02 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL;
4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL;
4391-6/00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES;
4399-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS;
4399-1/02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS;
4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA;
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA;
4399-1/99 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINÉS, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS E ETC.);
4741-5/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA;
4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO;
4743-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS;
4744-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS;
4744-0/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS;
4744-0/04 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS;
4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL;
49.24-8-00 - TRANSPORTE ESCOLAR;
49.29-9-02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL;
71.20-1-00 - TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS;
77.19-5-99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR (CAMINHÕES, CAÇAMBAS, TRATORES, ESCAVADEIRAS E OUTRAS MAQUINAS PESADAS);
77.32-2-01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES;
81.29-0-00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, (LIMPEZA DE CHAMINÉS, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, ETC.);
7711-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR;
8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS;
8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS;

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

8130-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS.

CLAUSULA SETIMA - A empresa se reenquadra da condição de Microempresa para Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC nº 123, de 2006).

Para tanto, firma nesta data, em ato contínuo, o seu instrumento de inscrição como Empresário Individual, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME COMERCIAL

O presente girará sob a denominação de **L. FIGUEIREDO SOARES** com sede Rua 18 de Janeiro, Nº 126 – Letra A, Centro – Fortuna – MA, CEP: 65.695-000, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;
2330-3/01 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA;
2330-3/02 - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO;
25.11-0-00 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS;
35.12-3-00 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
36.00-6-01 - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA;
38.21-1-00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
42.21-9-02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
42.21-9-05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES;
42.92-8-02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL;
43.29-1-04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS;
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
4211-1/02 - PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS;
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS;
4221-9/01 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO;
4222-7/02 - OBRAS DE IRRIGAÇÃO;
4223-5/00 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA ÁGUA E ESGOTO;
4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS;
4299-5/01 - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;
43.30-4-03 - OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE;
49.23-0-02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA;
4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS;
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO;
4312-6/00 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS;
4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM;
4319-3/00 - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (DRENAGEM DO SOLO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DEMARCAÇÃO DOS LOCAIS PARA CONSTRUÇÃO E ETC.);
4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA;
4322-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS;
4322-3/02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;
4330-4/02 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL;
4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL;
4391-6/00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES;
4399-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS;
4399-1/02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS;
4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA;
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA;
4399-1/99 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (TELHADOS, COBERTURAS, CHAMINÉS, LAREIRAS, CHURRASQUEIRAS E ETC.);
4741-5/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA;
4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO;
4743-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS;
4744-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS;
4744-0/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS;
4744-0/04 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS;
4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL;

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

49.24-8-00 - TRANSPORTE ESCOLAR;
49.29-9-02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL;
71.20-1-00 - TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS;
77.19-5-99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR (CAMINHÕES, CAÇAMBAS, TRATORES, ESCAVADEIRAS E OUTRAS MAQUINAS PESADAS);
77.32-2-01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES;
81.29-0-00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, (LIMPEZA DE CHAMINÉS, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR, LIMPEZA DE RUAS, LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, ETC.);
7711-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR;
8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS;
8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS;
8130-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – PARAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o qual esta totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa será administrada pelo seu titular, **LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta Empresário Individual, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLÁUSULA SEXTA – DO EXERCÍCIO SOCIAL

O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DECLARAÇÃO

Declara a titular do Empresário Individual, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA NONA – PORTE EMPRESARIAL

A titular declara que a empresa se enquadra como Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC nº 123, de 2006).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESENPEDIMENTO

A titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração como Empresário Individual, bem como não esta impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art 1.011, § 1º, CC/2002).

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM EMPRESARIO INDIVIDUAL
CONSERVE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.032.721/0001-25

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Fortuna - MA, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente instrumento.

Fortuna – MA 27 de abril 2021

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES
Titular

CLERES ALVES DE LIMA MECEDO
Titular - Retirante

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, CLEOMAR FERREIRA DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/MA, sob o n° 008788/O-5, inscrito no CPF n° 30428327320, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
30428327320	008788/O-5	CLEOMAR FERREIRA DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/05/2021 13:47 SOB Nº 21102379022.
PROTOCOLO: 210577991 DE 04/05/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12103072053. CNPJ DA SEDE: 13032721000125.
NIRE: 21102379022. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/04/2021.
L. FIGUEIREDO SOARES

JUCEMA

LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA:

CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA.

1 – HAYRTTON DE CARVALHO SILVA, brasileiro, natural de Presidente Dutra – MA, solteiro, nascido em 06/03/1990, empresário, portador do CPF: 601.693.753-31 e RG: 19600642002-4 SSP/MA, expedida em 29/01/2002, residente e domiciliado na Rua Netuno, Quadra 03, Casa 07, Conjunto Cohab, Presidente Dutra – MA, CEP 65.760-000.

2 – HAYK CARVALHO SILVA, brasileiro, natural de Presidente Dutra – MA, solteiro, nascido em 22/09/1992, empresário, portador do CPF: 036.701.663-00 e RG: 19600762002-2 SSP/MA, expedida em 29/01/2002, residente e domiciliado na Rua Netuno, Quadra 03, Casa 07, Conjunto Cohab, Presidente Dutra – MA, CEP 65.760-000, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de **CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA.**, e terá sua sede na Avenida Mirador, nº 150-A, Vila Brandão, Colinas – MA, CEP 65.690-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – O capital social será de R$: 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada, integralizadas, neste ato em moeda corrente do país, pelos sócios:

NOMES	QUOTAS	R$	%
HAYRTTON DE CARVALHO SILVA	100.000	100.000,00	50
HAYK CARVALHO SILVA	100.000	100.000,00	50
TOTAL ==========→	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto social será:

4313-4/00 Obras de terraplenagem
4292-8/01 Montagem de estruturas metálicas.
4221-9/05 Manutenção de estações e redes de telecomunicações.
3512-3/00 Transmissão de energia elétrica.
4222-7/01 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação.
4292-8/02 Obras de montagem industrial.
4329-1/04 Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos.
4120-4/00 Construção de edifícios.
4213-8/00 Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas.
4211-1/01 Construção de rodovias e ferrovias.
4311-8/02 Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
4330-4/04 Serviços de pintura de edifícios em geral.
4399-1/03 Obras de alvenaria.
4399-1/05 Perfuração e construção de poços de água.
4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica.
4221-9/02 Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica.
4744-0/99 Comércio varejista de materiais de construção em geral.
3821-1/00 Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos.
3811-4/00 Coleta de resíduos não-perigosos.
7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (29/31) 431/542

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA:

CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA.

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade iniciará suas atividades na data do seu registro na Junta Comercial do Estado do Maranhão e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA – A administração da sociedade caberá a ambos os sócios, **HAYRTTON DE CARVALHO SILVA E HAYK CARVALHO SILVA,** em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de Sócios Administradores, autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA – Ao termino de cada exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA – Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores (as) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (30/31) 432/542

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA:

CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA.

PARÁGRAFO ÚNICO – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica eleito o foro de Colinas – MA, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Colinas – MA, 25 de Novembro de 2010.

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM21/12/2010
SOB O NUMERO: 21200728307
Protocolo: 10/076925-0

CONSTRUTORA TATUZÃO LTDA

JUCEMA

SONALI FRANCO MILHOMEM

Nº AC 181783

Hayrtton de Carvalho Silva

HAYRTTON DE CARVALHO SILVA
Sócio-Administrador

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais
RECONHECIMENTO DE FIRMA
Nº ANG 049754
Série D32

Hayk Carvalho Silva

HAYK CARVALHO SILVA
Sócio-Administrador

NAILA BUCAR
2º Tabelionato de Notas e Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas
Rua David Caldas, 167/N Teresina-PI - fone: (86) 3221-7090 email:lysiabucar@nailabucar.com.br
Belª Lysia Bucar Lopes de Sousa - Titular

RECONHEÇO por verdadeira as firmas de: HAYRTTON DE CARVALHO SILVA, HAYK CARVALHO SILVA.
Teresina (PI), 30 de novembro de 2010. (KFP)
EM TEST. DA VERDADE.

MARIA ELVIRA CARDOSO SOUSA - ESCREVENTE

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais
RECONHECIMENTO DE FIRMA
Nº ANG 049755
Série D32

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: 8.2 154_PDFsam_PDFsam_merge.pdf (31/31) 433/542

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

Vencedor(es) do(s) Lote(s)

Fornecedor: L. FIGUEIREDO SOARES - 13.032.721/0001-25

Lote	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Economia R$
1	13.500,00	BOMBONA	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 86,45	R$ 1.167.075,00	R$ 91,00	R$ 1.228.500,00	R$ 4,55

Subtotal Lote R$ 1.167.075,00

Total Orçado			
R$ 1.228.500,00	**5,00%**	**R$ 61.425,00**	

Fornecedor(es) participante(s)

Fornecedor	CNPJ	Lote(s) Vencido(s)	Total Geral	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
L. FIGUEIREDO SOARES	**13.032.721/0001-25**	**1**	R$ 1.167.075,00	R$ 1.228.500,00	--	R$ 61.425,00
Total Geral			**R$ 1.167.075,00**	**R$ 1.228.500,00**		**R$ 61.425,00**

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

Recursos do Processo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

Não houve interposição
de recursos por parte
dos licitantes.

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

Às **09:03:06 horas do dia 07 de Janeiro de 2025** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.**.

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
L. FIGUEIREDO SOARES	13.032.721/0001-25	Microempresa

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
74037	L. FIGUEIREDO SOARES	13032721000125	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.167.075,00	Classificada	--

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
L. FIGUEIREDO SOARES	13.032.721/0001-25	R$ 1.167.075,00	06/01/2025 19:40:16	Classificado

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	07/01/2025 09:03:12	O **LOTE 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	07/01/2025 09:03:23	O **LOTE 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 1** será encerrado automaticamente!
Sistema	07/01/2025 09:13:30	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 1** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
Sistema	07/01/2025 09:16:46	O **LOTE 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.

Assinado por 3 pessoas: ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA, ANA KATRINY DA GUIA DIAS e GLEYSON ALVES OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2154BBC1105A4E34B64C12F46327DDBB

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	07/01/2025 09:26:49	O tempo de negociação está **encerrado**.
Sistema	07/01/2025 09:39:36	A proposta do fornecedor **L. FIGUEIREDO SOARES** do **LOTE - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$1.167.075,00**.
Sistema	07/01/2025 09:40:28	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **30 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	07/01/2025 10:10:30	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
Sistema	07/01/2025 15:48:19	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **L. FIGUEIREDO SOARES-13.032.721/0001-25** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **L. FIGUEIREDO SOARES -13.032.721/0001-25** venceu o **LOTE -1** pelo valor de **R$1.167.075,00.**
Sistema	07/01/2025 15:48:54	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **30 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	07/01/2025 16:18:54	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
Sistema	07/01/2025 16:26:45	A disputa do **LOTE 1** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	L. FIGUEIREDO SOARES	13.032.721/0001-25	R$ 1.167.075,00

Mensagens Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Pregoeiro	07/01/2025 09:03:06	Bom dia, senhores licitantes. Daremos início ao certame.
Sistema	07/01/2025 09:03:23	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **09:03:23**
Pregoeiro	07/01/2025 09:16:51	Informamos que está aberto o prazo de 10 minutos para negociação da proposta apresentada. Solicitamos, por gentileza, que a empresa verifique a possibilidade de apresentar uma melhor proposta dentro desse período.
Pregoeiro	07/01/2025 09:40:20	Informamos que será aberto o prazo para a apresentação de Intenção de Recurso/Reconsideração referente à fase de julgamento das propostas. Os interessados deverão manifestar-se dentro do prazo estabelecido, conforme as regras previstas no edital.
Pregoeiro	07/01/2025 10:20:59	Abriremos o prazo de 2h para envio dos documentos de habilitação
Pregoeiro	07/01/2025 10:21:14	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **07/01/2025 10:21:00hs** até o dia **07/01/2025 12:21:00hs** para o(s) fornecedor(es): L. FIGUEIREDO SOARES.
Pregoeiro	07/01/2025 10:21:54	A sessão será suspensa para decurso do prazo, retornaremos às 15h30.
Sistema	07/01/2025 10:22:07	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 20/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Para continuidade do certame. A **REABERTURA** será no dia 07/01/2025 15:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	07/01/2025 10:23:58	O fornecedor **L. FIGUEIREDO SOARES** acabou de **ENVIAR** habilitacao_tuntum_1736256238.rar no habilitanet.

Assinado por 3 pessoas: ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA, ANA KATRINY DA GUIA DIAS e GLEYSON ALVES OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2154BBC1105A4E34B64C12F46327DDBB

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	07/01/2025 12:21:02	O prazo para o fornecedor **L. FIGUEIREDO SOARES** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
Sistema	07/01/2025 15:47:12	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 20/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	07/01/2025 15:47:35	Boa tarde, senhores licitantes. Daremos continuidade ao certame.
Pregoeiro	07/01/2025 15:48:00	Após a análise dos documentos enviados, decidimos pela habilitação da empresa L. FIGUEIREDO SOARES.
Pregoeiro	07/01/2025 15:48:48	Informamos que será aberto o prazo para a apresentação de Intenção de Recurso/Reconsideração referente à fase de habilitação. Os interessados deverão manifestar-se dentro do prazo estabelecido, conforme as regras previstas no edital.
Pregoeiro	07/01/2025 16:26:38	Senhores, considerando que não houve manifestação de intenção de recurso, daremos por encerrada a sessão. Agradecemos a participação de todos.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **16:26:45 horas do dia 07 de Janeiro de 2025** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Pregoeiro(a) Oficial

Gleyson Alves Oliveira
Equipe de Apoio

Ana Katriny da Guia Dias
Equipe de Apoio

Autenticação: 47A31C1943246D9ADDE1F2E255EF0139

Assinado por 3 pessoas: ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA, ANA KATRINY DA GUIA DIAS e GLEYSON ALVES OLIVEIRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2154BBC1105A4E34B64C12F46327DDBB

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
2154BBC1105A4E34B64C12F46327DDBB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: ROBSON THIAGO ARRAIS PEREIRA SOUSA em 08/01/2025 16:12:40
  CPF:***.***-.643-36
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: ANA KATRINY DA GUIA DIAS em 08/01/2025 16:21:19
  CPF:***.***-.113-10
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: GLEYSON ALVES OLIVEIRA em 08/01/2025 16:21:43
  CPF:***.***-.293-22
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2154BBC1105A4E34B64C12F46327DDBB

De: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 08 de janeiro de 2025 às 16:41

Segue em anexo Despacho de Adjudicação e Homologação, para as providências cabíveis.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
LICITANET - TERMO DE ADJUDICAÇÃO.pdf
LICITANET - Termo de Homologação.pdf
Despacho de adj_homologação.pdf

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas do(a) MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 20/2024 referente à *Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : L. FIGUEIREDO SOARES - 13.032.721/0001-25

Lote	Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. R$
1	1	13.500,00	BOMBONA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 86,45	R$ 1.167.075,0000	R$ 91,00	R$ 1.228.500,00	R$ 4,55

Descrição: SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG

Subtotal Adjudicado: R$ 1.167.075,00	Subtotal Orçado: R$ 1.228.500,00	5,0000 %	R$ 61.425,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 1.167.075,00	R$ 1.228.500,00	5,0000 %	61.425,00

Tuntum - Maranhão, 08 de Janeiro de 2025

RHICARDDO HERLIVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/BA606E67E42548CB8FB502557E44F381

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
BA606E67E42548CB8FB502557E44F381

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 08/01/2025 16:41:18
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/BA606E67E42548CB8FB502557E44F381

MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar Contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.*

Fornecedor : L. FIGUEIREDO SOARES - 13.032.721/0001-25

Lote	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
1	13.500,00	BOMBONA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 86,45	R$ 1.167.075,00	R$ 91,00	R$ 1.228.500,00	--	R$ 4,55

Descrição: SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG

Subtotal Lote R$ 1.167.075,00

Subtotal Adjudicado R$ 1.167.075,00 Subtotal Orçado: R$ 1.228.500,00 5,0000 % R$ 61.425,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 1.167.075,00	R$ 1.228.500,00	5,0000 %	61.425,00

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Tuntum-MA , 08 de Janeiro de 2025

RHICARDDO HERLIVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/C887AED70111471DB1E8A34D1FA52A3E

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
C887AED70111471DB1E8A34D1FA52A3E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 08/01/2025 16:41:20
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/C887AED70111471DB1E8A34D1FA52A3E

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 140/2021, do Exmo. Prefeito do Município de Tuntum/MA, **ADJUDICO** o objeto ao vencedor e **HOMOLOGO** o resultado do **Pregão Eletrônico nº 20/2024**, com base art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 140, do Decreto Municipal nº 143, de 2023.

2. Relata-se nos autos que a empresa declarada vencedora comprovou o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação, tendo sido escolhida por atender todas as exigências do Edital e seus anexos, inclusive, por apresentar o menor preço dentre as empresas que participaram da disputa, desconsiderando as que foram desclassificadas e/ou inabilitadas.

3. Para prosseguimento, DETERMINO as seguintes providências:

I – Encaminhe-se para instaurar Procedimentos de Gestão Administrativa individualizados para as contratações, juntando-se Portaria de Fiscalização e Recebimento, Termo de Referência, comprovação da existência de recursos, o Edital do Pregão Eletrônico nº 20/2024, com os Relatórios e documentos que o seguem, seguido deste Despacho e o Relatório que o acompanha, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal nº 143, de 2023.

II – Em seguida, providenciar a convocação do licitante vencedor para a assinatura do Termo de Contrato Administrativo.

III – Após, ao Setor de Licitações e Contratos, para inserção no Sistema do Tribunal de Contas do Maranhão – SINC Contrata, bem como demais divulgações exigidas no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

IV – Por fim, encaminhe-se o procedimento ao Setor de Compras e Planejamento, para providenciar o envio da Nota de Empenho à empresa, juntamente com a Ordem de Fornecimento, e ao Setor de Fiscalização, para realizar a fiscalização e recebimento do objeto, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com observância na redação do Termo de Referência.

SEC. MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS, 08 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas
Portaria nº 140/2021

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F9FBEC5419094D0EB7C95D9A1A388B34

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
F9FBEC5419094D0EB7C95D9A1A388B34

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 08/01/2025 16:41:21
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F9FBEC5419094D0EB7C95D9A1A388B34

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 09 de janeiro de 2025 às 08:32

Segue em anexo, Despacho de Designação.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Anexo(s)
Despacho de Designação.pdf

DESPACHO DE DESIGNAÇÃO

CONSIDERANDO que cabe ao Chefe do Setor de Licitações e Contratos a distribuição dos processos administrativos, conforme o Decreto Municipal nº 143, de 2023;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 061, de 03 de janeiro de 2025, fez a devida nomeação para o cargo de Chefe do Setor de Licitações e Contratos;

DESIGNO, para este processo administrativo, como responsáveis pela elaboração da(s) Ata(s) de Registro de Preços, do(s) contrato(s), extrato(s) do contrato(s) e termo(s) de convocação, bem como pela solicitação de assinaturas, de forma preferencialmente eletrônica, os servidores:

I. Philippe Lima de Sousa – Assessor Jurídico – matrícula nº 05400

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 09 de janeiro de 2025

SAFIRA CARVALHO DIAS
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Portaria nº 061/2025

Assinado por 1 pessoa: SAFIRA CARVALHO DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A467821546A54E44A11A8FA51ABF982F

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
A467821546A54E44A11A8FA51ABF982F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: SAFIRA CARVALHO DIAS em 09/01/2025 08:32:26
CPF:***.***-.373-25
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A467821546A54E44A11A8FA51ABF982F

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Phillippe Lima de Sousa (philippe)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 09 de janeiro de 2025 às 09:11

Segue em anexo, a Ata de Registro de Preços nº 01/2025 e o respectivo Termo de Convocação.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
01- Minuta da ARP nº 01-2025-PE20-2024-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf
01. Termo de Convocação-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf

Processo Administrativo n° 66/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 01/2025

O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, na cidade de Tuntum/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS**, órgão gerenciador, neste ato representado(a) pelo(a) **Sr. RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA,** com Portaria nº 01/2025, publicada dia 01 de janeiro de 2025 e Matricula nº 0000869, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2024**, publicada no dia 17 de dezembro de 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462, de 2023, e no Decreto Municipal nº 143, de 2023, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 20/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas, são as que seguem:

L. FIGUEIREDO SOARES, CNPJ Nº 13.032.721/0001-25, Rua 18 de janeiro, nº 126, Cidade: Fortuna/MA, Telefone: (99) 8528-1301, Whatsapp: (99) 98528-1301, E-mail: construtoraconserve@gmail.com, neste ato representado pela Srª. LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO, portadora do CPF nº 023.146.163-16, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG)	BOMBONA	13.500	R$ 86,45	R$ 1.167.075,00
TOTAL					**R$ 1.167.075,00**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.3. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

5.4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.3 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo

e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32, do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 09 de janeiro de 2025.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR:**

_____

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA

Secretário Mun. de Planejamento e Finanças.

Portaria nº 01/2025

Pelo **FORNECEDOR REGISTRADO:**

_____

L. FIGUEIREDO SOARES,

CNPJ Nº 13.032.721/0001-25

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO.

CPF nº 023.146.163-16

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROPONENTE: L. FIGUEIREDO SOARES	**CNPJ Nº 13.032.721/0001-25**
ENDEREÇO: Rua 18 de janeiro, nº 126.	
CIDADE: Fortuna	**ESTADO: Maranhão**
ASSUNTO: Convocação para assinatura da **Ata de Registro de Preços nª 01/2025**	

Prezado Senhor(a),

Pelo presente termo, fica **CONVOCADA** a proponente **L. FIGUEIREDO SOARES**, para assinatura da **Ata de Registro de Preços nª 01/2025**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 20/2024**, que tem como objeto o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA, realizada nos moldes da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 143, de 2023, nos prazos e condições exigidos neste Processo Administrativo.

Cumpre-nos informar que o descumprimento injustificado acarretará nas sanções prevista na legislação.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 09 de janeiro de 2025

SAFIRA CARVALHO DIAS
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Portaria nº 061/2025

Assinado por 1 pessoa: SAFIRA CARVALHO DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/56B8F0F91CE746858A7CE072B393C137

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
56B8F0F91CE746858A7CE072B393C137

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: SAFIRA CARVALHO DIAS em 09/01/2025 09:12:17
CPF:***.***-.373-25
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/56B8F0F91CE746858A7CE072B393C137

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 09 de janeiro de 2025 às 09:36

Segue, em anexo, comprovante de envio da Ata de Registros de Preços e Termo de Convocação.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Anexo(s)

Roundcube Webmail __ TERMO DE CONVOCAÇÃO E ATA – EMPRESA_ L.FIGUEIREDO SOARES-ASSINATURA DE ATA Nº 01_2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20_2024-LIXO HOSPITAL.._.pdf

TERMO DE CONVOCAÇÃO E ATA – EMPRESA: L.FIGUEIREDO SOARES-ASSINATURA DE ATA Nº 01/2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024-LIXO HOSPITALAR

De <licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br>
Para <construtoraconserve@gmail.com>
Data 2025-01-09 09:32

01- Minuta da ARP nº 01-2025-PE20-2024-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf (~185 KB) 01. Termo de Convocação-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf (~563 KB)

Prezados, bom dia!

Encaminhamos, em anexo, o Termo de Convocação e Ata de Registro de Preços nº 01/2025, para assinatura, referente ao Pregão Eletrônico 20/2024, no qual a empresa foi a vencedora dos itens da presente ata.

Ficamos à disposição para qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimentos.
--
Atenciosamente,
CPL - Tuntum/MA

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Phillippe Lima de Sousa (philippe)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 09 de janeiro de 2025 às 10:35

Segue em anexo, Ata de Registro de Preços nº 01/2025, assinada pela preponente.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
01- Minuta da ARP nº 01-2025-PE20-2024-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf

Processo Administrativo n° 66/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 01/2025

O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, na cidade de Tuntum/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS**, órgão gerenciador, neste ato representado(a) pelo(a) **Sr. RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA,** com Portaria nº 01/2025, publicada dia 01 de janeiro de 2025 e Matricula nº 0000869, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2024**, publicada no dia 17 de dezembro de 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462, de 2023, e no Decreto Municipal nº 143, de 2023, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 20/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas, são as que seguem:

L. FIGUEIREDO SOARES, CNPJ Nº 13.032.721/0001-25, Rua 18 de janeiro, nº 126, Cidade: Fortuna/MA, Telefone: (99) 8528-1301, Whatsapp: (99) 98528-1301, E-mail: construtoraconserve@gmail.com, neste ato representado pela Srª. LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO, portadora do CPF nº 023.146.163-16, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG)	BOMBONA	13.500	R$ 86,45	R$ 1.167.075,00
TOTAL					**R$ 1.167.075,00**

Assinado por 2 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Assinado por 2 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.3. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

5.4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.3 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo

Assinado por 2 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Assinado por 2 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

Assinado por 2 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32, do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

Assinado por 2 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 09 de janeiro de 2025.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR:**

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA
Secretário Mun. de Planejamento e Finanças.
Portaria nº 01/2025

Pelo **FORNECEDOR REGISTRADO:**

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.09 09:54:23 -03'00'

L. FIGUEIREDO SOARES,
CNPJ Nº 13.032.721/0001-25
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO.
CPF nº 023.146.163-16

Assinado por 2 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES e RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 09/01/2025 10:35:53
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/21CAE28CB7E648068A8315E72714B959

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 13 de janeiro de 2025 às 11:36

Segue em anexo, comprovante de publicação da Ata de Registro de Preços nº 01/2025 no Diário Oficial.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Diário_09-01-2025_PMTT_678183ee1e23a.pdf

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0965/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 09 DE JANEIRO DE 2025

SUMÁRIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025 1
AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025 5
DECRETO Nº 0189, DE 08 DE JANEIRO DE 2025. 5
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 190/2022 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n° 66/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025

O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, na cidade de Tuntum/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS**, órgão gerenciador, neste ato representado(a) pelo(a) **Sr. RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA,** com Portaria nº 01/2025, publicada dia 01 de janeiro de 2025 e Matricula nº 0000869, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2024**, publicada no dia 17 de dezembro de 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462, de 2023, e no Decreto Municipal nº 143, de 2023, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 20/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas, são as que seguem:

L. FIGUEIREDO SOARES, CNPJ Nº 13.032.721/0001-25, Rua 18 de janeiro, nº 126, Cidade: Fortuna/MA, Telefone: (99) 8528-1301, Whatsapp: (99) 98528-1301, E-mail: construtoraconserve@gmail.com, neste ato representado pela Srª. LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO, portadora do CPF nº 023.146.163-16, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG)	BOMBONA	13.500	R$ 86,45	R$ 1.167.075,00
TOTAL					**R$ 1.167.075,00**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a

contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.3. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

5.4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.3 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução,

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0965/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 09 DE JANEIRO DE 2025

observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32, do Decreto nº 11.462, de 2023.

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0965/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 09 DE JANEIRO DE 2025

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 09 de janeiro de 2025.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR:**

_____

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA
Secretário Mun. de Planejamento e Finanças.
Portaria nº 01/2025

Pelo **FORNECEDOR REGISTRADO:**

_____

L. FIGUEIREDO SOARES,

CNPJ Nº 13.032.721/0001-25

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO.

CPF nº 023.146.163-16

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0965/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 09 DE JANEIRO DE 2025

AVISO DE LICITACÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 143/2023, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço global. **Objeto:** Registro de preço para prestação dos serviços de reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde e do Centro de Especialidades Odontológicas no município de Tuntum-MA, conforme discriminado no memorial descritivo, além de quantificação e orçamentação da obra, com Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, registrada junto ao CREA/MA. **Data da sessão:** dia 28 de janeiro de 2025, às 09:00h (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp; https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 09 de janeiro de 2025

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

DECRETO

DECRETO Nº 0189, DE 08 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a atualização monetária no âmbito do município de Tuntum e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNTUM - MA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº 907/2017 - Código Tributário do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado, para o exercício de 2025, a atualização monetária no índice de correção de 4,71% (quatro inteiros e setenta e um centésimos por cento) dos valores vinculados aos tributos municipais, sendo este o número oficial do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período do primeiro exercício de vigência lei complementar 907, de 29 de setembro de 2017, ao presente exercício anual"

Art. 2º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto será publicado no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUNTUM, 08 de Janeiro de 2025.

FERNANDO PORTELA TELES PESSOA
Prefeito

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 190/2022

ESTADO DO MARANHÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM (MA). **EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 190/2022.** CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNTUM, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 06.138.911/0001-66, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA CONTRATADA. CONSTRUTORA DOIS IRMÃOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.040.112/0001-55. Tomada de Preço nº 011/2022. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, §1º da Lei n.º 8.666/93. 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do Contrato nº 190/2022. 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO: 2.1. Nos termos previsto na CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Original, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses o prazo de execução e vigência do contrato nº 190/2022, sendo de 03/12/2024 a 03/06/2025, conforme justificativa e autorização constante nos autos. 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.1. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta dos seguintes recursos: 20.605.0032.1019.0000; 4.4.90.51.00. 4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO: 4.1. As partes signatárias deste Termo Aditivo ratificam, por inteiro, todas as demais cláusulas e disposições do Contrato nº 190/2022, as quais permanecem válidas e exigíveis, ressalvadas as partes expressamente alteradas por este instrumento. Tuntum – Maranhão, 02 de dezembro de 2024. RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA – Secretário Municipal de Orçamento, Gestão e Despesas.

FlowDocs: 66 / 2024 - Processo Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO | Anexo: Diário_09-01-2025_PMTT_678183ee1e23a.pdf (5/6) 477/542

VOL. V - Nº 0965/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 09 DE JANEIRO DE 2025

FERNANDO PORTELA TELES PESSOA
Prefeito

NELSON SILVA ALMEIDA
Vice-Prefeito

SEBASTIÃO FELIPE LUCENA PESSOA
Chefe de Gabinete

MARIA ROSENILDE SILVA XAVIER BRASIL
Secretária Municipal de Governo

www.tuntum.ma.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM - MA
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - Centro - CEP : 65763000
Tuntum – MA
Contato: (99) 99220-0236

MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Dados: 2025.01.10 17:30:50 -03'00'

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Phillippe Lima de Sousa (philippe)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 13 de janeiro de 2025 às 14:31

Segue em anexo, minuta do contrato.

Desta forma, encaminho ao setor responsável, a minuta para solicitação de dotações.

—

Assessor Jurídico

Anexo(s)
02-PE 020 - MINUTA DO CONTRATO 01-2025-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf

Processo Administrativo n° 66/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A O MUNICÍPIO DE TUNTUM, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA L. FIGUEIREDO SOARES.

O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, com sede administrativa na Rua Frederico Coelho, nº 411, Cetro, Tuntum/MA, CEP 65763-000, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Srº. **CARLOS ARTHUR LÉDA SANTOS**, nomeado(a) pela Portaria nº 029/2025, publicada no DOM dia 01 de janeiro de 2025 e Matricula nº 000933, e pelo, Secretário Municipal de Planejamento e Finanças**, RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA**, nomeado pela Portaria nº 01/2025, publicada no DOM dia 01 de janeiro de 2025 e Matricula nº 0000869, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.032.721/0001-25, sediado(a) na Rua 18 de janeiro, nº 126, Cidade: Fortuna/MA. CEP: 65.948-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pela **Srª LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO,** portador do CPF nº 023.146.163-16, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 143, de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 20/2024, mediante as cláusulas e condiçõesa seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

TABELA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

1.3. Vinculam a esta contratação:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação consta no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

2.1.1. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 1.167.075,00 (um milhão e cento e sessenta e sete mil e setenta e cinco reais).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato

7.2. Após o interregno de um ano, mediante o pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC*),* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único,da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas

alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação do processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:IDO

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Tuntum/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 13 de janeiro de 2025.

Pelo **CONTRATANTE:**

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA
Secretário Mun. de Planejamento e Fiinanças
Portaria nº 01/2025

CARLOS ARTHUR LÉDA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 029/2025

Pelo **CONTRATATA:**

L. FIGUEIREDO SOARES
CNPJ nº 13.032.721/0001-25
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO
CPF nº 023.146.163-16

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pedido

02492/24

Cod Prod	Discr.	Marca	Unid	Quant	$ Unit	Centro de Custo	Valor
013.012.377	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRA		SERV	13.500	86,45	SECRETARIA MUNICIPAL DE SA	1.167.075,00

Obs.:

Total Pedido

1.167.075,00

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Setor Contábil (Organograma)
Data: 13 de janeiro de 2025 às 14:36

Solicita-se a dotação orçamentária necessária para viabilizar a formalização da nova Minuta do Contrato anexo, conforme as providências requeridas.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Despacho para Setor Contábil-Solicitação de Dotação.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Ao senhor,

BRUNO COSTA MOTA

Contador do Município

Prezado senhor Contador,

Gostaria de requisitar as informações orçamentárias para dar continuidade ao Processo Administrativo nº 66/2024, após a conclusão da minuta do contrato.

Com o intuito de avançar no processo de forma eficaz e em conformidade com as normativas vigentes, solicito que este forneça as informações orçamentárias necessárias.

Além disso, solicitamos que os autos sejam encaminhados ao setor competente para a assinatura do Termo do Contrato.

Sec. Municipal de Planejamento e Finanças, 13 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças
Portaria nº 01/2025

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/AF0607137A2C4F779106B6E634DB6022

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
AF0607137A2C4F779106B6E634DB6022

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 13/01/2025 14:36:45
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/AF0607137A2C4F779106B6E634DB6022

De: Setor Contábil
Enviado por: Bruno Costa Mota (bruno)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 15 de janeiro de 2025 às 09:57

Em anexo dotação orçamentária em anexo.

Contador

Anexo(s)
DESPACHO DO SETOR CONTÁBIL.pdf
FICHAS ORÇAMENTÁRIAS.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS

SETOR CONTÁBIL

Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO		
OBJETO DA CONTRATAÇÃO		Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do Município de Tuntum-MA.
REQUERIMENTO	SETOR	Setor Contábil
	DOCUMENTO	Dotação Orçamentária
ORÇAMENTO	VALOR ESTIMADO	R$ 1.167.075,00
	PLANO INTERNO	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde
	NATUREZA	10.122.0002.2024.0000 3.3.90.39.00
	ADEQUAÇÃO	SIM

1. Informo que a contratação requerida acima está prevista na programação orçamentária do exercício.

2. Registro ainda que, tratando-se de dispensa fundada no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi respeitado o limite de valor anual, considerando o somatório do valor da presente contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza adquiridos pela unidade gestora no exercício financeiro.

3. Restitua-se os autos ao setor de Licitações e Contratos

SETOR CONTÁBIL, 15 de JANEIRO DE 2025

BRUNO COSTA MOTA

Contador do Município

Portaria nº 241/2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9A4DD1A09BD14E03BDB20AD9954C3DE9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS

SETOR CONTÁBIL

Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO		
OBJETO DA CONTRATAÇÃO		Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do Município de Tuntum-MA.
REQUERIMENTO	SETOR	Setor Contábil
	DOCUMENTO	Dotação Orçamentária
ORÇAMENTO	VALOR ESTIMADO	R$ 1.167.075,00
	PLANO INTERNO	Manutenção e Funcionamento do Piso de Atenção Básica Váriável – PAB VARÍÁVEL
	NATUREZA	10.301.0019.2076.0000 3.3.90.39.00
	ADEQUAÇÃO	SIM

1. Informo que a contratação requerida acima está prevista na programação orçamentária do exercício.

2. Registro ainda que, tratando-se de dispensa fundada no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi respeitado o limite de valor anual, considerando o somatório do valor da presente contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza adquiridos pela unidade gestora no exercício financeiro.

3. Restitua-se os autos ao setor de Licitações e Contratos

SETOR CONTÁBIL, 15 de JANEIRO DE 2025

BRUNO COSTA MOTA

Contador do Município

Portaria nº 241/2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9A4DD1A09BD14E03BDB20AD9954C3DE9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS

SETOR CONTÁBIL

Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO		
OBJETO DA CONTRATAÇÃO		Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do Município de Tuntum-MA.
REQUERIMENTO	SETOR	Setor Contábil
	DOCUMENTO	Dotação Orçamentária
ORÇAMENTO	VALOR ESTIMADO	R$ 1.167.075,00
	PLANO INTERNO	Manutenção e Funcionamento Assist. Hospitalar e Ambulatorial
	NATUREZA	10.302.0015.2028.0000 3.3.90.39.00
	ADEQUAÇÃO	SIM

1. Informo que a contratação requerida acima está prevista na programação orçamentária do exercício.

2. Registro ainda que, tratando-se de dispensa fundada no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi respeitado o limite de valor anual, considerando o somatório do valor da presente contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza adquiridos pela unidade gestora no exercício financeiro.

3. Restitua-se os autos ao setor de Licitações e Contratos

SETOR CONTÁBIL, 15 de JANEIRO DE 2025

BRUNO COSTA MOTA

Contador do Município

Portaria nº 241/2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9A4DD1A09BD14E03BDB20AD9954C3DE9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E DESPESAS

SETOR CONTÁBIL

Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO		
OBJETO DA CONTRATAÇÃO		Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tratamento de lixo hospitalar contaminado para atender as necessidades do Município de Tuntum-MA.
REQUERIMENTO	SETOR	Setor Contábil
	DOCUMENTO	Dotação Orçamentária
ORÇAMENTO	VALOR ESTIMADO	R$ 1.167.075,00
	PLANO INTERNO	Manutenção e Funcionamento do Samu
	NATUREZA	10.302.0015.2064.0000 3.3.90.39.00
	ADEQUAÇÃO	SIM

1. Informo que a contratação requerida acima está prevista na programação orçamentária do exercício.

2. Registro ainda que, tratando-se de dispensa fundada no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi respeitado o limite de valor anual, considerando o somatório do valor da presente contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza adquiridos pela unidade gestora no exercício financeiro.

3. Restitua-se os autos ao setor de Licitações e Contratos

SETOR CONTÁBIL, 15 de JANEIRO DE 2025

BRUNO COSTA MOTA

Contador do Município

Portaria nº 241/2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9A4DD1A09BD14E03BDB20AD9954C3DE9D

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
9A4DD1A09BD14E03BDB20AD954C3DE9D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: BRUNO COSTA MOTA em 15/01/2025 09:57:27
CPF:***.***-.963-82
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9A4DD1A09BD14E03BDB20AD954C3DE9D

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 378
Órgão : 02 PODER EXECUTIVO
Unidade : 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação : 10.122.0002.2024.00003.3.90.39.00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R$ 702.600,00
SETECENTOS E DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS

Atenciosamente,

Bruno Costa Mota
Contador
portaria 241\2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9BAF83AAC80D45F192ACEBADD64589CC

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 439
Órgão : 02 PODER EXECUTIVO
Unidade : 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação : 10.301.0019.2076.0000 3.3.90.39.00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R$ 175.050,00
CENTO E SETENTA E CINCO MIL E CINQUENTA REAIS

Atenciosamente,

Bruno Costa Mota
Contador
portaria 241\2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9BAF83AAC80D45F192ACEBADD64589CC

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 463
Órgão : 02 PODER EXECUTIVO
Unidade : 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação : 10.302.0015.2028.0000 3.3.90.39.00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R$ 1.597.444,87
UM MILHãO, QUINHENTOS E NOVENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS

Atenciosamente,

Bruno Costa Mota
Contador
portaria 241\2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9BAF83AAC80D45F192ACEBADD64589CC

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 470
Órgão : 02 PODER EXECUTIVO
Unidade : 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação : 10.302.0015.2064.0000 3.3.90.39.00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R$ 529.200,00
QUINHENTOS E VINTE E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS

Atenciosamente,

Bruno Costa Mota
Contador
portaria 241\2021

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COSTA MOTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9BAF83AAC80D45F192ACEBADD64589CC

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
9BAF83AAC80D45F192ACEBADD64589CC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: BRUNO COSTA MOTA em 15/01/2025 09:57:29
CPF:***.***-.963-82
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9BAF83AAC80D45F192ACEBADD64589CC

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Phillippe Lima de Sousa (philippe)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 15 de janeiro de 2025 às 10:44

Segue em anexo, termo de convocação do Contrato nº 01/2025 para assinatura, após as dotações.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
01. Termo de Convocação-L. FIGUEIREDO SOARES-contrato.pdf

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROPONENTE: L. FIGUEIREDO SOARES	**CNPJ Nº 13.032.721/0001-25**
ENDEREÇO: Rua 18 de janeiro, nº 126.	
CIDADE: Fortuna	**ESTADO: Maranhão**
ASSUNTO: Convocação para assinatura da **Termo de Contrato nª 01/2025**	

Prezado Senhor(a),

Pelo presente termo, fica **CONVOCADA** a proponente **L. FIGUEIREDO SOARES**, para assinatura do **Termo de Contrato nª 01/2025**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 20/2024**, que tem como objeto o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA, realizada nos moldes da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 143, de 2023, nos prazos e condições exigidos neste Processo Administrativo.

Cumpre-nos informar que o descumprimento injustificado acarretará nas sanções prevista na legislação.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 15 de janeiro de 2025

SAFIRA CARVALHO DIAS
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Portaria nº 061/2025

Assinado por 1 pessoa: SAFIRA CARVALHO DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/D89DDF15F4F64DD8B549419CD5E7CDD6

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
D89DDF15F4F64DD8B549419CD5E7CDD6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: SAFIRA CARVALHO DIAS em 15/01/2025 10:44:39
CPF:***.***-.373-25
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/D89DDF15F4F64DD8B549419CD5E7CDD6

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 15 de janeiro de 2025 às 10:51

Segue, em anexo, comprovante de envio do Contrato e Termos de Convocação.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

Anexo(s)

Roundcube Webmail __ TERMO DE CONVOCAÇÃO E CONTRATO – EMPRESA_ L.FIGUEIREDO SOARES-ASSINATURA DO CONTRATO Nº 01_2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20_2024-LIX.._.pdf

TERMO DE CONVOCAÇÃO E CONTRATO – EMPRESA: L.FIGUEIREDO SOARES-ASSINATURA DO CONTRATO Nº 01/2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024-LIXO HOSPITALAR

De <licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br>
Para <construtoraconserve@gmail.com>
Data 2025-01-15 10:50

01. Termo de Convocação-L. FIGUEIREDO SOARES-contrato.pdf (~560 KB)
02-PE 020 - MINUTA DO CONTRATO 01-2025-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf (~340 KB)

Prezados, bom dia!

Encaminhamos, em anexo, o Termo de Convocação e Contrato nº 01/2025, para assinatura, referente ao Pregão Eletrônico 20/2024.

Ficamos à disposição para qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimentos.
--
Atenciosamente,
CPL - Tuntum/MA

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Phillippe Lima de Sousa (philippe)
Para: Setor de Licitações e Contratos (Organograma)
Data: 15 de janeiro de 2025 às 15:25

Segue em anexo, contrato assinado pela preponente.

Assessor Jurídico

Anexo(s)
02-PE 020 - MINUTA DO CONTRATO 01-2025-L. FIGUEIREDO SOARES.pdf

Processo Administrativo n° 66/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A O MUNICÍPIO DE TUNTUM, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA L. FIGUEIREDO SOARES.

O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, com sede administrativa na Rua Frederico Coelho, nº 411, Cetro, Tuntum/MA, CEP 65763-000, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Srº. **CARLOS ARTHUR LÉDA SANTOS**, nomeado(a) pela Portaria nº 029/2025, publicada no DOM dia 01 de janeiro de 2025 e Matricula nº 000933, e pelo, Secretário Municipal de Planejamento e Finanças**, RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA**, nomeado pela Portaria nº 01/2025, publicada no DOM dia 01 de janeiro de 2025 e Matricula nº 0000869, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.032.721/0001-25, sediado(a) na Rua 18 de janeiro, nº 126, Cidade: Fortuna/MA. CEP: 65.948-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pela **Srª LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO,** portador do CPF nº 023.146.163-16, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 143, de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 20/2024, mediante as cláusulas e condiçõesa seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

TABELA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

1.3. Vinculam a esta contratação:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação consta no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

2.1.1. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 1.167.075,00 (um milhão e cento e sessenta e sete mil e setenta e cinco reais).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este processo administrativo.

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato

7.2. Após o interregno de um ano, mediante o pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC*),* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único,da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de de 2% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação do processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

10.122.0002.2024.0000-Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde;
10.301.0019.2076.0000-Manutenção e Funcionamento do Piso de Atenção Básica Variável – PAB VARÍÁVEL;
10.302.0015.2028.0000-Manutenção e Funcionamento Assist. Hospitalar e Ambulatorial;
10.302.0015.2064.0000-Manutenção e Funcionamento do Samu;
3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Tuntum/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 13 de janeiro de 2025.

Pelo **CONTRATANTE:**

RHICARDDO HELIRVALL A. B. COSTTA
Secretário Mun. de Planejamento e Fiinanças
Portaria nº 01/2025

CARLOS ARTHUR LÉDA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 029/2025

Pelo **CONTRATATA:**

LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Assinado de forma digital por LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES:02314616316
Dados: 2025.01.15 10:54:24 -03'00'

L. FIGUEIREDO SOARES
CNPJ nº 13.032.721/0001-25
LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES CALADO
CPF nº 023.146.163-16

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

Pedido

02492/24

Cod Prod	Discr.	Marca	Unid	Quant	$ Unit	Centro de Custo	Valc
013.012.377	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRA		SERV	13.500	86,45	SECRETARIA MUNICIPAL DE SA	1.167.075,0

Obs.:

Total Pedid

1.167.075,0

Assinado por 3 pessoas: LIDAYANA FIGUEIREDO SOARES, RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA e CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 15/01/2025 15:27:44
  CPF:***.***-.683-04
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA
- Assinante: CARLOS ARTHUR LEDA SANTOS em 15/01/2025 15:30:46
  CPF:***.***-.113-37
  Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B2D166B566D74357BFE3F99D8BC74420

De: Setor de Licitações e Contratos
Enviado por: Safira Carvalho Dias (safira)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 15 de janeiro de 2025 às 15:33

Segue ao setor responsável para as devidas providências, quanto a publicação do Extrato do Contrato nº 01/2025.

Chefe do Setor de Licitações e Contratos

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 15 de janeiro de 2025 às 15:35

Segue em anexo, Extrato do Contrato nº 01/2025 para publicação.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Extrato do contrato nº 01-2025.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Rua Frederico Coelho, nº 411, Centro, Tuntum/MA
CEP 65.763-000, site: tuntum.ma.gov.br
CNPJ 06.138.911/0001-66

EXTRATO DO CONTRATO

ESTADO DO MARANHÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM. **EXTRATO DO CONTRATO N.º 01/2025**. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TUNTUM**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. CONTRATADA: **L. FIGUEIREDO SOARES**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 13.032.721/0001-25. Base legal: Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 143, de 2023. **PREGÃO ELETRÔNICO N° 20/2024**. Objeto: Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. PRAZO: 12 (doze) meses. Valor Total: R$ 1.167.075,00 (um milhão e cento e sessenta e sete mil e setenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 10.122.0002.2024.0000; 10.301.0019.2076.0000; 10.302.0015.2028.0000; 10.302.0015.2064.0000; 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.

Encaminha-se para publicação.

Sec. Municipal de Planejamento e Finanças, 15 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças
Portaria nº 01/2025

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A2B15248E59C41EF9BCA9F38ABC3A2AD

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
A2B15248E59C41EF9BCA9F38ABC3A2AD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 15/01/2025 15:35:48
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A2B15248E59C41EF9BCA9F38ABC3A2AD

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 16 de janeiro de 2025 às 09:58

Segue em anexo, comprovante de publicação do Contrato no Diário Oficial.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Diário_15-01-2025_PMTT_67890180ee5c3.pdf

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0969/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUARTA – 15 DE JANEIRO DE 2025

SUMÁRIO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 1
EXTRATO DO CONTRATO N.º 01/2025 1
EXTRATO DO CONTRATO N.º 02/2025 1

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, informa a republicação do edital da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço global, em virtude de alterações realizadas no edital original, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 143/2023. **Objeto:** Registro de preço para contratação de empresa para prestação dos serviços de limpeza de caixa d´água e reservatório de água, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tuntum/MA. **Data da sessão:** dia 29 de janeiro de 2025, às 09:00h (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp;
https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 15 de janeiro de 2025.

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 01/2025.

EXTRATO DO CONTRATO

ESTADO DO MARANHÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM. **EXTRATO DO CONTRATO N.º 01/2025**. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TUNTUM**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. CONTRATADA: **L. FIGUEIREDO SOARES**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 13.032.721/0001-25. Base legal: Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 143, de 2023. **PREGÃO ELETRÔNICO N° 20/2024**. Objeto: Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. PRAZO: 12 (doze) meses. Valor Total: R$ 1.167.075,00 (um milhão e cento e sessenta e sete mil e setenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 10.122.0002.2024.0000; 10.301.0019.2076.0000; 10.302.0015.2028.0000; 10.302.0015.2064.0000; 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
Encaminha-se para publicação.

Sec. Municipal de Planejamento e Finanças, 15 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças
Portaria nº 01/2025

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02/2025

EXTRATO DO CONTRATO

ESTADO DO MARANHÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM. **EXTRATO DO CONTRATO N.º 02/2025**. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TUNTUM**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**. CONTRATADA: **R. F. R. SERVICOS LTDA**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 38.648.055/0001-85. Base legal: Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 143, de 2023. **PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2024**. Objeto: Registro de Preço para contratação dos serviços de manutenção e limpeza de poços artesianos tubulares no Município de Tuntum/MA. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. PRAZO: 12 (doze) meses. Valor Total: R$ 1.356.829,70 (um milhão e trezentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 15.122.0002.2039.0000; 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
Encaminha-se para publicação.

Sec. Municipal de Planejamento e Finanças, 15 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças.
Portaria nº 01/2025

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0969/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUARTA – 15 DE JANEIRO DE 2025

FERNANDO PORTELA TELES PESSOA
Prefeito

NELSON SILVA ALMEIDA
Vice-Prefeito

SEBASTIÃO FELIPE LUCENA PESSOA
Chefe de Gabinete

MARIA ROSENILDE SILVA XAVIER BRASIL
Secretária Municipal de Governo

www.tuntum.ma.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM - MA
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - Centro - CEP : 65763000
Tuntum – MA
Contato: (99) 99220-0236

MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Dados: 2025.01.16 09:53:01 -03'00'

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 16 de janeiro de 2025 às 10:02

Segue em anexo a portaria de designação do fiscal do contrato para fins de publicação.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Portaria de Fiscal nº 02-2025 Contrato 01-2025.pdf

PORTARIA nº 02, 16 de janeiro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA, no uso de suas atribuições como Autoridade Competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 127 e 143, de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecida no **Contrato nº 01/2025**, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE TUNTUM**, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, e a empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.032.721/0001-25, cujo objeto é o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.

FUNÇÃO	NOME	MATRICULA
Fiscal	LUCAS LEÃO DA SILVA	05540
Suplente	João Lucas da Silva Teixeira	01069

Art. 2º. Para efeito desta Portaria, considera-se:

I – Gestor: é a autoridade que pratica atos de gestão, podendo ou não exercer a função de ordenador de despesas;

II – Fiscal: servidor designado para auxiliar o Gestor quanto à fiscalização do objeto do contrato e demais aspectos administrativos do contrato.

Art. 3º. Determinar a inclusão de cópia desta Portaria nos autos do processo licitatório ou do processo de formalização da contratação.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver, bem como de suas eventuais prorrogações.

SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS, 16 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças
Portaria nº 01/2025

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/D4D556DD62D44937979E34A140C233DC

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
D4D556DD62D44937979E34A140C233DC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 16/01/2025 10:02:18
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/D4D556DD62D44937979E34A140C233DC

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 17 de janeiro de 2025 às 14:20

Segue em anexo, comprovante de publicação da portaria dos fiscais de contrato.

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Diário_16-01-2025_PMTT_678a8524bab3b.pdf

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0970/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 16 DE JANEIRO DE 2025

SUMÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICA Nº 19/2024 1
AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICA Nº 02/2025 1
EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2025 1
DECISÃO ADMINISTRATIVA 2
ERRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 326/2023 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 156/2024 2
PORTARIA nº 01, 16 de janeiro de 2025. 3
PORTARIA nº 02, 16 de janeiro de 2025. 3

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICA Nº 19/2024

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 143/2023, licitação na modalidade Pregão Eletrônica, do tipo menor preço por item. **Objeto:** Registro de Preço para aquisição de insumos laboratoriais com a concessão de equipamentos para o Município de Tuntum/MA. **Data da sessão:** dia 30 de janeiro de 2025, às 09:00h (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp; https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 16 de janeiro de 2025

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICA Nº 02/2025

A Comissão de Contratação, por meio do Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 143/2023, licitação na modalidade Pregão Eletrônica, do tipo menor preço por item. **Objeto:** Registro de Preço para contratação de empresas para fornecimento de recarga de cartuchos de impressoras, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tuntum/MA. **Data da sessão:** dia 03 de fevereiro de 2025, às 10:00h (horário de Brasília), através do sistema eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. **Edital e Informações**, por meio dos sítios eletrônicos: www.licitanet.com.br; www.gov.br/pncp; https://tuntum.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos; ou, no Setor de Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Tuntum-MA, localizada na Rua Frederico Coelho, Nº 411 – Centro – Tuntum/MA, CEP: 65763-000; ou, ainda, através do e-mail: licitacoesecontratos@tuntum.ma.gov.br.

Encaminha-se para publicação.

Tuntum-MA, 16 de janeiro de 2025

Robson Thiago Arrais Pereira Sousa
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2024

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2025

EXTRATO DO CONTRATO

ESTADO DO MARANHÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM. **EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2025**. CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO**, INSCRITA NO CNPJ sob o nº 06.138.911/0001-66, por intermédio da Secretária Municipal de Infraestrutura Rural. CONTRATADA: **L SANTOS ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 29.642.144/0001-23. Base legal: Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 143, de 2023. **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 07/2024**. Objeto: Execução de uma ponte de concreto armado moldado in loco com 6m de comprimento, localizada no município de Tuntum-MA na estrada que liga o bairro mil réis ao povoado arroz, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme discriminado no memorial descritivo, além de quantificação e orçamentação da obra, com Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, registrada junto ao CREA/MA, com recurso próprio do município. PRAZO: 03 (três) meses, VALOR TOTAL: R$ 207.495,48 (duzentos e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15 122 0002 2039 0000; 3.3.90.36.00 - Outros serviços de terceiros - pessoa física.

Encaminha-se para publicação.

Sec. Municipal de Planejamento e Finanças, 16 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças
Portaria nº 01/2025

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0970/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 16 DE JANEIRO DE 2025

DECISÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2024
Interessado: JOSÉ FRANK ARAUJO DA SILVA
Denunciante: HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE TUNTUM
Denunciado: JOSÉ FRANK ARAUJO DA SILVA

I. RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 171/2024, de 18 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município, em face do servidor público municipal José Frank Araujo da Silva, com o objetivo de apurar condutas que poderiam configurar infração disciplinar e improbidade administrativa.
O processo teve como origem uma denúncia formal apresentada pela Direção do Hospital das Clínicas de Tuntum, também conhecido como Hospital Dr. Rafael Seabra, relatando que o servidor teria utilizado indevidamente o computador de uso restrito do farmacêutico de laboratório para acessar e encaminhar documentos sigilosos da gestão, bem como dados pessoais da servidora Karina Costa Barros Dantas, para seu endereço eletrônico particular. Estes documentos incluem Certidão de Casamento, CPF e Cédula de Identidade, sem autorização ou justificativa plausível.
II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA
1. Enquadramento Legal e Normativo
A conduta do servidor foi analisada sob a ótica da Lei Municipal nº 721/2008 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Tuntum/MA), além de legislações federais aplicáveis, tais como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). As infrações foram configuradas pelos seguintes dispositivos legais:
1.1. Lei Municipal nº 721/2008:

- **Art. 181, inciso III:** Indisciplina ou insubordinação graves ou reiteradas;
- **Art. 181, inciso V:** Improbidade administrativa.

1.2. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018):

- Violação de dados pessoais sensíveis, contrariando os princípios de privacidade, segurança e transparência.

2. Princípios Constitucionais
A administração pública deve ser pautada nos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal, notadamente:

- **Legalidade:** Todas as ações devem estar rigorosamente dentro dos limites legais;
- **Moralidade:** A conduta deve respeitar padrões éticos e de probidade;
- **Impessoalidade:** Os atos administrativos devem atender ao interesse coletivo e não a interesses particulares;
- **Publicidade:** Transparência nos atos administrativos;
- **Eficiência:** Atuação eficiente e comprometida com o bem público.

III. ANÁLISE DOS FATOS E DAS PROVAS
Durante o curso do processo administrativo, observou-se fielmente os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantindo ao servidor o direito de apresentar suas razões e participar de todas as etapas processuais.

- **Provas Documentais:** O conjunto probatório inclui registros eletrônicos que confirmam o envio de documentos sigilosos e dados pessoais ao e-mail particular do servidor, configurando acesso indevido e violação de sigilo.
- **Defesa do Acusado:** Apesar das alegações de inexistência de acesso e conhecimento dos documentos, as evidências reunidas demonstram, de maneira inequívoca, a materialidade e autoria das infrações.

IV. DECISÃO
Diante da gravidade das condutas apuradas, das provas robustas apresentadas e da necessidade de preservar a integridade da administração pública, decido aplicar a penalidade de **demissão/exoneração**, conforme preceituam os dispositivos legais aplicáveis.
Com base no exposto, DECIDO:

1. **DETERMINAR A DEMISSÃO/EXONERAÇÃO** do servidor José Frank Araujo da Silva do quadro funcional do Município de Tuntum/MA, com fundamento nos artigos 181, incisos III e V, da Lei Municipal nº 721/2008, e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).
2. **COMUNICAR** ao Setor de Recursos Humanos e à Secretaria Municipal de Saúde que adotem, de imediato, todas as providências necessárias para o desligamento do servidor, inclusive a exclusão de quaisquer acessos e credenciais ao sistema público municipal.
3. **DETERMINAR** a publicação integral desta decisão no Diário Oficial do Município, assegurando a devida publicidade do ato administrativo, em respeito ao princípio da transparência.
4. **RECOMENDAR** à Controladoria-Geral do Município que reforce as políticas de segurança da informação e o treinamento dos servidores para prevenção de ocorrências similares no futuro.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS
Reforço que esta decisão foi tomada com base na observância rigorosa dos direitos do acusado e no compromisso com a ética e a moralidade da administração pública. A preservação da confiança e da integridade nos serviços públicos é essencial para a boa governança e o bem-estar coletivo.
Publique-se. Notifique-se. Cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO, 15 de janeiro de 2025.

FERNANDO PORTELA TELES PESSOA
Prefeito

ERRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

ERRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 326/2023

ESTADO DO MARANHÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM (MA). ERRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 326/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2023. LOCATÁRIA: NILZA MIRANDA DE MELO, inscrita no CPF nº 493.858.013-68. **Onde se lê:** "CONTRATO 309/2023)". **Leia-se:** "CONTRATO 326/2023". Tuntum (MA), 16 de janeiro de 2025. RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 156/2024.

ESTADO DO MARANHÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM (MA). **EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 156/2024.** CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA, INSCRITO NO CNPJ Nº 06.138.911/0001-66; CONTRATADA: CHICA RICA COMERCIO & SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0970/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 16 DE JANEIRO DE 2025

10.395.029/0001-73. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2023. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n.º 8.666/93. 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de aproximadamente 25% do quantitativo e, consequentemente do valor inicial atualizado do contrato firmado entre as partes, no dia 25/07/2024 alterando-se assim a Cláusula Terceira - Preço 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR 2.1. O aditamento contratual perfaz o total de R$ 21.135,55 (vinte e um mil e cento e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), equivalente a aproximadamente 25% do valor inicialmente pactuado. 2.2. O valor do Contrato n.º 156/2024 que totalizava em R$ 84.737,30 (oitenta e quatro mil e setecentos e trinta e sete reais e trinta centavos), passa a ter o valor R$ 105.872,85 (cento e cinco mil e oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos). 3.CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.361.0002.2075.0000 12.361.0086.2047.0000 12.361.0008.2109.000 12.361.0002.2009.0000 12.361.0008.2020.0000 12.365.0051.2101.0000 12.361.0008.2107.0000 ; 3.3.90.39.00. 4. CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original, aqui não expressamente modificadas, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito. Tuntum (MA), 07 de janeiro de 2025. RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA – Secretário Municipal de Planejamento e Finanças.

.

PORTARIA

PORTARIA nº 01, 16 de janeiro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA, no uso de suas atribuições como Autoridade Competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 127 e 143, de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecida no **Contrato nº 02/2025**, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE TUNTUM**, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, e a empresa **R. F. R. SERVICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 38.648.055/0001-85, cujo objeto é o Registro de Preço para contratação dos serviços de manutenção e limpeza de poços artesianos tubulares no Município de Tuntum/MA.

FUNÇÃO	NOME		MATRICULA
Fiscal	Andressa Lima Silva	CREA: 1921192402	04664
Suplente	Fernando Ferreira de Sousa Catarino	CAU: A 277517-4	03707

Art. 2º. Para efeito desta Portaria, considera-se:

I – Gestor: é a autoridade que pratica atos de gestão, podendo ou não exercer a função de ordenador de despesas;

II – Fiscal: servidor designado para auxiliar o Gestor quanto à fiscalização do objeto do contrato e demais aspectos administrativos do contrato.

Art. 3º. Determinar a inclusão de cópia desta Portaria nos autos do processo licitatório ou do processo de formalização da contratação.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver, bem como de suas eventuais prorrogações.

SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS, 16 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças
Portaria nº 01/2025

PORTARIA

PORTARIA nº 02, 16 de janeiro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DE TUNTUM, ESTADO DO MARANHÃO, RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA, no uso de suas atribuições como Autoridade Competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 127 e 143, de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecida no **Contrato nº 01/2025**, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE TUNTUM**, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, e a empresa **L. FIGUEIREDO SOARES**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.032.721/0001-25, cujo objeto é o Registro de preço para prestação de serviços de Tratamento de Lixo Hospitalar contaminado para atender as demandas do Município de Tuntum/MA.

FUNÇÃO	NOME	MATRICULA
Fiscal	LUCAS LEÃO DA SILVA	05540
Suplente	João Lucas da Silva Teixeira	01069

Art. 2º. Para efeito desta Portaria, considera-se:

I – Gestor: é a autoridade que pratica atos de gestão, podendo ou não exercer a função de ordenador de despesas;

II – Fiscal: servidor designado para auxiliar o Gestor quanto à fiscalização do objeto do contrato e demais aspectos administrativos do contrato.

Art. 3º. Determinar a inclusão de cópia desta Portaria nos autos do processo licitatório ou do processo de formalização da contratação.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver, bem como de suas eventuais prorrogações.

SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS, 16 de janeiro de 2025.

RHICARDDO HELIRVALL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças
Portaria nº 01/2025

DIÁRIO OFICIAL
TUNTUM PREFEITURA
VOL. V - Nº 0970/2025 | ISSN – 2965-3746 | QUINTA – 16 DE JANEIRO DE 2025

FERNANDO PORTELA TELES PESSOA
Prefeito

NELSON SILVA ALMEIDA
Vice-Prefeito

SEBASTIÃO FELIPE LUCENA PESSOA
Chefe de Gabinete

MARIA ROSENILDE SILVA XAVIER BRASIL
Secretária Municipal de Governo

www.tuntum.ma.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM - MA
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - Centro - CEP : 65763000
Tuntum – MA
Contato: (99) 99220-0236

MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE TUNTUM:06138911000166
Dados: 2025.01.17 10:02:08 -03'00'

De: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Enviado por: Rhicarddo Helirval Alexanndro Baptista Costta (rhicarddo)
Para: Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (Organograma)
Data: 20 de janeiro de 2025 às 11:01

Segue em anexo ordem de serviços

Secretário de Orçamento, Gestão e Despesas

Anexo(s)
Ordem de Fornecimento-Serviços.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM

CNPJ : 06.138.911/0001-66

Ordem de Fornecimento/Serviço

Contrato: **0001/25**

Data pedido: **20/01/2025**

Número Pedido **02492/24**

Fornecedor 13143 L. FIGUEIREDO SOARES
Endereço 18 DE JANEIRO Número 126
Complemento LETRA A Fone 9981966320 Fax
Cidade FORTUNA CEP 65695-000 UF MA
CNPJ 13.032.721/0001-25 IE

Local de entrega: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Condição de pagamento:

Poder PODER EXECUTIVO
Órgão SECRETARIA DE SAUDE
Centro de Custo SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNTUM

Quant	Unid	Discrição	Marca	Placa	Valor Unit.	Valor Total
13.500	SERV	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS			86,45	1.167.075,00
				Total do Pedido		1.167.075,00

Observação

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000046/24 - Ano Mod.: 2024 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 20 - Mod. Formatada: 20 - SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL, COM COLETAS SEMANAIS EM BOMBONAS DE 200 (DUZENTOS) LITROS, ACONDICIONANDO 25 KG

Secretário de Orç. Gestão e Despesas

Assinado por 1 pessoa: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/5EE68AB8D44243D6980E5BD179E2ACEB

MUNICÍPIO DE TUNTUM
RUA FREDERICO COELHO, N°411 - CENTRO - 06.138.911/0001-66
TUNTUM/MA - CEP 65.763-000
FONE: (99) 99220-0236

CÓDIGO DE ACESSO
5EE68AB8D44243D6980E5BD179E2ACEB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: RHICARDDO HELIRVAL ALEXANNDRO BAPTISTA COSTTA em 20/01/2025 11:01:28
CPF:***.***-.683-04
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE TUNTUM - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://tuntum.flowdocs.com.br/public/assinaturas/5EE68AB8D44243D6980E5BD179E2ACEB